

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO**

**CAMPO DISCIPLINAR E CULTURA ESCOLAR: A TRAJETÓRIA  
DO ENSINO DE ARTE NO CURSO NORMAL/MAGISTÉRIO, NO  
COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA (NOVA  
ESPERANÇA, PR, 1971 - 1997)**

**ROSIMARA ALBUQUERQUE MELLO**

**MARINGÁ  
2013**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:  
MESTRADO**

**CAMPO DISCIPLINAR E CULTURA ESCOLAR: A TRAJETÓRIA  
DO ENSINO DE ARTE NO CURSO NORMAL/MAGISTÉRIO, NO  
COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA (NOVA  
ESPERANÇA, PR, 1971 - 1997)**

Dissertação apresentada por ROSIMARA ALBUQUERQUE MELLO, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da Educação.

Orientador(a):

Prof<sup>(a)</sup>. Dr(a): FÁTIMA MARIA NEVES

MARINGÁ  
2013

ROSIMARA ALBUQUERQUE MELLO

**CAMPO DISCIPLINAR E CULTURA ESCOLAR: A TRAJETÓRIA DO ENSINO  
DE ARTE NO CURSO NORMAL/MAGISTÉRIO EM ESCOLA PÚBLICA NO  
COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA (NOVA ESPERANÇA, PR,  
1971 - 1997)**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr<sup>a</sup>. Fátima Maria Neves – UEM

Prof. Dr<sup>a</sup>. Maria Betânia e Silva – UFPE - Recife

Prof. Dr<sup>a</sup>. Elaine Rodrigues – UEM

Abril de 2013

Dedico este trabalho aos homens da minha vida: ao meu eterno amor, Raul, e ao meu maior tesouro e herança, Guilherme.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu esposo, Raul, por sua singularidade e amor, por sua paciência, por me ouvir nos momentos de desânimo, por compreender as muitas lágrimas, por suas palavras de estímulo e segurança, fundamentais, dando-me motivação para continuar a pesquisa.

Ao meu filho, Guilherme, por toda compreensão, pelos momentos de ausência e crises de ansiedade, por me presentear com suas gargalhadas e carinho, significando sempre motivo de orgulho.

Às minhas irmãs, Rosana, por além de toda ajuda e incentivo, por acreditar com toda docilidade em um potencial da qual, muitas vezes duvidei vir a ter e à Táta, mesmo longe, suas palavras foram alimento de coragem e busca que sempre ajudaram a enfrentar esta caminhada. Amo-as, sem medidas.

Aos meus pais, Maria e Manoel, simplesmente por serem eles, exemplo de força, virtude, fé e amor incondicionais.

Com intenso reconhecimento e carinho, à minha orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Maria Neves, por manter e direcionar minhas ideias no trabalho, por conduzir, com sensibilidade, os caminhos percorridos pela pesquisa, pelas tardes, em que, juntas fez-me pensar como pesquisadora, contribuindo para a apropriação dos conhecimentos acerca da escrita, da história e da educação.

Aos professores, que aceitaram o convite para participar da banca examinadora deste trabalho. Particularmente, a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elaine Rodrigues, pelas valiosas contribuições no Exame de Qualificação, e a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Betânia e Silva, por, além das valorosas contribuições, ser extremamente atenciosa e carinhosa.

À equipe diretiva do Colégio Estadual São Vicente de Paula, Emerson, Raul e Valquíria, e demais funcionários, que prontamente disponibilizaram o espaço e a pesquisa das fontes.

Às professoras: Gláucia Romanos Neves, Shirley Martos Daniel, Regina de Fátima Fassina, Rosicléia Klisiewicz, Maria Zenilda dos Santos Gregório, Rosana Albuquerque Bonadio, Valquíria Kondraski, Lilian Cibele Vargas, Margareth Tatiana Vidual Ardengue e Eidy Cleia Montanha, que aceitaram participar das entrevistas, expondo experiências profissionais que muito contribuíram para o enriquecimento do trabalho

Às amigas, Valquíria Kondraski, Lilian Favaro Alegrancio E Alessandra Mazur que prontamente me auxiliaram com empréstimo de livros, coletas de dados, pesquisa das fontes e com muitas conversas. E ao Jair que, sempre, prontamente, me auxiliou com relação ao mundo informatizado.

A todos os amigos do *facebook*, componentes do grupo Nova Esperança, Nova Esperança, o teu seio é varonil, que me disponibilizaram, sempre que possível, as fotografia e informações sobre a cidade e o curso Normal e Magistério.

À Secretária de Educação e Desporto do Estado do Paraná, por me conceber os meses de afastamento, imprescindíveis à conclusão desta pesquisa.

E, por fim, àquele que, acima de tudo, é o mais importante, Deus, que me permitiu poder agradecer a todos, que me acolheu em Seus braços de Pai nos momentos mais difíceis e me acompanhou durante essa caminhada, às vezes, de pedra, outras, de terra fértil, que me fez chegar, com mais segurança ao destino final: a esse trabalho dissertativo.

HINO DE NOVA ESPERANÇA  
Letra e Melodia: Prof. Basílio de Sá Ribeiro  
(1954)

Nova Esperança! Nova Esperança!  
O teu seio é varonil  
Criando gerações  
Para a grandeza do Brasil

Capelinha dos tempos passados  
Guardando essa terra de bonança  
Surgiu milagrosamente  
A cidade de Nova Esperança

Assim é Nova Esperança  
Rincão do Norte hospitaleiro  
Debaixo do Cruzeiro do Sul  
Do Brasil, do Brasil bem brasileiro

MELLO, Rosimara Albuquerque. **CAMPO DISCIPLINAR E CULTURA ESCOLAR: A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE ARTE NO CURSO NORMAL/MAGISTÉRIO, NO COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA (NOVA ESPERANÇA, PR, 1971 - 1997)**. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Fátima Maria Neves. Maringá, 2013.

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os conteúdos curriculares da disciplina de Arte, focalizando questões que implicam a aproximação das práticas escolares. Para tanto, pesquisamos como se constituiu **o ensino de Educação Artística do Curso Normal Secundário, e posteriormente, Magistério, entre os anos de 1971 a 1997, e quais as implicações na formação do professor**, especificamente na cidade de Nova Esperança, localizada a Noroeste do Estado do Paraná, destacando a importância e particularidade de cada elemento, que compõe a complexa relação histórica e cultural presente na história da educação. A investigação centrou-se em uma pesquisa qualitativa, versando o estudo bibliográfico e fontes documentais, que incluíram leis e documentos oficiais, atas, fotografias, atividades de alunos e entrevistas semiestruturadas com professores e ex-alunos do curso Normal Secundário e Magistério, do Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança. Realizamos, ainda, a análise em artigos, dissertações, teses e livros que tratam do tema “História da Disciplina de Arte”. Descrevemos, na referida pesquisa, o histórico da cidade de Nova Esperança e do Colégio Estadual São Vicente de Paula, local da pesquisa; bem como a trajetória da disciplina de Educação Artística em âmbito Nacional, Estadual e Municipal, entre os anos de 1971 a 1997. Verificamos que toda disciplina deve rever seu processo histórico de criação e que o estudo dos documentos e a utilização de fontes são componentes importantes à compreensão da constituição da mesma, bem como a cultura escolar na qual ela está inserida. Descrevemos, interpretamos e analisamos os conteúdos trabalhados durante o recorte elencado, no Colégio *lócus* da pesquisa, no curso Normal, e posteriormente, no Magistério. Constatamos, na pesquisa, uma metodologia criada no decorrer do tempo pelo curso, na escola e para o curso, destacando, que em determinada época, o ensino da Educação Artística desempenhou uma função formadora, claramente traçada para educar boas moças e mães, desenvolver o sentimento patriótico e, acima de tudo, formar profissionais para atender à demanda da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do município. Sendo assim, ao estudar a história da disciplina escolar, reconhecendo a gama de fatores que a compõem, foi-nos possível compreender um fenômeno inserido no contexto da cultura escolar do espaço pesquisado, bem como a finalidade dos conteúdos trabalhados, suas nuances e conflitos, aspectos importantes para a formação do educador.

**Palavras-chave:** História da Educação; Disciplina de Arte; Campo disciplinar; Cultura escolar; Nova Esperança.

MELLO, Rosimara Albuquerque. **DISCIPLINARY FIELD AND SCHOOL CULTURE CULTURE: A JOURNEY OF TEACHING ART IN THE NORMAL COURSE/TEACHING IN STATE COLLEGE ST VINCENT DE PAULA (NEW HOPE, PR, 1971-1997)**. 181 f. Dissertation (Master in Education) – State UNIVERSITY of Maringá. Supervisor: Fátima Maria Neves. Maringá, 2013.

## ABSTRACT

This research has to investigate the curricular content of the discipline of Art, focused on questions involving the approximation school practices. Therefore, we researched how was it formed was teaching Art Education Secondary Normal Course, and later Magisterium, between the years 1971 to 1997, and what are the implications for teacher education specifically in the town of New Hope , located northwest of the state of Paraná, emphasizing the importance and uniqueness of each element, that compose the complex historical relationship and cultural development in the history of education. The investigation focused on a qualitative research, dealing the bibliographic and documentary sources, that included laws and official documents, records, photographs, activities, students and semi-structured interviews with teachers and former students of Normal and Secondary Teaching , State College of Saint Vincent de Paul in New Hope. We also performed the analysis in articles dissertations, theses and books that deal with the theme "Discipline History of Art". We describe in this research, the historic city of New Hope State College and St. Vincent de Paul, local search, and the trajectory of the discipline in the context of National Arts Education, State and Municipal, between the years 1971 to 1997. We found that all discipline must revise its historical process of creation and the study of documents and the use of sources are important components to understanding the formation of the same, and school culture in which it is inserted Describe, interpret and analyze the contents worked for trimming part listed in the College locus of research in Normal Course, and later, the Magisterium. We found, in research, a methodology created over time through the course, the school and the course in school and for travel, emphasizing that at one time, the teaching of arts education played a formative role, plainly traced to educate good girls and mothers develop the patriotic feeling and, above all, to train professionals to meet the demand of Early Childhood Education and Elementary Education from the city. Therefore, when studying the history of school discipline, recognizing the range of factors that compose it, we were able to understand the culture of the school space searched and the purpose of the contents worked, its nuances and conflicts, important aspects of teacher education.

Keywords: History of Education; Discipline of Art; Disciplinary Field; School culture, New Hope Town

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Foto de pequenos cafeicultores em Nova Esperança (PR).....	41
Figura 2: Fotografia aérea de Nova Esperança – 2012.....	42
Figura 3: Fila para entrada no Cine Esperança.....	43
Figura 4: Primeira Escola de Nova Esperança.....	45
Figura 5: Capa do Livro de Freqüência e Controle de notas 1971.....	66
Figura 6: Capa do Livro de Freqüência e Controle de notas 1975.....	67
Figura 7: Capa do Livro de Registro 1978.....	68
Figura 8: Página do Registro de Classe 1993.....	70
Figura 9: Capa de Registro de Classe.....	71
Figura 10: parte interna do Livro de Registro de Classe.....	72
Figura 11: Estrutura Curricular de 1977.....	80
Figura 12: Recorte do Livro de 1971.....	84
Figura 13: Recorte do Livro de 1974.....	88
Figura 14: Recorte do Livro de 1975.....	88
Figura 15: Desfile de 7 de Setembro década de 1970.....	91
Figura 16: Desfile de 7 de Setembro década de 1970.....	91
Figura 17: Recorte do Livro de 1982.....	93
Figura 18: Desfile das alunas do Magistério 1982.....	93
Figura 19: Desfile das alunas do Magistério 1982.....	94
Figura 20: Recorte do Livro 1972.....	96
Figura 21: Recorte do Livro de 1976.....	96
Figura 22: Coleção de Enciclopédia – Atividade.....	98
Figura 23: Coleção de Enciclopédia – Artesanato.....	98
Figura 24: Coleção de Enciclopédia – Mãos de Ouro.....	99
Figura 25: Capa do Livro utilizado como fonte 1969.....	99
Figura 26: Capa do Livro utilizado como fonte 1968.....	99
Figura 27: Exemplo de material didático – 1969.....	100
Figura 28: Capa do Livro Vademecum.....	102
Figura 29: Capa do Livro Artes na Escola Primária.....	102
Figura 30: Desenho, Lívia, 02 anos.....	103
Figura 31: Desenho, Laura, 05 anos.....	104
Figura 32: Maya com barco (1938), Pablo Picasso.....	104
Figura 33: Página do livro, Técnicas Domésticas.....	110
Figura 34: Cartão do Dia dos Pais e da Páscoa.....	113
Figura 35: Colagem com bolinhas de folhas de revistas.....	113
Figura 36: Estrutura Curricular de 1980.....	115
Figura 37: Pasta A-Z de Ex-aluna, 1983.....	117
Figura 38: Pasta A-Z de Ex-aluna, 1988.....	118
Figura 39: Pasta a-Z de Ex-aluna, 1989.....	118
Figura 40: Técnica da pintura com cola.....	120
Figura 41: Técnica da pintura com cola.....	121
Figura 42: Técnica da pintura com cola.....	121
Figura 43: Técnica da colagem com barbante.....	123
Figura 44: Ponto correntinha.....	123
Figura 45: Pregar botão.....	124
Figura 46: Ponto tricô.....	124
Figura 47: Amostra de toalhinha de crochê.....	125
Figura 48: Cartão para o Dia das Mães.....	125
Figura 49: Cartão para o Natal.....	125

Figura 50: Dobradura de galinha.....	126
Figura 51: Dobradura de tulipa.....	126
Figura 52: Coleção do álbum de Motivos Artístico e Educacionais.....	128
Figura 53: Bandinha rítmica, confeccionada com sucata.....	129
Figura 54: Dança espanhola década de 1970.....	130
Figura 55: Dança espanhola década de 1980.....	131
Figura 56: Dança espanhola de 1994.....	131
Figura 57: Estrutura Curricular de 1994.....	136
Figura 58: Pasta de Ex-aluna, 1993.....	138
Figura 59: Conteúdo programático de 1992.....	140
Figura 60: Conteúdo programático de 1993.....	140
Figura 61: Conteúdo programático de 1994.....	140
Figura 62: Conteúdo programático de 1995.....	140
Figura 63: Conteúdo programático de 1997.....	141
Figura 64: Livro didático utilizado por três das professoras entrevistadas.....	144

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Fotografias e poesias sobre a cidade de Nova Esperança.....	44
Quadro 2: Relação de Estruturas Curriculares do Curso Normal e Magistério, do Colégio Estadual São Vicente de Paula.....	79

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. NOVOS CAMINHOS APONTADOS PARA A DISCIPLINA DE ARTE: REVISANDO A BIBLIOGRAFIA</b> .....	27
<b>3. O ESPAÇO DA PESQUISA: CAMINHOS PERCORRIDOS</b> .....	39
3.1. História do Município de Nova Esperança e do Colégio Estadual São Vicente de Paula.....	39
3.2. Histórico da disciplina de Arte no Brasil e no Paraná, na década de 1970 a 1990 ....	49
3.3. Um dos problemas da Lei 5692/71: a prática pedagógica na disciplina de Educação Artística .....	60
<b>4. FRAGMENTOS DO TEMPO A SEREM DESVELADOS</b> .....	63
4.1. A materialidade das fontes.....	65
4. 1.1. Descrição da parte interna.....	72
4. 2. Percorrendo as Fontes e os vestígios das Práticas Pedagógicas .....	74
4.2.1 Da teoria musical às comemorações cívicas.....	84
4.2.2 Do trabalho manual às técnicas de pinturas .....	96
4.2.3 Da assistência no lar das normalistas aos recursos audiovisuais do magistério....	109
4.2.4 Da produção das pastas para a História da Arte .....	136
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	151
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	156
<b>APÊNDICES</b> .....	170
<b>ANEXOS</b> .....	173

## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os desafios encontrados no campo disciplinar de Arte conduzem-nos a questionar as várias formas de elaboração e de organização dos conteúdos disciplinares, promovendo reflexões sobre o papel da Arte na educação e incentivando investigações sobre as práticas docentes e as implicações destas no processo dinâmico de ensino e aprendizagem em Arte.

Ao refletir sobre a arte como campo disciplinar, deparamo-nos de imediato com o objetivo da SEED que pretende desenvolver nos alunos a aquisição de conhecimento em relação à “[...] diversidade de pensamento e de criação artística para expandir sua capacidade de criação e desenvolver o pensamento crítico” (PARANÁ, 2008, p. 52).

Considerando o objetivo da Secretaria Estadual de Educação, nossa pesquisa tem como objeto central a investigação dos conteúdos curriculares de Arte, com uma visão focalizada em questões que implicam uma aproximação das práticas escolares. Assim, acreditamos ser importante a:

[...] descrição detalhada do ensino em cada uma das suas etapas, descrever a evolução da didática, pesquisar as razões da mudança, revelar a coerência interna dos diferentes procedimentos aos quais se apela, e estabelecer a ligação entre o ensino dispensado e as finalidades que presidem a seu exercício (CHERVEL, 1990, p.192).

Desse modo, nosso estudo objetiva pesquisar como se constituía a disciplina de Educação Artística no Magistério, especificamente na cidade de Nova Esperança<sup>1</sup>, localizada a Noroeste do Estado do Paraná, focalizando a educação com lente microscópica e buscando enxergar, neste procedimento, a importância e particularidade de cada componente que faz parte da complexa relação histórica e cultural que compõe a história da educação.

Pesquisar as práticas que vêm se desdobrando no cotidiano das salas de aula constitui um desafio ou que nos propomos enfrentar, com o propósito de compreender como a disciplina de Educação Artística se organizou no período

---

<sup>1</sup> O município de Nova Esperança está localizado no Noroeste paranaense, com via de acesso pela BR 376, rodovia do Café, a 45 Km da cidade de Maringá e a 38 Km da cidade de Paranavaí. Atualmente possui, aproximadamente, 26.615 mil habitantes. <<http://www.novaesperanca.pr.gov.br/>>, acesso em 26/08/2012.

que compreende o recorte selecionado para a pesquisa, ou seja, entre os anos de 1971 a 1997. Tempo este que corresponde à elaboração de Leis que impulsionaram o ensino da arte e a cessação do Curso Magistério.

Em meio a um contexto cultural, a arte desempenha papel fundamental no processo de desenvolvimento humano, visto que é por meio dela que ocorrem os primeiros contatos visuais, auditivos, sonoros e táteis, apropriados pelos indivíduos. É pela arte que o homem se revela mais completamente e, conseqüentemente, tem possibilidade de compreender a si mesmo e realizar-se melhor em relação a si e ao mundo que o cerca (HUYGHE, 1986).

Em minha<sup>2</sup> trajetória como professora, experienciei diferentes níveis escolares, desde a Educação Infantil, a séries iniciais do Ensino Fundamental e, atualmente, do sexto ao nono ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio, no Colégio Estadual São Vicente de Paula e Ensino Superior, no Curso de Pedagogia, na Faculdade do Noroeste Paranaense, uma das unidades do grupo UNIESP<sup>3</sup>. No decorrer da prática docente, iniciada com o curso profissionalizante do Magistério (sonho cultivado desde criança), fui percorrendo caminhos que me levaram à Licenciatura em Educação Artística e à Especialização em Ensino da Arte.

Ao longo desses anos, ao mesmo tempo em que me apaixonava cada vez mais pela Educação e pela Arte-educação, muitas dúvidas e inquietações surgiram. Uma delas foi o inconformismo com a desvalorização do campo disciplinar de Arte no espaço escolar, começando com o desrespeito dos colegas de trabalho que desmerecem o conhecimento dos poucos profissionais da área, insinuando, muitas vezes, que trabalhar com “teatrinho” e expressão do aluno é muito fácil ou que, para o trabalho com arte, não precisa a utilização do pensamento lógico, basta o “fazer”. Muitas falas, como “em Arte todo mundo passa”, eram intensificadas nos conselhos de classe.

Eu percebia que ocorriam mudanças na disciplina a cada ano (e ainda ocorrem), o que desencadeava uma desorganização no currículo e não auxiliava o trabalho do professor. Essa rotina gerava instabilidades pedagógicas no âmbito

---

<sup>2</sup> O texto apresenta dois discursos gramaticais; referindo-se à 1ª pessoa do singular quando a autora denota a sua experiência profissional como fator significativo para o encaminhamento da pesquisa. E em outro momento o texto apresenta o discurso em 3ª pessoa do singular referindo-se a pesquisa.

<sup>3</sup> União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas

escolar, contribuindo para que o docente não acompanhasse as mudanças em sua prática, o que favorecia a insegurança no próprio trabalho.

Outra inquietação importante a destacar se trata dos materiais e espaço inexistentes nas escolas. Como trabalhar de maneira adequada e satisfatória, sem materiais e espaço adequado? Uma sala apropriada para a disciplina é inexistente, diferente do que contatamos em outras disciplinas que dispõem de um espaço para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. A exemplo do que acontece no Colégio Estadual São Vicente de Paula, que possuem ambientes definidos e bem equipados para o desenvolvimento das disciplinas na área de ciências biológicas e ciências exatas.

Amparados talvez em uma concepção equivocada de “fazer arte”, deparei-me com a dificuldade de os alunos compreender que as produções artísticas estão diretamente ligadas a um contexto arte-história e que, para criar, são necessários conhecimento e diversidade de repertório artístico. Os alunos, desta maneira, estavam condicionados a realizar atividades de colorir desenhos prontos; porém fazê-los compreender o processo de criação era uma tarefa árdua, mas não impossível.

Mesmo, assim a aceitação pelas aulas era grande; e isso inquietava-me mais ainda e gerava muitas indagações. Os alunos gostam da aula por prazer ou por acreditarem que esta não exige esforço cognitivo nenhum? Por não ter livros e uma sequência de conteúdos rígidos, sentem-se sem normas para seguirem? Ou por que é um momento de encontro com a sua singularidade? Seria o conhecer outras possibilidades de leitura de mundo? Qual é o papel da arte na Escola? Por que a arte se tornou uma disciplina escolar?

Essas inquietações impulsionaram construções de outras perguntas que me instigaram a desenvolver uma pesquisa, embrenhando-me na história do campo escolar e investigando os conteúdos trabalhados em Educação Artística, no Curso Normal Secundário e, posteriormente, no Curso de Magistério, com base na Lei 5692/71, entre os anos de 1971 a 1997.

Consideramos importante, portanto, compreender a história das disciplinas e dos conteúdos referentes às artes, nesse recorte histórico, assim como analisar a história da cultura que as produziu e que vem sendo produzida por elas.

Em meio a esse recorte temporal, muitas questões se fizeram pertinentes: quais as mudanças no ensino de Arte, em sua trajetória histórica no Curso Normal Secundário e Magistério, “base” da formação do professor do ensino primário, hoje denominado anos iniciais do Ensino Fundamental? Qual a concepção de Arte trabalhada nos cursos de formação e como ocorreu a prática pedagógica do ensino da referida disciplina? Quais as mudanças ocorridas no currículo escolar de Educação Artística no período em estudo? Quais os objetivos da disciplina de Educação Artística, atualmente intitulada Arte, nesse contexto histórico e cultural? Todas essas questões fomentaram a importância em compreender: **Como se constitui o ensino de Educação Artística do Curso Normal Secundário e, posteriormente, Magistério, entre os anos de 1971 a 1997, e quais suas implicações na formação do professor?**

Cabe assinalar que a Federação de Arte-Educadores do Brasil – FAEB -, entidade representativa dos profissionais da educação na área de arte, solicitou, em 7 de abril de 1998, à Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, a retificação do termo “Educação Artística” para “Arte”, com base na formação específica plena, em uma das linguagens: Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, no Inciso IV, Alínea b, do Artigo 3º, da Resolução CNE/CEB nº 2, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Esta Resolução foi aprovada em 4 de outubro de 2005, passando, assim, a constituir Arte como componente curricular obrigatório em qualquer nível de ensino da Educação Básica, promovendo o desenvolvimento cultural dos alunos, por não ser mais considerada um “simples fazer” e, sim, área de conhecimento (BRASIL, 2005).

Ao embrenhar-nos nas possibilidades de discussões sobre os conteúdos e currículos que permeiam a disciplina de Arte no Brasil, percebemos quão longe estamos ainda de esgotar esse tema. Neste sentido, a nosso ver, é imprescindível o estudo teórico e historiográfico da disciplina, buscando compreender os procedimentos que a mesma percorreu ao longo de sua história, e investigando os conteúdos curriculares e características próprias, além de um estudo mais próximo da prática em sala de aula, das ações dos professores, das atividades realizadas pelos alunos, dos materiais disponíveis nas escolas, do espaço e do

tempo dedicado à disciplina. Em consonância a esse pensamento, procuramos estudar a disciplina de Arte e seu cotidiano ao longo do recorte temporal demarcado, revendo sua criação e observando os próprios autores dessa prática, ou seja, professores e alunos.

No decorrer da pesquisa, realizamos leituras, descobertas e aprendizagens que durante a investigação provocaram um novo olhar sobre o papel da arte no campo escolar. Mesmo que o conteúdo, a atividade, o livro didático, a conversa informal com professor e as Leis analisadas nos pareçam “deficientes” para a nossa prática de ensino, todos esses materiais contribuíram para a compreensão do funcionamento da Arte como disciplina no currículo escolar e na formação dos alunos, no recorte temporal pesquisado.

A utilização de fontes materiais como livros de registros, diários de classe, cadernos de planejamento, atividades e materiais pertencentes aos alunos e à escola e entrevistas com professores e alunos ganham expressividade, uma vez que estes são considerados os principais agentes da cultura escolar. Tais materiais revelam novos elementos da cultura escolar e ampliam o território da pesquisa. Ao explorar novos objetos e fontes, o pesquisador tem a possibilidade de atribuir sentidos aos seus objetos e construir suas representações, preservadas pela memória individual ou coletiva de uma época. Recorrer às fontes documentais é, portanto,

[...] identificar no conjunto dos materiais produzidos por uma determinada época, por determinado grupo social, por determinada pessoa – homem ou mulher e segundo a etnia – aqueles que poderão dar sentido à pergunta que inicialmente se propôs; aqueles que, trabalhados, isto é, recortados e reagrupados, poderão servir de base à operação propriamente historiográfica, ou seja, à interpretação e à escrita (LOPES; GALVÃO, 2001, p.79).

Nesse sentido, essas fontes expressam as ideias e concepções de determinado grupo social, a história de determinado momento histórico, social e cultural, dados que compõem a cultura escolar e direcionam a disciplinas escolares.

As fontes documentais utilizadas para a realização dessa pesquisa foram leis e documentos oficiais, atas, fotografias, atividades de alunos e depoimentos de professores e ex-alunos do curso Normal Secundário e Magistério, do Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança, Estado do Paraná.

Para a realização dos depoimentos orais, foi efetuado um levantamento dos nomes dos professores que haviam lecionado a disciplina de Educação Artística durante o recorte temporal da pesquisa. De acordo com os Livros de Registro de Classe do Colégio pesquisado, identificamos dez professores que lecionaram a disciplina de Educação Artística no Curso Magistério. A formação das professoras, contida nos Livros-Ata de Termo de Posse de Direção, Professores e Funcionários dos anos de 1960 a 1971, de 1972 a 1988 e de 1989 até os dias atuais eram: uma, da área de Nutrição e formação em Piano; cinco, em Letras; três, em Educação Artística; e uma, em Artes Visuais.

Para a entrevista, não foi possível o contato com todas elas, pois algumas haviam falecido; outras, não conseguimos localizar; e ainda, houve aquelas que se recusaram a participar da pesquisa. Dentre as professoras formadas em Letras, conseguimos entrar em contato por telefone com uma delas, na tentativa de explicar a finalidade do depoimento e, por fim, agendar o encontro. A professora em questão não se dispôs a participar, por acreditar não ser capaz de contribuir com a pesquisa, visto que não se inseria na área de Artes. Dessas dez professoras, entrevistamos quatro; três residem no próprio município de estudo e a quarta, em Maringá, cidade vizinha. A faixa etária oscila entre 46 e 82 anos; três estão aposentadas e duas estão em exercício da profissão.

Para a seleção das alunas a serem entrevistadas, foram observados, nos Livros de Registro de Classe, os nomes daquelas que residiam no Município de Nova Esperança ou cidade circunvizinha. Entre as alunas que prontamente cederam seu tempo para o depoimento, cinco residem em Nova Esperança, e uma, em Maringá. Todas as alunas deram continuidade ao exercício do magistério, com as mais variadas formações, tais como: Pedagogia, Psicologia, História, Geografia e Educação Física. A idade das ex-alunas entrevistadas variou entre 32 a 84 anos.

As entrevistas com as professoras e as ex-alunas<sup>4</sup> foram realizadas; algumas na residência e outras no local de trabalho, *lócus* da pesquisa, no período compreendido entre outubro e dezembro de 2012. Todas as entrevistas foram filmadas e transcritas na íntegra, com duração entre quinze minutos a duas horas, e utilizadas como fonte para análise. Os roteiros das entrevistas encontram-se em Anexo, bem como outras fontes.

Assim como os livros de atas, livros didáticos, livros de Registros de Classe, impressos, pastas e atividades produzidas por alunos, fotografias e depoimentos, a Lei 5.692/71 também foi utilizada como fonte. Neste sentido, optamos por uma pesquisa qualitativa, que versa sobre o estudo bibliográfico e fontes documentais, a fim de, delinear os caminhos percorridos pelos conteúdos que se entrecruzaram, dando forma, cor e sabor à pesquisa.

Uma investigação de cunho qualitativo trabalha com entrevistas, coletas de dados, gráficos, tabelas, recorte temporal determinado pelo pesquisador, com a subjetividade com que observa, analisa e descreve as fontes, tomando como base o seu aporte teórico. Godoy (1995, p. 58) ressalta que a pesquisa qualitativa:

Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve observação de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, [...].

Lüdke e André (1986, p. 2) destacam que a pesquisa qualitativa não deve manter uma posição isolada da realidade e, sim, “[...] aproximá-la da vida diária do educador, em qualquer âmbito em que ele atue, tornando-a um instrumento de enriquecimento do seu trabalho”. Completando a ideia, o autor pontua que o trabalho do pesquisador é servir como “veículo inteligente e ativo”, estabelecendo relações entre o assunto pesquisado, o conhecimento acumulado, sua subjetividade, suas fontes e sua aceção política, porque a posição do pesquisador nunca é neutra; ela sempre vem carregada da sua peculiaridade.

---

<sup>4</sup> Para manter o sigilo ao longo do texto, utilizamos cores, para identificar as professoras; e nome de técnicas artísticas, para nomear as ex-alunas.

Em meio a muita poeira e descaso com os documentos que elegemos como fonte e aos depoimentos de professores que tinham estudado entre as décadas de 1960, 1970 e 1980, fomos nos envolvendo e desenvolvendo questões pertinentes aos rumos tomados pela disciplina de Arte, no curso Normal e, posteriormente, no Magistério ao longo destas décadas; principalmente, por ser o início da formação de professores na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná.

Ao observarmos os livros de registros de classe da época, constatamos que alguns livros didáticos que restaram na biblioteca (a grande maioria foi descartada, jogada no lixo, por ser considerada obsoleta e sem serventia), percebemos o discurso saudosista das professoras, ex-alunas do Colégio como, por exemplo, ao afirmarem que, na época de estudante no magistério, o ensino era bem melhor que atualmente. Outras citaram que as alunas eram mais comprometidas e responsáveis.

O que mais nos motivava para a pesquisa eram, principalmente, as recordações de algumas, ao contar sobre as atividades manuais que faziam como crochê, tricô, convites e lembrancinhas para datas comemorativas, e as “pastas” com técnicas artísticas (pintura, dobradura, colagem) que confeccionavam durante o ano letivo. Além disso, as inquietações e desconstruções em relação ao que a escola ensinava, nesse recorte temporal, aumentavam cada vez mais.

Ao começarmos o processo de busca, seleção e organização das fontes para o estudo do objeto, que, em um primeiro momento, era a disciplina denominada Canto Orfeônico e Desenho no Curso Normal entre 1960 e 1970, antes da Lei 5692/71, separamos todos os livros de registros, algumas atas e documentos disponíveis que estavam arquivados no Colégio Estadual São Vicente de Paula. Mas, para que a pesquisa realmente se torne significativa e plausível de exploração, é importante haver uma sequência das fontes, a que não tínhamos, pois estavam faltando os Registros de Classe dos anos de 1966 a 1969. Mesmo com a ausência de alguns livros de registros deste recorte temporal, fizemos a descrição, por tópicos, de todos os anos, buscando encontrar os referidos documentos em outro arquivo “morto”, no Colégio, ou em outra escola em que o Curso tinha sido oferecido na época, já que o local físico de

funcionamento do Colégio, desde a sua instalação em 1960, passou por vários edifícios na cidade, até se fixarem em sede própria, em 1976, onde se encontra atualmente.

Essa realidade em relação à ausência de fontes escolares não acontece somente em Nova Esperança, estudos indicam que se trata de um problema em nível nacional e que existe um movimento tentando resgatar o trabalho desenvolvido com o uso de fontes, em nosso país. Lopes e Galvão (2001) pontuam que, no Brasil, a pesquisa com a utilização de fontes escolares somente foi configurada a partir das décadas de 1950 e 1960, o que contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa no campo educacional. A partir dessas décadas, iniciou-se o incentivo e ampliou-se a investigação em historiografia da História da Educação.

Durante essa fase da pesquisa, presenciamos a visível falta de estrutura e organização em arquivar tais documentos que são o retrato do cotidiano da escola de determinado tempo histórico, como ressalta Silva (2010), quando discorre sobre a falta de políticas públicas direcionadas à preservação e conservação da história e do patrimônio escolar. O descaso com as fontes pode indicar a cultura de desvalorização da memória brasileira ou a falta de cultura em perceber os registros como fontes relevantes para a pesquisa, entendidos como materiais importantes para a compreensão da História da Educação no Brasil. Poderíamos pensar, então, que a educação no Brasil não vive de memórias?

Para Le Goff (2003, p. 419), a memória é um conjunto de funções psíquicas, como uma propriedade de preservar informações que o homem utiliza para representação do passado. Segundo o autor, essas memórias individuais são selecionadas, quer a respeito das recordações, quer a propósito do esquecimento, e vão sendo manipuladas, consciente ou inconscientemente, pelo interesse particular atribuído a elas. Também podemos nos remeter à memória coletiva da mesma maneira, quando nos reportamos a assuntos que foram marcados para ser lembrados pela população, por classe dominante, ou documentos que foram selecionados para permanecer na escola, representando o vivido. Neste sentido, os “[...] esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva [...]” (LE

GOFF, 2003, p. 422), e a escola e tudo que nela há é palco de vestígios de lembranças que podem esclarecer dúvidas da História da Educação.

Exemplos de documentos para permanecerem na escola por escolha são regulamentados pela Deliberação nº 031/86, aprovada em 05 de dezembro de 1986, no processo nº 362/85, pelo Conselho Estadual de Educação, do Estado do Paraná. Tendo em vista o Parecer nº 00/86, constam seis artigos sobre incineração de documentos escolares e documentos escolares com prazo para transferência. No que tange ao assunto sobre incineração de documentos, o Parecer descreve:

Art. 2º Periodicamente, a Direção do estabelecimento, determinará a seleção dos documentos existentes no arquivo, a fim de serem excluídos os considerados sem relevância comprobatória.

Parágrafo Único. Os documentos passíveis de incineração ou destruição serão especificados no regimento escolar, que indicará, também, a forma e o momento de fazê-lo, observando o contido no Parecer n.º 004/86, anexo.

Art. 3º Na oportunidade da incineração de documentos escolares deverão ser feitos registros competentes, mediante lavratura das respectivas atas.

Parágrafo Único. Constarão, explicitamente, das atas de incineração a natureza e o número dos atos e/ou documentos, nomes dos antigos alunos, o ano letivo, a série ou período, o grau e a modalidade de ensino a que se referem, bem como os outros dados que atualmente possam auxiliar na identificação dos documentos incinerados ou destruídos.

Art. 4º Os estabelecimentos de ensino deverão proceder à adequação de seus regimentos escolares às presentes normas, no ano de 1987.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Estadual de Educação.

Art. 6º A presente Deliberação entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Pleno, revogadas as disposições em contrário.

(PARANÁ, Deliberação, 031/86. Sala Padre José Anchieta, em 05 de dezembro de 1986).

A Deliberação, além de deixar para a direção do estabelecimento de ensino a responsabilidade de selecionar qual documento será ou não de relevância para ser descartado, prevê que tais documentos devem ser registrados em atas, com nome dos alunos, ano letivo, série ou período em que estudaram, o grau de ensino, bem como todos os dados referentes à identificação do documento eliminado pela incineração. Estas anotações resultam, também, em acúmulo de

papéis ou ocupação de funcionários, que, na escola de rede pública, encontram-se escassas para execução de mais este trabalho.

No relatório do Parecer nº 004/86, em anexo à Deliberação n.º 031/86 – (PARANÁ, 1986), no qual a relatora dispõe os motivos pela incineração de documentos escolares, encontramos redigido um vestígio de preocupação em fazer com que a instituição escolar mantenha a organização e a manutenção das características legítimas dos papéis e dos livros que venham documentar e comprovar a vida do estabelecimento de ensino, do corpo de professores, funcionários e, principalmente, a vida escolar do aluno.

Contudo, a legislação deixa clara a preocupação dos administradores escolares com a falta de espaço físico para o arquivamento de documentos, com o grande crescimento do alunado ano a ano. O Estado, como mantenedor, repassa, mais uma vez, a responsabilidade da organização de todo o arquivo produzido no estabelecimento de ensino, assim como da acomodação dos alunos nas salas de aula, para o corpo administrativo da escola. Lembremos que essa Deliberação continua em vigor até a data desta pesquisa, 2013, no Estado do Paraná.

Outro ponto importante a se observar, quando se trata da preservação de fontes escolares, é a seleção de documentos a serem extintos, após determinado tempo. Neste sentido, o Parecer 004/86 estabelece:

[...] incluímos os documentos que poderão ser destruídos, depois de decorrido certo prazo, maior ou menor, de conformidade com a natureza do documento e com o tempo durante o qual poderá haver necessidade de serem consultados, tempos esse fixado no regime escolar. Dentre outros citamos:

a) pertinentes ao estabelecimento de ensino:

- Diários de Classe após 5 anos;
- planejamento didático-pedagógico (execução dos programas de ensino) – a critério do estabelecimento;
- a calendários escolares, com as cargas horárias anuais efetivamente cumpridas – a critério do estabelecimento de ensino;

b) referente ao corpo discente:

- provas finais, quando existentes, após um (1) ano, a contar da sua aplicação; [...]

Essa justificativa reporta-se aos documentos pedagógicos, e pudemos observar o descrédito que esse material tem nos estabelecimentos escolares,

para sua conservação. Para o estudo das disciplinas escolares, tais documentos têm grande representatividade e são importantes fontes de pesquisa, porque “[...] ao estudar os conteúdos do ensino, os programas, as provas, os manuais, e os exercícios escolares, contribuem para um maior conhecimento do que ocorria dentro da escola, [...]” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 56).

A recriação e a ressignificação desses documentos são mais complexas do que imaginamos, visto que dependem não só do pesquisador, mas também dos arquivos, acervos, imagens, diários, registros, objetos e de outros que estiverem à disposição do pesquisador, para tomá-los como fontes.

As dúvidas, as perguntas e as observações das fontes servem para ampliar os saberes que devem passar pelo estranhamento e aparecer para questionar o que se tornou natural ou autorizado. Estes questionamentos, provocados pelo estranhamento, geram desconfiança, desconstrução e tensões na História da Educação; assim, os saberes e questionamentos devem ser verificados e recriados.

Considerando as ponderações expostas, a apresentação desse trabalho está organizada em quatro seções. Na primeira seção, na **Introdução**, apresentamos o objetivo, a justificativa, a metodologia, as inquietações, bem como a seleção e a organização das fontes da pesquisa, destacando sua relevância no processo de pesquisa histórica, no campo da História da Educação.

Na segunda seção, **Novos caminhos apontados para a disciplina de Arte: revisando a bibliografia**, realizamos uma análise em artigos, dissertações, teses e livros que abordam o tema “História da Disciplina de Arte”, considerando-se tais leituras fundamentais, de alguma maneira, para delinear os caminhos em busca da realização da pesquisa.

A terceira seção, denominada **Espaços da pesquisa: caminhos percorridos**, busca, na cidade de Nova Esperança e mais especificamente no Colégio Estadual São Vicente de Paula, local da pesquisa, descrever a história e importância deste no contexto educacional. Apresenta, também, um histórico da trajetória da disciplina de Arte paranaense e brasileira, com base em acontecimentos que foram elencados e abordados nessa pesquisa.

A quarta seção, intitulada **Fragmentos do tempo a serem desvelados**, traz; em um primeiro momento, discussões sobre as fontes, sobretudo as específicas selecionadas para o estudo e o conceito de disciplina escolar, apoiado em Chervel (1990). Aborda, também, a descrição, primeiramente, da materialidade da fontes; e, por fim, a descrição, interpretação e análise dos conteúdos trabalhos durante os anos de 1971 a 1997, no Colégio Estadual São Vicente de Paula, no curso Normal e, posteriormente, no Magistério.

Juntamente com a descrição dos conteúdos, procuramos entrecruzar as fontes, identificando e esclarecendo suas especificidades, ampliando a leitura e auxiliando na construção de uma pequena parte da história da disciplina de Arte.

## **2. NOVOS CAMINHOS APONTADOS PARA A DISCIPLINA DE ARTE: REVISANDO A BIBLIOGRAFIA**

Em nossa pesquisa, realizamos uma análise do material que estava ao nosso alcance, tais como artigos, dissertações, teses e livros que abordam o tema “História da Disciplina de Arte”. Todas as leituras, de alguma maneira, contribuíram e apontaram caminhos para a realização da pesquisa.

Para tanto, foram utilizadas, como ferramentas, as Bibliotecas Físicas e as Bibliotecas Virtuais. Seleccionamos, para esse inventário, as palavras-chave: Arte na educação; Arte no currículo escolar; Arte e educação; Educação artística; Ensino da Arte; e História do ensino da Arte.

Essa revisão bibliográfica, como aponta Nunes (1995, p.153), além de ser o primeiro passo do historiador, é o momento em que “[...] ele opera como o crítico literário que se esmera na construção de um espaço intelectual, espaço este que é ponto de encontro de diversas obras com toda a possibilidade de diálogo entre elas [...]”.

Escolhemos utilizar tanto a Internet quanto o códice pelas inúmeras possibilidades que cada um deles representa na escrita da História da Educação, ampliando a noção de documento, articulando e desenvolvendo novas percepções de fontes e organização de arquivos, que contribuam para as descobertas e desconstruções na dinâmica interna e no funcionamento escolar. Utilizamos, no corpo do texto, códice e códex como sinônimos, para nos referir a “[...] um livro composto de folhas dobradas, reunidas e encadernadas, [que] suplantou progressiva, mas inelutavelmente os rolos que até então haviam carregado a cultura escrita” (CHARTIER, 2002, p. 106).

Como consequência do trabalho de elencar, separar e organizar os artigos, periódicos, dissertações, teses e livros, surgiu a oportunidade de observarmos elementos essenciais ao levantamento dos conteúdos relacionados às indagações que fomentaram a pesquisa. Abordar esse tema é trabalhar com a história das práticas educativas e com a história da disciplina de Arte.

Constatamos que, atualmente, há muitas opções para a pesquisa do código ao monitor<sup>5</sup> e, desta forma, usamos esses vastos recursos para nos beneficiar em relação ao Estado da Arte e ao levantamento de ideias sobre os temas que circulam a respeito da disciplina de Arte no Brasil, visto que o uso da ferramenta *online* tem estado cada vez mais disponíveis a professores, pesquisadores e a quem se interessa por pesquisa científica.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi inicialmente aplicada com a consulta ao sítio de publicação científica da *Scielo – Scientific Electronic Library*, sendo esta uma biblioteca eletrônica disponível no Brasil e em vários países e que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos.

Com o intuito de direcionar o tema e o conteúdo pertinente ao nosso objeto de estudo, direcionamo-nos ao campo de busca na seção artigos, com as palavras arte e educação. Lembrando que a pesquisa *online* traz todos os temas relacionados às palavras digitadas em seu campo, cabendo ao pesquisador escolher, elencar e selecionar os trabalhos em função da sua necessidade e da relevância das informações.

Ao realizar a busca, identificamos um número crescente de estudos e pesquisas realizadas em torno da Arte na escola com ênfase nas linguagens artísticas como a música, o teatro, a dança, as artes visuais e a educação, que permeiam as práticas pedagógicas e a atuação do profissional da área.

Nessa busca, três trabalhos foram considerados relevantes à pesquisa as quais se dedicam a descrever as periodizações da história da formação da disciplina relacionada a arte e apresenta uma retrospectiva geral do que já foi relatado por autores, realizando uma revisão bibliográfica sobre o assunto.

O primeiro artigo elencado, *História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões* (2005) tem como autores Marcílio Souza Júnior, Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), especialista em Pedagogia do Esporte, e a Professora Ana Maria de Oliveira Galvão, doutora e mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), local em que atua no curso de Pós-graduação.

---

<sup>5</sup> Emprestamos o termo de Roger Chartier.

O artigo em questão é um ensaio bibliográfico, com aporte teórico no campo de estudo da História das Disciplinas Escolares e descreve duas pesquisas na área de Educação Física e Educação Artística, inseridas no campo da História da Educação.

O artigo pontua que, muitas vezes, os estudos encontrados no campo da Arte pesquisam a história da arte como manifestação cultural da humanidade. Contudo, a história da arte não expressa os saberes escolares, mas mantém uma relação com a cultura humana, sendo necessário, como mostra a História das Disciplinas Escolares, “[...] perceber e compreender as particularidades da escolarização desses saberes e práticas nos diferentes tempos e espaços sociais.” (JÚNIOR; GALVÃO, 2005, p. 405).

Para Júnior; Galvão (2005), compreender melhor como os saberes se escolarizam em determinado momento histórico; quais relações podem ser estabelecidas com as práticas sociais fora da escola; e como a escola inventa e reinventa, em seu interior, novos saberes que os tornam autênticos em seus hábitos, seguramente auxiliará a compreensão do papel que a escola vem desempenhando ao longo da história.

O segundo artigo, escrito por Karina Barra Gomes, Mestre em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), e pela professora, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Sonia Martins de Almeida Nogueira, tem como título *Ensino da Arte na escola pública e aspectos da política educacional: contexto e perspectivas* (2008).

O conteúdo abordado no referido artigo trabalha algumas inquietações relacionadas ao percurso do ensino da Arte na escola pública e os aspectos políticos educacionais que o envolvem. O texto expõe questões que instigam a conscientização dos professores de Arte em valorizar sua função na escola, buscando atuação e envolvimento com a prática pedagógica que permitam desenvolver, nos alunos, a oportunidade de reflexão em sua própria atualidade.

Gomes; Nogueira (2008) pontuam o caminho percorrido pelas políticas educacionais, destacando as leis que se pretendiam difundir no ensino das Artes no Brasil. Neste percurso histórico, as autoras destacam a Lei 5692/71 e a Lei

9.394/96, reforçando os marcos que, além de incluir a Arte no currículo escolar, valorizando a prática pedagógica e sua importância na formação do indivíduo, também permitiram que esta disciplina constituísse um componente curricular obrigatório em todos os níveis da educação básica.

Dessa maneira, a Lei 5692/71, segundo Gomes e Nogueira (2008, p. 585), “[...] incluiu a Arte no currículo escolar com o título de Educação Artística, porém considerada apenas uma “atividade educativa” e não uma disciplina”. Neste percurso, a introdução da disciplina nos currículos escolares foi um avanço significativo em relação à regulamentação da mesma e aos olhares voltados para uma disciplina que pudesse trabalhar a formação dos indivíduos.

Já, com a Lei 9.394/96, o espaço destinado ao papel da Arte na escola foi repensado e o Ensino da Arte estabelecido como componente obrigatório em todos os níveis de escolarização. A nova LDB de 1996 também ratificou e divulgou as diversas linguagens artísticas presentes na escola como as artes visuais, o teatro, a dança e a música. Contudo, isso não foi suficiente para valorizar os saberes artísticos no processo pedagógico dentro da escola, refletindo “[...] na contratação de profissionais não ou pouco qualificados, e num menosprezo da Arte em relação às outras disciplinas mais tradicionais” (GOMES; NOGUEIRA, 2008, p. 587).

O terceiro artigo, *Educação Física e Arte: reflexões acerca de suas origens na escola* (2010) é de autoria da Professora Lívia Tenorio Brasileiro, Doutora em Educação pela Universidade de Campinas (UNICAMP), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba. Atua, também, como pesquisadora em temas relacionados à educação física escolar, dança, dança e educação e educação física.

Esse artigo apresenta uma reflexão com base em um ensaio bibliográfico a respeito da origem do ensino de Educação Física e Arte na escola, no final do século XIX e início do século XX, no Brasil. Na sequência da leitura, Brasileiro (2010) expõe a compreensão da constituição dos saberes escolares, tanto nas disciplinas entendidas como secundárias, como nas disciplinas de maior prestígio, Matemática e Língua Portuguesa.

A autora referida destaca que são poucos os autores que pesquisam o percurso para a compreensão do processo de escolarização da Arte e da Educação Física no país. Pontua, também, que “[...] fazendo uma análise inicial sobre a história das disciplinas escolares e a história da educação [...], autores como Barbosa (1978), Vago (2002), Souza Júnior e Galvão (2005) (BRASILEIRO, 2010, p.743)” também identificaram a existência de poucos estudos sobre a história das disciplinas de Arte e Educação Física.

Brasileiro (2010) destaca que muitos registros foram efetuados no que diz respeito às leis e normatizações que ofereceram suportes à política educacional brasileira. Tais leis, porém, “[...] na maioria dos casos, não consolidou o que dizem as salas de aulas, os pátios, os arredores da escola; não conta o que viveu efetivamente alunos, professores, diretores, funcionários, pais e a comunidade ao seu redor” (BRASILEIRO, 2010, p. 743). Assim, a análise do processo de consolidação da disciplina de arte no país ocupa importante papel à compreensão das ações que organizaram a educação no Brasil.

Notamos que o primeiro e o terceiro artigo trazem a disciplina de Arte juntamente com a disciplina de Educação Física, buscando o fortalecimento e o reconhecimento como componentes curriculares da Educação Básica Nacional e como saberes escolares, tendo como autores, pesquisadores da área de Educação Física e Educação. Enquanto o segundo artigo, faz apontamentos no que tange às Leis que possibilitaram a implantação da disciplina como componente curricular obrigatório, bem como a preocupação das pesquisadoras em Arte Educação e Educação promover a reflexão a respeito da qualidade do ensino da Educação Artística no país. Porém, os três artigos oferecem outras possibilidades de leitura que aproximam a disciplina das práticas pedagógicas, estabelecendo relação ao ensino dispensado e às finalidades do mesmo.

No processo de pesquisa, além dos artigos, realizamos uma busca *online* por dissertações e teses que abordassem o tema Estudo da Disciplina de Arte. Nessa busca, encontramos o endereço eletrônico da professora pesquisadora, Maria Betânia e Silva<sup>6</sup>, que prontamente nos enviou sua dissertação e tese, encaminhando também a dissertação da professora pesquisadora, Denise

---

<sup>6</sup> Aproveitamos para agradecer toda gentileza, disponibilidade e apoio prestado pela Professora Doutora Maria Betânia e Silva.

Perdigão Pereira. Cabe assinalar que a Professora Maria Betânia está inserida na linha de pesquisa da História das Disciplinas Escolares, História da Educação de Pernambuco, Instâncias de Produção, Circulação e Transmissão das Culturas do Escrito, Patrimônio Cultural, Memória, Identidade e Educação Patrimonial e Práticas Pedagógicas e processo criativo no Ensino de Arte.

Na dissertação *A inserção da Arte no Currículo Escolar (Pernambuco, 1950 –1980)* e na tese *Escolarizações da arte: dos anos 60 aos 80 do século XX (Recife – Pernambuco)*, a Professora Maria Betânia e Silva, tendo como orientadora Ana Maria de Oliveira Galvão, pesquisou o campo da história da educação e história das disciplinas escolares, investigou a constituição da Arte como disciplina escolar no Brasil e especificamente no Estado de Pernambuco, com os recortes temporais entre 1950 e 1980.

A autora também constatou, após revisão bibliográfica, em sua tese de doutorado, a carência de pesquisas no país sobre a temática apresentada:

O fato de quase não encontrarmos estudos que aprofundem o processo de escolarização e das práticas escolares de arte tem demonstrado a insuficiência de estudos que abordam a questão do ensino da arte na escola, particularmente, em Pernambuco e também em outros estados brasileiros. Isso abre um vasto campo para o desenvolvimento de outras pesquisas científicas (SILVA, 2010, p.16).

A insuficiência de estudos que Silva (2010) destaca é referente à pesquisa que realizou em várias universidades brasileiras como UFAL<sup>7</sup>, a UFRN<sup>8</sup>, a UFMA<sup>9</sup>, a UFPI<sup>10</sup>, a UFBA<sup>11</sup>, a UFPE,<sup>12</sup> a UFS e a UFCE<sup>13</sup>, além de citar a pesquisa efetivada por Ana Mae (2011), em seu livro *Arte-Educação: leitura no subsolo*, que aponta a mesma ausência de estudos em relação a essa temática e período histórico em questão.

---

<sup>7</sup> Universidade Federal de Alagoas

<sup>8</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte

<sup>9</sup> Universidade Federal do Maranhão

<sup>10</sup> Universidade Federal do Piauí

<sup>11</sup> Universidade Federal da Bahia

<sup>12</sup> Universidade Federal de Sergipe

<sup>13</sup> Universidade Federal do Ceará

A professora Denise Perdigão Pereira, que atualmente leciona na Escola de Música da Universidade Estadual de Minas Gerais, nos cursos de graduação e especialização, também pontua questões inerentes ao ensino dispensado pela arte na escola. Em sua dissertação, intitulada *Que arte entra na Escola através do Currículo? Entre o utilitarismo e a possibilidade de emancipação humana pela arte, nos programas de 1928 e 1941, na Escola Nova em Minas Gerais (2006)* objetiva, como investigação central, a análise de currículos e da Arte presentes no programa de Ensino do Desenho e Trabalhos Manuais. A autora questiona o reconhecimento da disciplina de Arte e o espaço que ela ocupa nos currículos em relação a outros campos do saber, buscando o sentido atribuído à Arte dentro da escola no recorte histórico elencado e relacionando-o às questões atuais.

Durante o levantamento de teorias de autores que estudam o histórico da Arte como disciplina escolar, foi encontrado em todos os artigos e dissertações o nome da Professora Ana Mae Barbosa e, em outros, com menos frequência, os nomes de Maria F. de Rezende e Fusari e Maria Heloisa C. de T. Ferraz, Miriam Celeste F. D. Martins, Rosa Lavelberg, Dulce Osinski, e João-Francisco Duarte JR. Todos os autores ora citados, de alguma maneira, tiveram a preocupação com o histórico e a regulamentação da Arte como disciplina escolar, com as mudanças ocorridas no ensino e com as leis que regulamentam a obrigatoriedade dessa disciplina no currículo escolar básico.

Ao realizarmos a pesquisa, tanto *online* quanto nas bibliotecas físicas, encontramos sempre os mesmos autores, como os já citados anteriormente. Dentre eles, a leitura com maior reconhecimento de seus pares é o da Professora Ana Mae Barbosa, que, em sua trajetória como estudiosa, vem fazendo pesquisas e auxiliando muitos profissionais da Arte, publicando vários livros sobre Arte-Educação.

Entre as suas obras publicadas, das quais foi organizadora, reunindo e abrindo espaço para pesquisadores que se preocupam e se interessam pela Arte-educação em nosso país, selecionamos as que se aproximam da nossa temática de estudo, a história do ensino da Arte no Brasil. As obras elencadas que abordam o tema e de que falaremos com afinco nos dois últimos tópicos deste trabalho são: *Teoria e Prática da Educação Artística (1995)*; *John Dewey e o*

*Ensino da Arte no Brasil* (2008); *Arte-Educação no Brasil* (2010); *A imagem no ensino da arte: ano oitenta e novos tempos* (2010); e *Ensino da arte: memória e história* (2011).

Conforme a autora, o conhecimento histórico sobre a trajetória do ensino da Arte no Brasil está por se construir, sendo explorado, organizado e mapeado por pesquisadores que percorrem os caminhos da arte-educação. Para ela, “Cada geração tem o direito a reinterpretar sua herança histórica, por isso o conhecimento histórico é essencial para a formação da consciência política do indivíduo” (BARBOSA, 2008, p. XIII).

Além de Ana Mae, podemos encontrar algumas questões concernentes ao ensino da Arte exposta por Mirian C. Martins, Gisa Picosque e M. Terezinha Telles Guerra, em *Didática do Ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte* (1998).

As autoras teceram um breve comentário sobre o Ensino de Arte no Brasil, conduzindo o leitor à importância do trabalho com a Arte na escola, pelo fato de esta ser, segundo as autoras (1998, p.13), “[...] um conhecimento construído pelo homem através dos tempos, a arte é um patrimônio cultural da humanidade e todo ser humano tem direito ao acesso a esse saber”.

Rosa Iavelberg, em sua obra, *Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores* (2003), faz contribuições sobre currículos de Arte nas escolas e mostra também um estudo no histórico das tendências pedagógicas no ensino da Arte.

Ao fazer uma análise do histórico da Arte na educação escolar, Iavelberg (2003) aponta-nos que as tendências pedagógicas, práticas em sala de aula anteriormente, ainda estão presentes em diversos contextos educativos. A autora verificou, também, por meio de cursos de formação de professores, que os mesmos “[...] misturam orientações didáticas e várias concepções de arte em sua prática” (IAVELBERG, 2003, p 109). Para tanto, procura, ao longo do seu texto, apresentar e propor ao professor um trabalho fundamentado nos PCNs, documento este elaborado com sua contribuição, bem como de outras autoras aqui já citada como, por exemplo, Barbosa, Ferraz e Fusari.

Outro livro de respeitável destaque é o do professor da UEL<sup>14</sup>, Isaac Antonio Camargo, *Vertentes para o Ensino em Arte Visual* (1997), que conduz o leitor a uma viagem através da história da Arte e do ensino desta. Para Camargo (1997, p. 24), “[...] os estudos da Arte têm identificado suas finalidades, funções sociais e econômicas desde a pré-história, o que caracteriza melhor este campo de estudo [...]”, bem como o papel do professor e sua preparação e atuação em sala de aula.

Não podemos deixar de mencionar que todos os autores citaram-se reciprocamente como fonte bibliográfica, evidenciando-se o processo de cristalização do discurso.

Os textos mencionados, diferentemente dos artigos, propõem-nos um discurso que apresenta a trajetória do ensino da Arte de forma linear e generalizada em todo país, assinalando que todas as Tendências Pedagógicas se inserem de forma homogênea no interior do conteúdo, bem como as normatizações e leis que regulamentaram a disciplina. Os textos também não consideram as particularidades e especificidades dos espaços escolares, assim fazem uma abordagem reduzida da prática efetiva da sala de aula, do professor e do aluno em determinado tempo histórico. Contudo, foram de fundamental importância ao apontar caminhos investigativos para iniciarmos novos estudos acerca do ensino da arte.

Com essa revisão bibliográfica, notamos vários enfoques interessantes acerca do estudo da disciplina de Arte no país e, principalmente no Estado do Paraná, no campo da História Cultural, o que acentuou ainda mais o nosso interesse e a relevância em pesquisar a disciplina e suas especificidades, com o intuito de conhecê-la e compreendê-la melhor, no meio cultural a que ela pertence.

Para compreendermos a trajetória da disciplina de Educação Artística, reafirmamos a importância de retomar a história e localizá-la no tempo e espaço em que foi produzida. Neste sentido, Chervel (1990) enfatiza que a disciplina escolar é um produto construído ao longo da História, bem como sua organização, saberes, finalidades e eficácia. O professor deve se incluir como

---

<sup>14</sup> [WWW.uel.br](http://WWW.uel.br)

peça fundamental para o processo de pesquisa e compressão de sua própria disciplina. Assim, este trabalho dissertativo se faz original, até o momento, pelo fato de não haver pesquisas sobre os conteúdos escolares no campo disciplinar de Arte, no Estado do Paraná, na periodização de 1971 a 1997. Entendemos que, por meio da história e da cultura escolar, temos mais subsídios para compreender as ações que permeiam a organização, a prática e a finalidade da disciplina de Arte.

Buscamos, também, estabelecer relações entre a produção do conhecimento acerca dos discursos e dos caminhos a serem percorridos, atendo-nos à ideia de que a escrita da História também é, a nosso ver, poesia. Assim, a poesia está na relação, organização e na seleção das palavras que o pesquisador escolhe para escrever o discurso da sua operação historiográfica.

Podemos completar a relação da escrita com a poesia, concordando com o pensamento de historiadores contemporâneo como Georges Duby (*apud*, Le Goff, 2003, p.38), “[...] a história é acima de tudo uma arte, uma arte essencialmente literária. A história só existe pelo discurso. [...]”. Le Goff (2003, p. 38), por sua vez, enfatiza que “[...] a obra histórica não é uma obra de arte como as outras, [pois] o discurso histórico tem sua especificidade”.

A forma como o pesquisador de ofício compõe o universo da sua pesquisa e de sua escrita se apresenta repleta de nuances, de “coloridos” e dos mais variados “sabores”. Nesta perspectiva, reportamo-nos a um exemplo proveniente de anotações das aulas durante o curso. Lendo as frases destacadas e procurando algo significativo para direcionarmos a escrita, reencontramo-nos com a “gelatina colorida”<sup>15</sup>, e cujo exemplo, representa bem o que queremos expressar: *“pensem na sobremesa feita com vários sabores e cores de gelatina colorida, no fato de que todas são feitas individualmente, uma a uma, sabor por sabor, cor por cor. Após estarem prontas, são cortadas em cubos e misturadas com o creme branco. Está pronta a sobremesa, com uma estética agradável aos olhos e ao paladar (de alguns). Ao observarmos os cubinhos na grande tigela, poderemos identificar as cores e os sabores, mas seria impossível devolver-lhes a*

---

<sup>15</sup> A “gelatina colorida” foi um exemplo utilizado pela professora Dr<sup>a</sup> Elaine Rodrigues em uma das aulas, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, Estado do Paraná.

*forma original e separá-los, pois deixaram de ser simples gelatina para se tornar uma elaborada sobremesa”.*

Esse exemplo ilustra, a nosso ver, a dinâmica acerca da História da Educação, que aponta a existência de peculiaridades e individualidades que podem ser pensadas, por exemplo, na organização e funcionamento das escolas, dos alunos e professores, das disciplinas, da hora do recreio, do material didático utilizado e de muitas outras particularidades que envolvem o meio escolar. Tais elementos podem ser comparados aos sabores preparados, individualmente, de cada gelatina; e a mistura dos cubos ao creme branco pode ser relacionada ao conjunto cultural, social, econômico, político, étnico, regional, dentre outros, que podem ser identificados na tigela, evidenciando que se tornou impossível os separar novamente para que volte assim à forma original. Da mesma forma que as gelatinas foram recriadas, resignificadas e, mesmo assim, continuaram com sua individualidade, cor e sabor, trabalhar com a História da Educação é trabalhar com as particularidades e compreendê-las em meio ao universo composto pela escola.

Os autores Chervel (1999) e Julia (2001) desenvolveram estudos sobre a História das Disciplinas Escolares e Cultura Escolar; e os historiadores Certeau (1982), Burke (1992); Chartier (2002) e Le Goff (2003) ampliam-nos o referencial teórico e oferecem opções para construções de novas interpretações, por trabalhar com uma nova maneira de pesquisar e escrever a História, a qual nos possibilita descortinar e enveredar pela escrita da História, direcionando-nos a muitas questões que apontam uma nova maneira de olhar e de fazer a história da Educação. Nesse sentido, Stephanou e Bastos (2005) destacam que a História e a Educação, com suas especificidades e pesquisas, andam juntas, entrelaçam-se:

Isto porque a pesquisa em História da Educação não é uma ciência à parte, não possui um campo analítico exclusivo e sua riqueza teórica e metodológica está justamente no fato de tratar-se de um espaço fronteiro, de pesquisa que se situam na intersecção entre a História e a Educação (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 422).

Quando partimos da especificidade que compõe o universo escolar, ampliamos o território de pesquisa e exploramos novos objetos e fontes, sempre

lembrando que o pesquisador atribui sentidos aos objetos e constrói suas representações, preservadas pela memória individual ou coletiva.

Nesse sentido, trabalhamos com as particularidades em detrimento das generalizações que, segundo Nunes (1992, p.152), “[...] desfiguram, correm o risco de encobrir aspectos significativos para a compreensão das questões estudadas. [...]”, focando a possibilidade, os espaços de tensões, desconstruções e desconfiâncias da História e da atividade humana. Entendemos, como aponta Certeau (1982), que a escrita da História é uma operação que se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita. Portanto, ao nos apropriar das ideias que permeiam a perspectiva da Nova História Cultural na escrita da História da Educação, torna-se fundamental compreender as disciplinas e os saberes escolares que se fizeram e que ainda se fazem presentes no contexto escolar da escola pública, principalmente por ser este o lugar social do qual falamos.

Conforme os caminhos propostos inicialmente pela pesquisa desvelam-se as experiências vividas por personagens e objetos pouco explorados no espaço escolar e que, ao mesmo tempo, são protagonistas como, por exemplo, professores, atividades e materiais produzidos na escola. Imersos neste contexto, torna-se indispensável dialogarmos com vários campos do conhecimento e de diferentes dimensões do meio escolar. Reafirmando, portanto, nosso objetivo é contribuir com estudos no campo da História da Educação e na história do Ensino da Arte para futuras pesquisas.

### 3. O ESPAÇO DA PESQUISA: CAMINHOS PERCORRIDOS

[...]  
À noite a cidade cala  
Eu lembro o que se foi já passou  
Remexo essa minha mala  
Em busca do que restou  
[...]  
E por tantos atalhos  
Remedando este manto eu vou  
Costurando os retalhos  
Que o tempo não desbotou.  
[...]  
(Viola Quebrada, Rios, Fota, Gulin, 2000)

Neste capítulo, objetivamos delinear o espaço da pesquisa, apresentando em primeiro lugar, os fragmentos da história da cidade de Nova Esperança, localizada no Noroeste paranaense, e, inserida nesse percurso, também, a história do Colégio Estadual São Vicente de Paula, como já mencionado *lócus* da pesquisa.

Em segundo lugar, expomos nos itens subsequentes, a trajetória da disciplina de Educação Artística entre as décadas de 1970 a 1990, e os desdobramentos que marcaram a história da mesma, em âmbito Nacional e Estadual.

#### 3.1. História do Município de Nova Esperança e do Colégio Estadual São Vicente de Paula

A presente pesquisa percorre os caminhos do Noroeste paranaense, na cidade de Nova Esperança e, mais especificamente, do Colégio Estadual São Vicente de Paula, local do Curso Normal Colegial e, posteriormente no Curso Magistério.

Para a escrita da história do Município de Nova Esperança, foi preciso “remexer muitas malas” dos moradores, biblioteca pública e privada e costurar alguns retalhos para que ela tomasse forma. Utilizamos como fonte alguns relatos informais de moradores e referências como as colhidas na Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (1975), em dados do IBGE (1959 e 2010) e

em autores como Santos (2011) e Wachowicz (2006). Com base nas fontes e referências elencadas, conseguimos costurar uma versão da história.

A história do Colégio Estadual São Vicente de Paula trilhou alguns caminhos que tentaremos percorrer por meio de vestígios históricos, tais como Livro-Ata de 1973 do “Projeto de Unificação de Complexos e Implantação da Reforma de Ensino em Nova Esperança” e pelo depoimento dos professores e de ex-alunos, tendo como norteamento que “O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história” (LE GOFF, 2003, p.25).

O município de Nova Esperança surgiu oficialmente em 14 de novembro de 1951, na região Norte do Estado do Paraná, em uma das glebas adquiridas pela Companhia de Terras Norte do Paraná<sup>16</sup>. Como o clima predominante nesta região é o subtropical úmido mesotérmico<sup>17</sup>, a iniciativa da Companhia visava ao plantio principalmente do café, nas partes mais altas para evitar que, nas épocas mais frias do ano, os cafezais sofressem perdas pela formação de geadas, mais frequentes nas partes baixas da propriedade, ou seja, mais próximas aos cursos de água; local este destinado, pelo proprietário, para realizar benfeitorias, tais como, casa, horta e criar pequenos animais para o sustento da família.

O cultivo do café permitiu que muitas famílias pudessem conquistar o tão sonhado pedacinho de terra. Em época de colheita, os pequenos cafeicultores, com a respectiva família, após a retirada do fruto com muito cuidado, para ter o máximo de aproveitamento, secavam os grãos nos chamados terreirões. Quando os grãos estavam secos, os conservavam em tulhas ou ensacavam, colocavam-nos nos caminhões levavam-nos até as máquinas de beneficiamento de café as quais compravam e comercializavam os grãos. Na imagem a seguir, observem a postura e os trajes, com a ornamentação do lenço no pescoço, os ternos, as botas, os cintos e os chapéus, estilo de se vestir que era costume entre os cafeicultores da região.

---

<sup>16</sup> Esta Companhia surgiu em 23 de dezembro de 1923 e pelo interesse de investidores ingleses, estimulados por Simon Joseph Frase, o *Lord Lovat*<sup>16</sup>, que se encantou com as terras no Norte do Paraná quando veio ao Brasil em uma missão econômica, chefiada por *Lord Montagu*, a convite do Presidente Artur Bernardes (1922 – 1926) (IBGE, 1957).

<sup>17</sup> O tipo climático predominante em Nova Esperança é o subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão. Não há estação seca definida.< <http://www.novaesperanca.pr.gov.br>> acesso em 28/08/2012

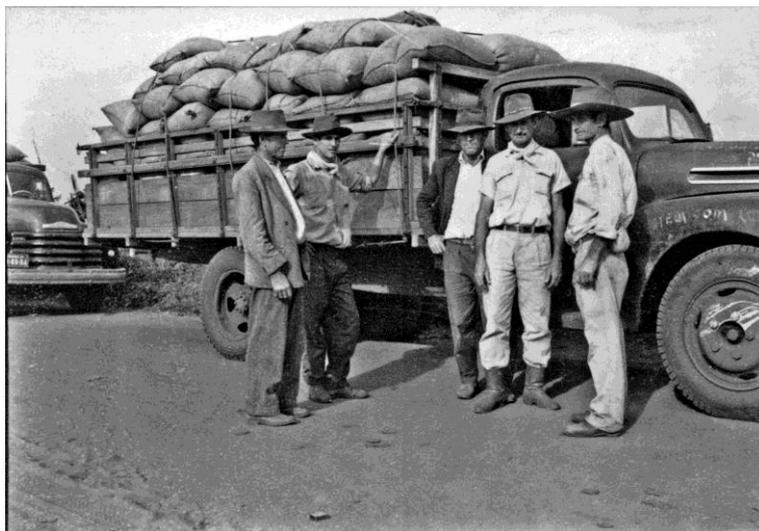


Figura 1: Foto de pequenos cafeicultores em Nova Esperança (PR)  
Fonte: arquivo pessoal da autora

Nova Esperança, inicialmente denominada Capelinha, em razão da Capela que os primeiros moradores haviam encontrado no lugar, teve o nome modificado porque, no interior da Bahia, já havia uma cidade batizada com o nome de Capelinha. Sendo assim, o Deputado Francisco Silveira Da Rocha, autor do Decreto que criou o Município de Capelinha, juntamente com alguns moradores influentes economicamente e autoridades locais, escolheram o nome, Nova Esperança, para a cidade. As possibilidades de escolha do nome podem ser provenientes do sentimento inspirado pelas novas oportunidades que nessas terras vieram buscar ou também tenha sido originado de um Patrimônio que, na época, era denominado Esperança o qual atualmente figura como distrito de Barão de Lucena, pertence ao Município de Nova Esperança nos dias atuais.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de 1957, o povoado apresentou um crescimento vertiginoso entre os anos de 1948 e 1950, o que motivou seus moradores a pleitear, junto ao governo do Estado do Paraná, a sua elevação a distrito administrativo, mas, para a surpresa da comissão dos habitantes envolvidos, Nova Esperança foi alçada à categoria de Município.

O Município foi criado pelo Projeto de Lei nº 266, de 12 de Outubro de 1951, sendo elevado a essa categoria em 14 de novembro de 1951, com uma ressalva, a de que a unidade administrativa só seria instalada, quando o primeiro prefeito fosse empossado; fato que ocorreu em 14 de dezembro de 1952. Em

1953, pela Lei nº 1542 de 14 de dezembro, Nova Esperança foi elevada à categoria de Comarca.

Entre os anos de 1975 e 1976, sucessivas geadas atingiram os grandes cafezais que cobriam boa parte da área rural de Nova Esperança, provocando a falência de muitos agricultores e, conseqüentemente, o desaquecimento do mercado, levando muitos comerciantes a baixar as portas e a migrar para cidades próximas como Maringá e Paranaíba.

Nos anos seguintes, a Prefeitura do Município de Nova Esperança, buscando uma alternativa ao café, trouxe para a cidade, juntamente com as Indústrias Kanebo e Bratac, a criação do bicho-da-seda, que prometia a volta aos áureos tempos do ciclo do café. Empolgados, muitos agricultores eliminaram os cafezais remanescentes, pastagens e outras pequenas culturas e substituíram-nas pela plantação de amora, utilizada para alimentar a lagarta em fase de desenvolvimento. Essa prática ainda ocorre atualmente, mas seu auge aconteceu durante a década de 1980, a ponto de Nova Esperança ser considerada nacionalmente a Capital da Seda.

Atualmente, Nova Esperança possui uma economia modesta e diversificada; segundo os últimos dados do IBGE (2010), a maior geração de renda está no setor de serviços, seguido da indústria e da agropecuária.



Figura 2: Fotografia aérea de Nova Esperança – 2012  
Fonte: arquivo pessoal nosso.

No período do desenvolvimento desta pesquisa, Nova Esperança contava com aproximadamente 26.613 habitantes, distribuídos de forma maciça na zona urbana, o que corresponde a cerca de 97,5% da população; os outros 2,5% habitam a zona rural, demonstrando o que também ocorre em outras áreas do Brasil, o denominado êxodo rural.

Na área da cultura e lazer, Nova Esperança, por ser uma cidade de pequeno porte, abrigava um cinema, o Cine Esperança, com 1.300 lugares, projetando, até o ano de 1956, o total de 422 exhibições cinematográficas (IBGE, 1959). Assim como mostra a fotografia da figura 3, toda a população nova-esperancense frequentava a sala do Cine Esperança. No ano de 1983, após a terceira venda do edifício e equipamentos, o cinema foi à falência.



Figura 3: Fila para entrada no Cine Esperança  
Fonte: arquivo pessoal da autora

As praças constituíam outros locais de circulação e lazer, principalmente a Melo Palheta, localizada no centro da cidade, e palco de muitas conversas sobre futebol, política, saúde, administração pública, assuntos relacionados à sociedade em geral, até criações de poesias, como a do Senhor José Ramalho, nascido em 1925, na cidade de Teixeira, Estado da Paraíba, de onde veio por volta de 1953 para Nova Esperança.

José Ramalho escreveu uma poesia, inspirado em dois acontecimentos da cidade; o primeiro foi a erosão que estava devastando parte da cidade; e o segundo, uma tora de peroba no centro da Praça Melo Palheta, em que o prefeito da gestão de 1954 a 1956 mandara colocar o busto do Presidente Getúlio Vargas. A seguir, no Quadro 1, temos as imagens dos episódios e a poesia:



Pernambuco produz cana,  
Bahia produz cacau.  
Pobre de Nova Esperança,  
Só produz, prefeito mau.  
É um cavando buraco,  
Outro, enfiando pau.

O povo está reclamando,  
É enorme a choradeira.  
E daqui, pro fim do ano,  
O buraco do Palhano.  
Chega no pau do Silveira.

(JOSÉ RAMALHO, 1956)

Quadro 1: Fotografias e poesia sobre a cidade de Novo Esperança

Fonte: Fotografias do arquivo pessoal da autora e poesia, cortesia da família Ramalho

No que tange ao campo educacional, vale ressaltar que, apenas cinco anos após a criação do município, Nova Esperança contava com 23 unidades escolares de Ensino Fundamental, com uma unidade de Ensino Médio e uma Escola Normal (Figura 4), batizada de Julia Wanderley (IBGE, 1959).



Figura 4: Primeira Escola de Nova Esperança – Julia Vanderley  
Fonte: arquivo pessoal da autora

Porque o município, no referido período, estava recebendo muitos emigrantes que vinham com o objetivo de crescimento econômico e de melhores condições de vida, houve, por parte das autoridades que aqui residiam, a intenção de criar um projeto para a implantação de uma Escola que pudesse formar cidadãos e contribuir para o desenvolvimento da cidade.

O autor do projeto de criação da Escola Normal, em Nova Esperança, foi o Sr. Álvaro Dirceu de Camargo Viana, presidente da Câmara Municipal de Nova Esperança, juntamente com incentivadores como alguns vereadores e o prefeito da época, Pedro Zanusso (1956 -1960).

Assim, por meio do Decreto 27.947, de 13 de fevereiro de 1960, foi aprovada a autorização de funcionamento da Escola Normal Colegial São Vicente de Paula, pelo Governador Ney Amintas de Barros Braga (ARQUIVO DA DOCUMENTAÇÃO DO COLÉGIO EST. SÃO VICENTE DE PAULA, 1973).

Já com local para funcionamento, o Decreto determinava a instalação da escola, que se realizou em sessão solene, no dia 14 de março de 1960 com uma aula inaugural. A aula foi ministrada pela Professora Maria Dalva Silveira Petris e contava com uma lista de 17 alunas matriculadas para o ano letivo de 1960.

As dificuldades encontradas para o trabalho pedagógico e administrativo na Escola foram muitas, principalmente em relação à estrutura do prédio que se

encontrava em péssimas condições e também pela falta de professores. Em 1969, a Escola passou a funcionar em prédio próprio, a Casa do Ensino Médio, onde funcionavam a Escola de aplicação e o Colégio Comercial, atualmente Pré-Escola Municipal Comecinho de Vida, satisfazendo às necessidades escolares daquele momento.

No ano de 1973, iniciou-se, em Nova Esperança o Projeto de Implantação do Complexo Escolar<sup>18</sup>, que tinha como objetivo a melhoria e a organização do atendimento à população, a eficiência e objetividade do trabalho burocrático. Dessa maneira, os locais e espaços escolares foram readequados e reorganizados para atender ao projeto.

Em 1976, a Escola Normal Colegial São Vicente de Paula mudou-se para um edifício, onde funcionava o antigo hospital adaptado para fins escolares, o qual pertencia à Mitra Diocesana de Maringá e que havia sido doado para a Educação naquela cidade.

Em 1982, houve várias alterações na rotina do Colégio Estadual São Vicente de Paula; foi autorizada, a partir do início do corrente ano, a Habilitação Plena de Secretariado pelo prazo de dois anos, com implantação gradativa das três séries do Curso. Foi autorizado, ainda, o funcionamento das quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau. Nesse mesmo ano, foi transferido o Ensino de 2º Grau do Colégio Costa Monteiro para a Escola São Vicente de Paula de 1º Grau, ficando esta autorizada a continuar ministrando as habilitações plenas de Técnico em Contabilidade, Magistério e as Básicas em Saúde e Agropecuária, com a denominação Colégio São Vicente de Paula – Ensino de 1º e 2º Graus.

Em 1983, aprovou-se a nova nomenclatura do Colégio como Colégio Estadual São Vicente de Paula - Ensino de 1º e 2º Graus, e houve a implantação gradativa do Curso Propedêutico.

No ano de 1988, cessaram definitivamente as atividades escolares das habilitações Básicas em saúde, Agropecuária e Técnico em Secretariado, no Colégio.

Aprovou-se o sistema próprio de avaliação desse estabelecimento de ensino, assim como ficou reconhecido o curso de 2º Grau – Educação Geral -

---

<sup>18</sup> A unificação geral dos métodos e critérios adotados, equiparou, em termos gerais, o Ensino entre as Escolas do Centro e Bairros da Cidade, dentro de um planejamento comum.

pela Resolução Secretarial nº 2235/82 e pela Resolução 71/89, de 13 de janeiro de 1989, juntamente com o Curso de Técnico em Contabilidade.

No ano de 1991, ficou autorizado ao Colégio implantar a 4ª série do Técnico em Contabilidade, expandir o Certificado de Auxiliar de Contabilidade ao final da 3ª série e emitir o Diploma de Técnico em Contabilidade na conclusão da 4ª série. Em 1996 foi extinto o Curso Técnico em Contabilidade, e, posteriormente, o encerramento do Curso Magistério, em de 1999.

No período estudado, 1971 a 1997, o Colégio Estadual São Vicente de Paula formou aproximadamente 840 professoras habilitadas para o trabalho com a Educação Infantil e o Primeiro Ciclo do Ensino Fundamental, oferecendo a formação de profissionais que vinham de outras regiões do Paraná ou de outros Estados, principalmente do Estado de São Paulo, os quais fixavam residência na cidade.

Na área educacional atualmente, Nova Esperança conta com oito escolas municipais, seis Centros de Educação Infantil municipais; cinco escolas estaduais; três escolas privadas; e uma instituição de Nível Superior.

Nas décadas de 1970 e 1980, as moças que tinham como objetivo serem professoras, cursavam o Curso Normal; a grande maioria idealizava uma profissão que, para a cidade naquele momento, seria exclusiva para “moças de família”, conforme exteriorizam as palavras de uma das professoras entrevistadas:

*“Bom naquele período [...] assim as pessoas ainda tinham um sonho no magistério, as meninas eram muito empolgada [...]. Elas faziam magistério, adoravam as crianças que elas iam dar estágio, né. [...] Eu acho assim que elas sonhavam em ser professoras, elas estavam ali porque elas sonhavam em ser professoras. [...] Elas procuravam imitar certas professoras, elas queriam aprender, elas gostavam de expor trabalhos, de falar bem, sabe, de fazer leituras. Elas procuravam aprender o português pra falar corretamente, elas corrigiam, elas procuravam se reciclar constantemente, uma ajudando a outra, havia um crescimento. Ali que elas faziam, elas tinham um objetivo, elas divulgavam o aprendizado delas, elas divulgavam a cultura delas. O aprendizado é o carinho com que elas faziam, não faziam por fazer, elas faziam bem feito tudo, isso é um valor” (PROFESSORA AMARELO).*

O “sonho no magistério”, mencionado pela professora, era realizado por meninas que realmente desejavam seguir a profissão, mas também havia aquelas que eram obrigadas pela família a cursá-lo. Muitos pais só autorizavam que suas filhas frequentassem o Segundo Grau, atual Ensino Médio, se fosse para cursar o magistério. Essa imposição da família era fundamentada na crença de que, se as meninas não continuassem a profissão, seriam boas mães, teriam condições de cuidar bem dos filhos, como se pode constatar no trecho do depoimento a seguir:

*“Fiz o magistério porque a minha mãe me obrigou (risos). Dizia que o curso era bom e era um curso especialmente pra moças. As pessoas, na cidade, diziam que o curso era muito bom e que todas as meninas tinham que fazer o magistério” (ALUNA CROCHÊ).*

Na década de 1990, a cultura de cursar o Magistério, por obrigação ou por sonho, manteve-se. Entretanto alteraram-se os objetivos, ou seja, as meninas que cursavam pelo sonho de ser professora, também almejavam, com a formação, alcançar um emprego com que pudessem contribuir na renda familiar. Muitas já terminavam o curso casadas ou com intuito de constituir família. Nesse período, os filhos da classe média-alta já se encaminhavam para os Colégios particulares em Maringá, com a finalidade de prestar o concurso vestibular.

No final da primeira década do século XXI, o Colégio Estadual São Vicente de Paula voltou a oferecer os cursos técnicos, reiniciando seus trabalhos com o Curso de Formação de Docentes e, posteriormente, com o Curso Técnico em Informática.

O Colégio Estadual São Vicente de Paula – EFMNPr - foi a única instituição pública do Município, nas décadas 1970 e 1980, a oferecer o Ensino Médio e o Curso Profissionalizante. Nesse período, o Colégio atendia a um público diverso, desde os mais carentes até a classe média da cidade e região.

Dessa maneira, destacamos a importância do Colégio Estadual São Vicente de Paula para o Município de Nova Esperança, por ainda ser a única instituição de ensino pública que oferece o Ensino Médio e a única a oferecer Ensino profissionalizante. Muitos professores universitários que atuam na Universidade Estadual de Maringá, nos departamentos de Educação, Matemática e Educação Física, estabeleceram início de carreira no Colégio ou fizeram parte

do grupo de alunos, sem mencionar aqueles que seguiram carreiras distintas e que contribuíram para a construção da história do município.

### 3.2. Histórico da disciplina de Arte no Brasil e no Paraná, na década de 1970 a 1990

A trajetória da disciplina de Arte, no Brasil, é longa e árdua, contudo abordaremos, em nossa pesquisa, a história da disciplina de Arte, nas décadas de 1970 a 1990, com base em acontecimentos que marcaram a história do Estado do Paraná os quais foram elencados e abordados no texto.

A década de 1970 foi um marco importante para o campo da Arte na Educação Escolar. Antes da promulgação da Lei 5692/71, os saberes artísticos nas Escolas eram trabalhados nas disciplinas de Canto Orfeônico e Desenho. Na tentativa de melhoria do ensino de Arte na educação escolar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), pela Lei 5.692/1971, o ensino de Arte, no Brasil, passou a ser denominado de “Educação Artística”.

Conforme Stori (2011), a aprovação da nova LDB no campo educacional caracterizou-se pela intenção de manter o controle da sociedade, dominando todas as frentes que pudessem se opor à direção do país naquele momento e, também, ter o controle para conduzir a política educacional com base nos interesses econômicos, gerando mão-de-obra para seu desenvolvimento.

Assim, ao menos no papel, a disciplina ganhou “novas roupagens”, tendo uma nova organização na exposição dos conteúdos, apesar de o documento não deixar claro os conhecimentos que seriam abordados na disciplina e a nomenclatura, passando de Canto Orfeônico e Desenho, para Educação Artística, compreendendo, de maneira geral, os saberes Artísticos na escola. Almejou-se constituir um ser humano completo que incorporasse atividades artísticas com ênfase no processo expressivo e criativo dos alunos. (PARANÁ, 1971).

Para Barbosa (2008, p. 48), “A reforma educacional de 1971 determinou que a arte deveria ser uma disciplina obrigatória no currículo de educação de primeiro grau (7 a 14 anos) e no currículo de alguns programas de segundo

grau.” A reforma foi festejada pelos arte-educadores que vinham lutando pela emancipação da disciplina, contudo houve a diluição dos conteúdos anteriores, tornando os professores de arte polivalentes. A polivalência, instituída pela legislação, fez com que um único professor trabalhasse com os vários campos da arte como o visual, o musical e o cênico. (CAMARGO, 1997).

Criou-se, nesse período, em alguns Estados do Brasil, cursos de graduação denominados “Licenciatura Curta em Educação Artística” (com habilitação para o atual Ensino Fundamental), com duração de apenas dois anos, e o curso de “Licenciatura Plena em Educação Artística” (com habilitação para o atual Ensino Médio), com duração de três. No Estado do Paraná, podemos destacar a Faculdade de Arte do Paraná, FAP, que substituiu o curso de música pelo de Educação Artística. Esses cursos pretendiam formar professores que trabalhassem os conteúdos de artes-visuais, música e teatro, ao mesmo tempo, em todas as séries do Ensino Fundamental e Médio (BARBOSA, 2008).

Silva (2010) enfatiza que os cursos de Licenciatura no país tiveram início no ano de 1973, e os primeiros diplomas de Educação Artística passaram a ser emitidos a partir do término do curso, em 1976, cinco anos após a lei se tornar efetiva no currículo escolar nacional. Neste momento da dissertação, compete o seguinte questionamento: Durante esses anos em que o professor se graduava nos referidos cursos de Licenciatura, qual era a sua qualificação para o trabalho em sala de aula com a disciplina de Educação Artística?

Nesse período, os professores que atuavam na disciplina eram os mesmos que já estavam inseridos nas salas de aula ou os que tinham formação em Música, Desenho Geométrico ou áreas afins como Língua Portuguesa ou História. Os professores seguindo sua formação, como pontua Camargo (1997, p. 70), “[...] se mantinham apregoados ao campo de expressão que mais lhes fosse familiar, como por exemplo o da Plástica, dando pouca importância ou mesmo deixando de lado os demais campos como a Música e as Artes Cênicas.”

Em muitas capitais, o professorado tinha a possibilidade de frequentar as Escolas de Artes, que os auxiliavam para o novo formato da disciplina, as quais corresponderam a um movimento muito ativo que, segundo Barbosa (1989),

[...] tentava desenvolver, desde 1948, a auto-expressão da criança e do adolescente através do ensino das artes. Em 1971 o "Movimento Escolinhas de Arte" estava difundido por todo o país com 32 Escolinhas, a maioria delas particulares, oferecendo cursos de artes para crianças e adolescentes e cursos de arte-educação para professores e artistas (BARBOSA, 1989, p. 170).

Porém, somente grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba, Belo Horizonte, entre outros, eram privilegiados com o trabalho desenvolvido nas Escolinhas. As cidades do interior e os Estados menos desenvolvidos contavam com o “esforço” do professor para adequação de sua prática docente.

Na região Noroeste do Paraná, os professores viajavam aproximadamente 160 quilômetros até a cidade de Presidente Prudente, no Estado de São Paulo, para fazer o curso na Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE). Era a única Universidade na região que oferecia o curso para formação de professores em Educação Artística, conforme se destaca no depoimento da professora “Azul”:

*“Foi interessante não sei se, se cabe aí, quando foi mais ou menos em 70, na década de 70, o pessoal lá de Nova Esperança parece que despertou que tinha que fazer faculdade. Porque até então era assim, quem sabia um pouco mais dava aula. Era o início também do ensino e de tudo, né? Então começaram aí, muitos iam para a Faculdade de Mandaguari, fazer Pedagogia e muitos foram pra Faculdade em Presidente Prudente, inclusive quando teve a reforma, fazendo curso de Educação Artística, né? Formaram-se professores ali da cidade”* (PROFESSORA AZUL).

A resposta da professora demonstra que os professores, nesse período, perceberam que precisavam de mais conhecimentos para atender às exigências da nova lei. Por mais que esses cursos de graduação estivessem formando profissionais polivalentes, e, como pontua Barbosa (2008, p. 48), “[...] produzindo professores inócuos, uma vez que os administradores pretendem formar em dois anos um professor que, por lei (Lei 5692, de 1971), ensinará obrigatoriamente e ao mesmo tempo, artes visuais, música e teatro [...]”, esta era a única formação disponível e acessível na região durante muito tempo. Como ocorreu em todo

país, a formação dos professores era em Desenho, em Música, nas Escolinhas de Arte ou em outra formação que fornecia o mínimo de preparo para o trabalho com arte em sala de aula.

Dessa maneira, a aligeirada qualificação desses profissionais em cursos de Licenciatura que apresentavam uma formação nas diferentes linguagens artísticas foi considerada polivalente. De acordo com Camargo (1997), o professor polivalente era concebido como um técnico e desprovido de vontade, ignorava sua afinidade em alguma linguagem artística, porque sua formação era instrumentalizadora e pressupunha:

[...] é possível preparar um indivíduo para o magistério [...], com habilidades suficientes para sondar aptidões, estimular a criatividade, informar sobre História e Filosofia da Arte, desenvolver atividades técnicas no campo da expressão musical, expressão cênica, do desenho e da plástica, tudo isto numa licenciatura de curta duração (CAMARGO, 1997, p. 70).

Assim, o professor deveria ser preparado para atender às exigências do exercício do magistério, atuando em todos os níveis de escolarização, trabalhando com as diversas linguagens artísticas, com formação de dois ou três anos, dependendo da Licenciatura.

Juntamente com a imposição da lei, as políticas públicas deveriam oferecer condições consistentes à formação do professor de Educação Artística, visto que

A Arte é uma disciplina do currículo que atinge o desenvolvimento do educando numa maior variedade de dimensões. O professor precisa estar preparado para demonstrar teórica e empiricamente as evidências desse múltiplo desenvolvimento, assim como precisa entender o perceber, o pensar, o sentir e a atividade representativa de seus alunos, para o propósito de deliberadamente organizar o ensino e a aprendizagem em Arte (BARBOSA, 1995, p. 106).

No Estado do Paraná, logo após a implantação da nova LDB de 1971, foi desenvolvido um trabalho de preparação dos professores para aplicação do “novo formato” estabelecido pela Lei. Esse curso foi denominado “reciclagem” e teve duração de quinze dias, no ano de 1972, em Curitiba, capital do Estado. Foi selecionado um professor de cada Núcleo de Educação do Estado do Paraná em

todas as disciplinas que compunham a Estrutura Curricular no período. Tais professores faziam a “reciclagem” e, ao retornar, teriam que repassar para os outros professores da região os conhecimentos adquiridos durante o período de formação. O depoimento da professora entrevistada concentra-se nessa experiência do curso preparatório no Estado do Paraná:

*“[...] Então a professora que era diretora, se eu não me engano, era a Dona Piveni, indicou meu nome pra ir com um grupo de professores pra Curitiba. Eu não conhecia ninguém porque era todos professores de Maringá, então nós ficamos em Curitiba, acho que ficamos uns 15 dias lá, fazendo uma reciclagem, vamos dizer assim. Depois foi marcado a reciclagem para os professores da região aqui em Maringá e eu dei aula nesse grupo. [...] Então, foi aí que eu fui pra Curitiba ter a oportunidade de fazer a reciclagem com professores de Educação Artística. Só que a reciclagem lá foi basicamente artes visuais, de música não teve nada lá, mais como eu era música foi bom pra mim, porque eu já juntei as duas coisas [...] não foi só aqui, em vários locais, várias cidades, houve várias pessoas de outros lugares que foram pra Curitiba, de outras de cidades. Então, Maringá foi uma cidade recicladora, Londrina foi outra, acho, que Guarapuava outra, então várias cidade aqui tiveram e Maringá veio gente do noroeste todo pra fazer essa reciclagem (PROFESSORA AZUL).*

O depoimento anterior permite identificar a existência de curso de reciclagem no Paraná, contrariando estudos que não encontraram esse processo por aqui, como os desenvolvidos por Barbosa (2003), os quais não reconhecem esse trabalho no Paraná, destacando tão somente que “As Secretarias de Estado (educação e/ou cultura) que desenvolveram um trabalho mais efetivo de reorientação e atendimento de professores de educação artística foram as do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais” (BARBOSA, 2003, p. 11).

Esses cursos de reorientação para os professores, oferecidos pelos Estados, foi uma iniciativa desenvolvida, segundo Barbosa (2003), pelo Ministério da Educação, no ano de 1971, no qual estabeleceu-se uma parceria com as Escolinhas de Arte no Brasil para criar cursos preparatórios para os profissionais das Secretarias de Educação, com o intuito de que os mesmos criassem um guia curricular para seus respectivos Estados. De acordo com o relato da professora entrevistada, a região do Núcleo de Educação do Noroeste do Paraná não recebeu nenhum guia curricular para auxiliar na metodologia de sistematização e

organização dos conteúdos de Educação Artística durante o processo de reciclagem. Contudo, foram orientadas no curso de capacitação, como se caracteriza no depoimento a seguir:

*“[...] foi isso que eles passaram pra nós. Vocês não vão receber um programa dizendo, faz isso hoje, faz isso amanhã, no mês tal. Ela passou a orientação que a gente tinha que aproveitar os momentos das datas especiais e fazer o nosso próprio programa de conteúdos de acordo com o nosso próprio grupo que a gente estava trabalhando. Essa parte eu achei muito interessante dessa nova ideia [...]. Eu acho que a gente tava mesmo muito preso aos programas aquela época. Essa lei até pode nem ter sido aplicada, mais passou essa ideia de você trabalhar de acordo com o grupo que você tava. Então, esse ano era um grupo, o ano que vem era um grupo diferente. Os próprios alunos, a clientela, dependia, às vezes você recebia um grupo de alunos bem desenvolvido, até, dependia naturalmente de onde eles vinham, a família, as situações financeiras, daí no outro ano vinha um grupo completamente diferente, você tem que se adaptar, pegar daqui e trazer, pelo menos chegar no nível do outro, né” (PROFESSORA AZUL).*

A nosso ver, as mudanças nas políticas públicas não é garantia de mudanças na prática pedagógica do professor em sala de aula, por compreender a complexidade histórica e cultural que envolve cada professor, os alunos e o ambiente escolar. Desta maneira, identificamos, no depoimento da professora a afirmação de Forquim (1993), quando se refere à acepção dos conteúdos a ensinar como algo difícil de definir, justificar e, ao mesmo tempo, refutar ou rejeitar, pela especificidade da ação de cada docente e dos conteúdos a serem ensinados:

*É por isso que todo questionamento ou toda a crítica envolvendo a verdadeira natureza dos conteúdos ensinados, sua pertinência, sua consistência, sua utilidade, seu interesse, seu valor educativo ou cultural, constitui para o professor um motivo privilegiado de inquieta reação ou de dolorosa consciência (FORQUIM, 1993, p. 9).*

Nesse sentido, é sempre o professor quem vai elencar e direcionar a sua prática pedagógica, envolvendo os conteúdos curriculares e os saberes que julgar mais pertinentes para seu trabalho em sala de aula, com base nos conhecimentos científicos que já possui ou naqueles nos quais virá a se apropriar. Identifica-se o

pensamento de Forquim (1993) no relato da professora Azul, ao se referir como elencava os conteúdos:

*“Acho que a gente já sabia que tinha que ensinar. A direção falava: olha no dia 7 de setembro, foi pedido que o grupo da Escola Normal vá cantar o Hino Nacional lá no palanque. Então, tinha que ensinar, né (risos). E esses outros Hinos como eu aprendi na minha Escola, no Colégio Piracicabano, nós cantávamos todos os hinos pátrios e as canções que havia. Havia canção do soldado, da aeronáutica, do estudante, nós cantávamos, da marinha, aquela muito bonita, “óh cisne branco”.<sup>19</sup> Então, da minha formação eu disse, acho que tenho que passar isso pra eles também, né”.*

Por ainda conter resquícios de um trabalho realizado por professores que herdaram as normas e a rigidez da padronização imposta pela Ditadura Militar dos programas curriculares anteriores e pela falta de um aperfeiçoamento contínuo dos mesmos, o ensino de Educação Artística cristalizou-se em práticas pedagógicas como preparar apresentações artísticas, trabalhar com datas comemorativas, decorar a escola para comemorações cívicas, religiosas e folclóricas, entre outras.

Para Julia (2001), essas normas, leis e organização das práticas pedagógicas, que permeiam o trabalho docente, fazem parte da cultura escolar e permitem a transmissão dos conhecimentos e a incorporação dos comportamentos, variando de acordo com a época ou com as intenções designadas, enquanto o corpo docente é encarregado de obedecer e propagar essas ordens, utilizando como instrumentos a própria prática pedagógica.

Conforme Bacarim (2005), o final da década de 1980 foi marcado por mudanças políticas e sociais, dentre elas, o fim da Ditadura Militar e a retomada das eleições diretas; e a promulgação da nova Constituição Nacional, em 1988, conhecida como Constituição cidadã, por buscar a defesa pela cidadania, considerando os direitos políticos em todas as esferas da população.

---

<sup>19</sup> Hino Oficial Da Marinha Brasileira (Cisne Branco): “Qual cisne branco que em noite de lua/Vai deslizando num lago azul./O meu navio também flutua/Nos verdes mares de Norte a Sul./Linda galera que em noite apagada/Vai navegando num mar imenso/Nos traz saudades da terra amada/Da Pátria minha em que tanto penso./Qual linda garça que aí vai cortando os ares/Vai navegando/Sob um belo céu de anil/Minha galera/Também vai cortando os mares/Os verdes mares,/Os mares verdes do Brasil./Quanta alegria nos traz a volta/À nossa/Pátria do coração/Dada por finda a nossa derrota/Temos cumprido nossa missão”.

A partir desse período, houve um avanço significativo na pesquisa em arte-educação no país, de forma que foi “[...] a década da crítica da educação que fora imposta pela ditadura militar e da pesquisa por soluções, [...]” (BARBOSA, 2010b, p.13).

Professores e estudiosos do ensino de arte organizaram um movimento denominado Arte Educação, após vários encontros e congressos<sup>20</sup>, a fim de refletir a respeito da importância da mudança no ensino de arte, para o desenvolvimento intelectual dos alunos, e para discutir metodologias e função deste aprendizado. Assim, os integrantes do movimento lutaram politicamente para assegurar a arte no currículo escolar como campo de conhecimento específico.

Essa luta foi imprescindível, quando, em 1986, “[...] em um Encontro entre Secretário de Educação no Rio Grande do Sul, o secretário de Educação de Rondônia propôs a extinção da educação artística no currículo, o que foi aprovado pela maioria dos secretários presentes” (BARBOSA, 2010b, p. 2). A proposta do Secretário era eliminar a Arte na escola, sem mesmo indicar outra opção para a disciplina. Ainda, conforme a autora, os arte-educadores envolvidos no movimento pressionaram e persuadiram alguns deputados responsáveis pela formulação da nova Constituição, tendo como resultado, na Constituição da Nova República de 1988, a arte sendo citada várias vezes. A respeito da educação, o “[...] artigo 206, parágrafo II, da Constituição, determina: “O ensino tomará lugar sobre os seguintes princípios... II – liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e disseminar pensamento, arte e conhecimento” (BARBOSA, 2010b, p. 130).

Esse movimento foi organizado, de início, “[...] fora da educação escolar e a partir da premissa metodológica fundamentada nas ideias da Escola Nova e da Educação através da Arte, [...]” (FERRAZ;FUSARI, 2009, p. 18). O movimento teve destaque em vários Estados e Capitais; no Paraná, foi criada, em Curitiba, a Apaep<sup>21</sup>, em 1982, não chegando a contribuir efetivamente para o Ensino da Arte nas cidades do interior, principalmente no noroeste.

---

<sup>20</sup> Entre os encontros e congressos com maiores expressividade, podemos destacar os festivais de Ouro Preto que se iniciaram no ano de 1967; o Festival de Inverno de Campos de Jordão (1983); o Congresso sobre História da Arte (1984); o Primeiro Festival Latino Americano de Arte e Cultura (1987); e o Simpósio sobre o Ensino de Arte e sua História (MAC/USP, 1989) (BARBOSA, 2010).

<sup>21</sup> Associação dos Profissionais em Arte Educação do Paraná

O movimento Arte Educação, segundo Brasil (1997), iniciou com o objetivo de conscientizar e organizar os profissionais para a constituição de grupos de professores de arte, ampliando, assim, as discussões referentes à valorização e ao aprimoramento dos mesmos.

Barbosa (2011) relata, no livro *Ensino da arte: memória e história*, o percurso da intensa luta que realizou, juntamente com outros profissionais e associações de arte educadores em meados da década de 1980 e início da década de 1990, para emancipação e democratização do Ensino da Arte, com o objetivo de “[...] articular o ensino da arte como expressão e cultura” (BARBOSA, 2011b, p. 20).

Vale salientar que as batalhas não foram travadas somente por arte-educadores envolvidos com os movimentos de arte-educação e professores pesquisadores, mas também pelos professores que estavam sentindo o resultado de um sistema educacional na sala de aula. A professora Roxo relata esses momentos que marcaram sua trajetória, nos anos finais da década de 1990:

*“O que marcou muito na minha trajetória, foi justamente essa busca, essa conquista da arte. Essa busca de dar valor à Arte e realmente mostrar não só pros alunos, mas também pra equipe diretiva, pras pedagogas, pros outros professores o valor que a aula de arte tinha. Então, foi uma busca muito grande, uma briga, assim constante. Porque ninguém queria perder aula, não é que a gente queria ganhar aula, mas a gente queria ter tempo de poder ensinar a matéria de acordo com ela deveria ser ensinada. Então, essa busca de ensinar a arte com conteúdo, essa busca de ensinar a arte sempre valorizando o ser humano, era como demonstração daquele momento da sociedade (PROFESSORA ROXO).*

Os professores, nesse momento, para afirmar a constitucionalidade da disciplina, precisavam aprimorar e/ou rever seus conhecimentos em Arte, com o objetivo de mudar a metodologia utilizada, para mostrar, a toda comunidade escolar, o conteúdo e o valor atribuído à disciplina.

Debates, manifestações e lutas, tanto parlamentar como extra-parlamentar se intensificaram após a Constituição de 1988, o que resultou na consolidação, em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, Lei 9.394/96. Conforme Ghiraldelli (2009, p. 170), “Entidades da sociedade, com interesses

diversos, porém convergentes em relação à defesa do ensino público e gratuito, se reuniram em vários momentos, criando versões de uma LDB de seu agrado”. O autor completa as informações, registrando que a versão resultante da LDB não foi a planejada por essas instâncias, mas, sim, o projeto elaborado pelo Senador Darcy Ribeiro (RJ), vindo de alianças com interesses partidários. Neste sentido, os ganhos para a democratização do ensino poderiam ter um aproveitamento melhor, não descartando os avanços conquistados no referido momento, na educação.

Um dos avanços significativos para o ensino da arte constitui-se na inserção da disciplina de Arte como obrigatória em toda a extensão da Educação Básica, denominando-a ensino da Arte e não mais Educação Artística. Como consta no “Artigo nº 26, § 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, 1996).

Em solo paranaense, após as primeiras eleições diretas em 1983, buscou-se uma política que envolvesse os professores no processo de democratização e de melhorias do ensino. Para tanto, a SEED, em consonância a projetos elaborados para o país, “[...] cria um discurso e o ratifica através da listagem e da divulgação de estratégias que, acreditava-se, levadas à prática, promoveriam a modernização educacional e, conseqüentemente, teríamos um país que, democraticamente, seria melhor” (RODRIGUES, 2001, p. 22).

Nesse sentido, o Estado do Paraná, podemos salientar de vanguarda, entre a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, elaborou o Currículo Básico, apoiado na teoria pedagógica Histórico-Crítica, de Demerval Saviani: “A versão final foi oficializada pelo Conselho Estadual de Educação em 1990 como Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, [...]” (PARANÁ, 2010, p. 31).

Após uma análise sobre os encaminhamentos que norteavam a disciplina de Educação Artística e buscando um objetivo para o Currículo Básico, observou que:

[...] Arte tem sido tomada, ora como conhecimento técnico, ora como expressão espontânea, perdendo-se de vista a sua totalidade. Recuperar a Arte como forma de conhecimento, trabalho e expressão, é buscar esta totalidade para dar conta da

necessidade humana de expressão, afirmação e interação com a realidade através do trabalho artístico (PARANÁ, 2003, p. 129).

Esse documento era o famoso “livrinho branco”,<sup>22</sup> referido pelos professores, ao citar o Currículo Básico, “[...] *um livrinho branquinho em que todo mundo corria atrás, o Currículo Básico [...]*” (PROFESSORA AMARELO). Apesar, de esse documento ser elaborado apenas para contemplar a Educação Infantil e o primeiro Ciclo do Ensino Fundamental, antigos Pré à 8ª série, os professores utilizavam-no também para os outros níveis de ensino, como destaca o seguinte depoimento:

*“Nós tínhamos aquele Currículo Básico, aquele livrinho pequeno, branquinho, e a gente se baseava por aquele Currículo, mas era pouca coisa também”* (PROFESSORA ROXO).

Os conteúdos apontados para o trabalho em sala de aula envolviam as Artes Plásticas, o Teatro e a Música. Como encaminhamento metodológico, a orientação aborda três aspectos para o trabalho simultâneo: a humanização dos objetos e dos sentidos; a familiarização cultural e o saber estético; e o trabalho artístico, constituindo, assim, a base para a ação pedagógica.

Conforme depoimentos, o documento foi um avanço para educação no Paraná e um marco importante para a disciplina, por ser base para o trabalho do professor. Contudo, foi pouco explorado e estudado por aqueles que estavam envolvidos diretamente com o cotidiano escolar, visto que nem todos os professores de Educação Artística possuíam uma cópia do documento, e a escola não oferecia, para os mesmos, este material como apoio à organização metodológica dos conteúdos, o que fragilizava mais ainda a disciplina.

Ao buscar uma ação política dentro das escolas paranaenses, a SEED iniciou um processo de longa duração, em que o professor teria voz ativa no âmbito escolar e, conseqüentemente, na sociedade, em conformidade com as perspectivas políticas conclamadas pelo Estado. A exemplo desse discurso, podemos observar, no relato a seguir da professora ao se dirigir às convocações

---

<sup>22</sup> A imagem digitalizada do Currículo Básico encontra-se em anexo

de reuniões para tomada de decisões a respeito da organização e da estrutura curricular das disciplinas e da escola:

*“Aí, teve uma reunião que foi assim; você tinha que expor os conteúdos que você deveria ensinar, pra você ver, se você conseguiria mudar a grade. E, nessa reunião, eu me lembro, lá no salão nobre, foi assim sabe, eu fiz um monte de conteúdo de Arte e comecei a ler, e comecei a expor, todos os professores ficava em silêncio. Eu fui expondo, expondo, expondo, falando, falando, falando e foi aí que os professores realmente viram a importância da Arte. É que eles tavam votando, todos pra que a Arte continuasse só no primeiro ano e que realmente eles votaram, e que nós realmente conseguimos a Arte nos segundo ano do Ensino Médio [...]” (PROFESSORA ROXO).*

Outras reuniões foram realizadas para garantir a permanência ou ampliação da disciplina na Estrutura Curricular; projetos foram elaborados coletivamente, contando com a participação dos professores da Rede de Educação do Estado do Paraná. Mesmo sendo estes figuras importantes ou meros coadjuvantes, a disciplina conquistou o espaço merecido, mais ainda, com muita história para contar.

### 3.3. Um dos problemas da Lei 5692/71: a prática pedagógica na disciplina de Educação Artística

Alguns problemas surgiram no ensino de Educação Artística após a Lei nº. 5.692/71, principalmente em relação aos conhecimentos básicos de Arte nas escolas públicas os quais se constituíram, como pontuam Ferraz e Fusari (2009, p.41), em “[...] uma prática diluída, pouco ou nada fundamentada, na qual métodos e conteúdos de tendências tradicionais e novista se misturam, sem grandes preocupações, com o que seria melhor para o ensino de Arte”.

Nota-se que, além dos problemas com teorias pedagógicas, o Colégio Estadual São Vicente de Paula passou a década inteira de 1970 sem nenhum professor com formação em nível superior em Educação Artística ou outra linguagem de Arte, o que pôde se constatado pelas observações que realizamos no Livro-Ata de Termo de Exercício, da Escola Normal Colegial Estadual São Vicente de Paula, nos anos de 1971 a 1978. Uma nutricionista, com formação em

piano, e professores de Língua Portuguesa foram os profissionais que lecionaram a disciplina naquele tempo e que completavam sua carga horária com as aulas no Curso Normal.

Uma das professoras entrevistadas comentou que a distribuição de aula, no Colégio ou até mesmo no Município, acontecia de maneira equivocada. Alguns professores de outras disciplinas que tinham a possibilidade de escolha<sup>23</sup> de aulas primeiro optavam pelas aulas de Educação Artística para completar sua carga horária, não sobrando, desta maneira, aulas para os professores com formação específica:

*“Era diferente a maneira de distribuir aulas, era diferente, não tinha núcleo, assim aquelas prioridades, né. Era aula guardada pra um, aula guardada pro outro. Por exemplo, Educação Artística guardava pro monte de gente pra completar, né. Então, às vezes eu ficava sem aula, talvez até tinha, mais... guardavam pra qualquer outra disciplina pra completar. Até pra ser no turno que o professor queria. Por exemplo, quero só de manhã, mas não têm todas as aulas de inglês de manhã, vamos dizer assim, ou todas de Português de manhã, eu preciso de tantos pra completar, pegava aula de Educação Artística, entendeu, era assim”* (PROFESSORA AMARELO).

Ações como essa, organizadas pela Escola ou por seus representantes, que utilizam dessa prática para favorecer alguns profissionais em detrimento de outros e, conseqüentemente, prejudicam o andamento de uma disciplina faz-nos repensar o cotidiano da própria Escola, a função e a importância da aprendizagem dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização e, ainda, sobre o valor atribuído à disciplina Educação Artística.

Assim, questionamo-nos: será que essa ação de distribuição de aula acontecia também em outras escolas do Estado do Paraná ou até mesmo em outros Estados do país? Se os professores encontravam dificuldade de trabalhar a disciplina de Educação Artística com a formação específica, podemos inferir como era a condução das aulas com profissionais de outras áreas. Não podemos depositar todo o demérito de uma prática diluída ou pouco fundamentada na

---

<sup>23</sup> Durante a distribuição de aulas no Estado do Paraná, a prioridade de escolha atende a uma seqüência: os professores do Quadro Próprio do Magistério, por ordem de tempo de serviço nas suas respectivas habilitações até completar o padrão de 20 ou 40 hs, na sua Escola de lotação. Se não houver aulas suficientes para completar o padrão, o mesmo poderá assumir aulas de áreas afins. Depois, assumem as aulas os professores suplementaristas, que atualmente são denominados de PSS – Processo Seletivo Simplificado. Atualmente, a SEED segue rigorosamente esta seqüência de distribuição de aulas.

figura dos professores de Educação Artística, mais, sim, pensar e repensar o próprio cotidiano escolar. Os professores que trabalhavam com a disciplina independente da sua formação, não contavam com material didático para apoio ou mesmo pesquisa, com materiais artísticos para o desenvolvimento de atividades em sala de aula ou com teorias para fundamentar sua prática.

Essas práticas resultaram na promoção de uma aprendizagem fragmentada com relação aos conteúdos e fundamentos da disciplina, resultando, assim, em um ensino fragilizado e em uma formação deficitária dos alunos; contribuindo para a compreensão de que a Educação Artística é uma disciplina supérflua, que se aprende sem esforço ou sem estudo e que qualquer professor pode assumir.

#### 4. FRAGMENTOS DO TEMPO A SEREM DESVELADOS

Inscipções  
Traduzem muito... São linhas  
horizontaes, verticaes, obliquas...  
São sinais... São números...  
São palavras... São frases...  
De qualquer modo qu'ellas se  
apresentem tem um significado  
intimo ou coletivo.  
(Correia)

Os Livros de Registros de Classe são componentes direcionados ao campo escolar, para que o professor anote formalmente seus procedimentos em sala de aula. Tratado pelo Estado como documento que oficializa a ação de registro de um conjunto de alunos, elencamos o “Registro de Classe”, “Livro de Registro” ou ainda chamado por “Livro de Frequência e Controle de Notas” como uma fonte documental.

Sabemos que, em nossas escolas, a prática de preencher o Registro de Classe não é atual, ela vem acompanhando o ambiente escolar, juntamente com outros documentos que se fazem presentes nos estabelecimentos de ensino. A esse respeito, Neves (2003, p. 146) pontua que “Desde 1772, com a Lei de 6 de novembro, promulgada por D. José, os professores tinham a obrigação de comunicar, em Relatório, sobre o estado de suas classes”; a autora citada acrescenta:

D. João, com a Provisão de 5 de abril de 1811, não só reafirma o procedimento como também solicita uma complementação. Exige que um quadro, que seria chamado de “Mappa”, com informações pessoais dos alunos, acompanhasse os Relatórios das atividades dos professores (NEVES, 2003, p.146).

Mantendo a tradição e incorporando elementos da contemporaneidade, os Livros de Registro de Classe, elaborado por professores ainda mantém sua materialidade na Escola.

Esse Registro de Classe se constitui como discurso em um formato oficial, elaborado e normatizado pela Secretaria Estadual de Educação, com a finalidade de documentar a frequência dos alunos, os conteúdos a serem trabalhados pelas

disciplinas e o aproveitamento escolar do educando. Como é um objeto tradicional da escola, pode auxiliar na investigação do universo escolar, percorrendo o cotidiano da escola em determinada época, bem como contribuindo para o estudo das disciplinas escolares.

Segundo Chervel (1990, p 219), “[...] toda disciplina deve rever o processo de sua criação no decorrer de sua história”. Julia (2001), por sua vez, afirma que realizar o estudo das práticas escolares, em determinado período, caracteriza-se como algo importante, quando permite desvelar as transformações decorrentes das gerações. De tal modo, ao se mudar a clientela escolar, alteram-se os conteúdos a serem ensinados, no decorrer do tempo e transformação do espaço. Sendo assim, a partir do estudo das disciplinas escolares, é possível direcionar nosso olhar para a subjetividade que permeia a escola, sobre o professor, o aluno e os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, de maneiras diferentes e individual, visto que a aprendizagem não é algo linear, nem unívoco.

Chervel (1990) adota como base fundamental para esse campo de pesquisa a reflexão sobre algumas questões: como se constituem as disciplinas escolares? Quais as funções das disciplinas no sentido de atenderem às expectativas da sociedade? E, por fim, como elas funcionam e seu real resultado para o ensino? A fim de responder a essas questões, o referido autor ressalta a importância em se compreender:

[...] a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação da massa que ela determina, então, a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação, mas na história cultural (CHERVEL, 1990, p.184).

Entendemos, portanto, que a história da disciplina escolar não se limita ao estudo dos documentos oficiais, mas envolve a utilização de outras fontes nas quais podem estar inclusos objetos, atividades, diário de classe, vestimentas, comportamentos, dentre outros componentes que tornam rico o espaço escolar, como fonte de pesquisa. Então, ao estudarmos a história da disciplina escolar, reconhecendo a gama de fatores que a compõem, é possível compreendermos a

cultura escolar de determinada época, suas nuances e conflitos. Desta maneira, vislumbra-se a possibilidade de entendermos como professores e pesquisadores, os procedimentos que nos constituem como agentes da Educação e, por conseguinte, como nos constituímos nesse processo.

Todavia, além do estudo teórico, faz-nos importante um estudo mais próximo da prática em sala de aula, das ações dos professores, das atividades realizadas pelos alunos, dos materiais disponíveis nas escolas, do espaço e tempo dedicado à disciplina. Enfim, é preciso estudar a disciplina de Arte e seu cotidiano ao longo da História e rever sua criação, observando os próprios autores dessa prática, que são professores e alunos.

Para tanto, os livros de registros, nossas fontes de estudo, só terão valor se forem observados, relacionados e questionados, transformando esses dados em pesquisa. Como destacam Stephanou e Bastos (2005, p.417), “As pistas, as marcas, os documentos, são fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada pelo pesquisador [...]”, é preciso desvendá-los, compreendendo as tramas de sua trajetória.

A fim de desvelarmos possíveis sentidos contidos nos registros de classe, nos anos selecionados para pesquisa, de 1971 a 1997, visto que se trata de um período em que além de entrar em vigor a Lei 5692/71, o curso de Magistério foi extinto no Colégio Estadual São Vicente de Paula. Também formou muitos profissionais que atuaram ou ainda atuam na rede municipal e particular de Ensino no Município de Nova Esperança.

Recolhemos para o estudo 38 Livros de Registro de Classe, do Colégio Estadual São Vicente de Paula, os quais se encontravam em uma sala destinada à documentação escolar e conservados em caixas-arquivo, datadas e com evidentes sinais de deterioração pelo tempo.

#### 4.1. A materialidade das fontes

Os livros referentes às décadas de 1970 eram nomeados Livros de Frequência e Controle de Notas e separados por disciplinas. A estrutura do livro, no referido período, mostrou algumas variações por parte da apresentação gráfica da capa e dimensão: de 1971 a 1977, media 27 cm por 18 cm, (um pouco menor

em relação ao tamanho A4). Nos anos de 1978 a 1992, apresentavam aproximadamente uma medida de 30 cm por 21 cm, o padronizado tamanho A4, e denominado de Livro Registro. Nos anos de 1993 e 1994, o livro foi substituído por folhas avulsas que vinham impressas da CELEPAR<sup>24</sup>, e o campo com o nome do professor, as datas das aulas, bimestres e a frequência dos alunos eram preenchidos na escola, pela secretária. Ao término do ano letivo, as folhas de todas as disciplinas da respectiva turma eram reunidas e arquivadas. O Livro de Registro, em 1995, voltou a ter a mesma medida dos anos observados anteriormente. A partir de 1996, o livro foi denominado Registro de Classe e sua dimensão tinha alguns centímetros de acréscimo na lateral direita, conforme demonstra a Figura 5:

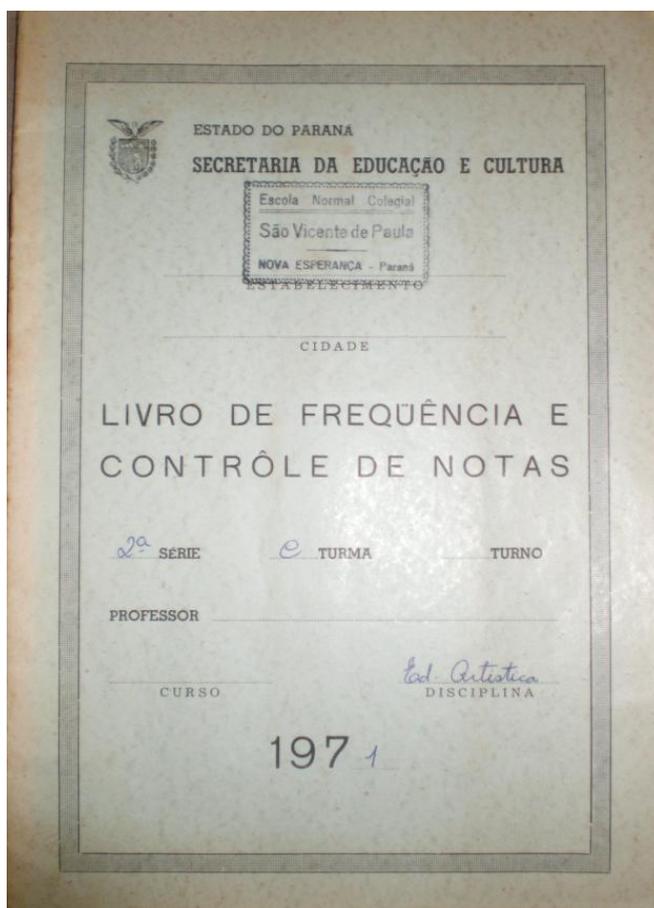


Figura 5: Capa do Livro de Frequência e Controle de notas – 1971  
Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

<sup>24</sup> Companhia de Informática do Paraná é uma Sociedade de Economia Mista, criada pela Lei Estadual 4945, de 30 de outubro de 1964, constituída por escritura pública, lavrada em 05 de novembro de 1964 e é a mais antiga Empresa Pública de Informática no país.

Quanto ao *layout* das capas ao longo dessas três décadas, podemos destacar o brasão do Estado do Paraná em todos os livros. Entre 1971 a 1974, o emblema estava localizado na parte superior esquerda e, ao lado, estava escrito Estado do Paraná; e, abaixo, Secretaria da Educação e Cultura, com fonte em negrito, na cor preta. Na sequência, o nome do estabelecimento e da cidade; ao centro, com letras maiúsculas em destaque: Livro de Frequência e Controle de Notas, seguido de série, turma, turno, professor, curso, disciplina e ano, sendo que os últimos sete itens eram preenchidos pela secretária do Colégio. Todas as informações ficavam posicionadas dentro de uma moldura de 0,5 cm que percorria todo o papel de textura lisa e gramatura cartonada:

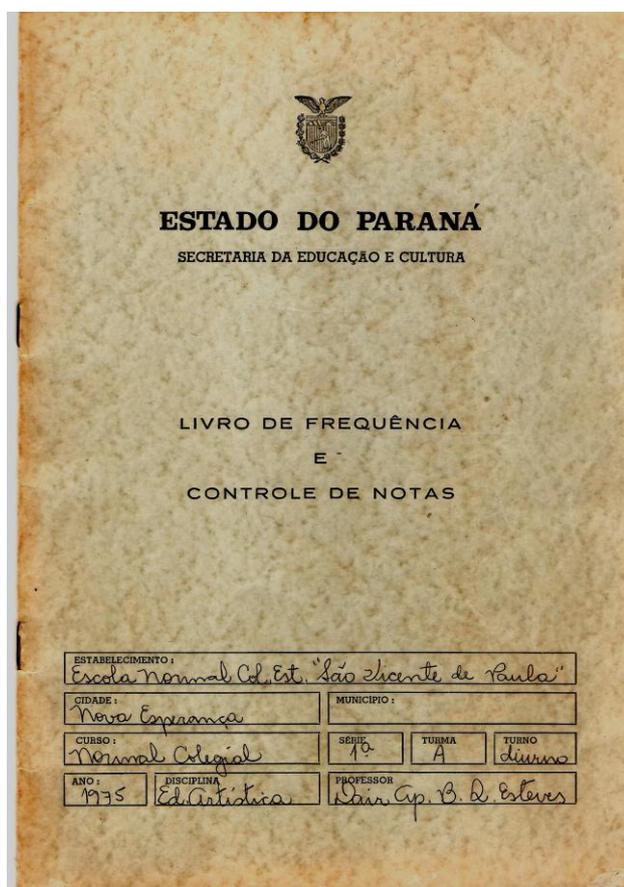


Figura 6: Capa do Livro de Frequência e Controle de notas – 1975  
Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula.

Durante os anos de 1974 a 1977, a capa passou a trazer o brasão no centro da parte superior do livro e a inscrição ESTADO DO PARANÁ encontrava-se em destaque, centralizada e com o número da fonte bem maior que as demais

informações exibidas. Em segundo plano, na sequência, vinham impressas em preto, logo abaixo, as mesmas informações do Livro de Frequência e Controle de Notas dos anos anteriores, com a disposição um pouco mais compactada de cada elemento: Estabelecimento, Cidade, Município, Curso, Série, Turma, Turno, Ano, Disciplina e Professor. Todos, dentro de um retângulo, com espaço adequado para serem preenchidos à mão pela secretária da instituição escolar.

Em 1978, ocorreram várias alterações no documento, e as primeiras a serem notadas foram as mudanças na nomenclatura e na cor do impresso, que passava de preto à cor verde. Deixava de ser denominado Livro de Frequência e Controle de Notas, passando para Livro de Registro, acompanhado do impresso da Lei Nº 5.692/71, em negrito. O Brasão voltava a tomar o lugar que tivera anteriormente, no lado superior esquerdo, juntamente com o cabeçalho que também passava por alterações e ficava no seguinte formato: ESTADO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC/PR. Fundação Estado do Paraná – FUNDEPAR. Projeto 4.2.2. – Sistema de Informações Educacionais. Nesse mesmo ano, o documento trazia informações e mencionava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5.692/71, quando colocava em evidência a frequência, o conteúdo programático e a avaliação do rendimento escolar do aluno, requisitos reforçados pela Lei, no Artigo 14, ao referir-se à avaliação do aproveitamento qualitativo, à assiduidade e à frequência do educando:

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA - SEC/PR  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ - FUNDEPAR  
PROJETO 422 - SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

**LIVRO REGISTRO**  
Lei Nº 5.992/71 — Ensino de 1º Grau — 5ª & 6ª séries  
Ensino de 2º Grau

— FREQUÊNCIA  
— CONTEÚDO PROGRAMÁTICO  
— AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

**ANO LETIVO 1978**

ESTABELECIMENTO: *Escola Normal Col. Est. São Vicente de Paula*

COMPLEXO:

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA: *Município Nova Esperança*

DISTRITO: I.R.E.: *33ª* GRAB: *2ª* HABILITAÇÃO: *Normal Colegial*

ÁREA DE ESTUDO OU DISCIPLINA: *Educação Artística*

SÉRIE: *3ª* TURMA: *A* TURNO: *noturno* PROFESSOR(A): *Cidreira Baltazar Milani*

HORARIO DAS AULAS	SEGUNDA FEIRA	TERÇA FEIRA	QUARTA FEIRA	QUINTA FEIRA	SEXTA FEIRA	SABADO
1ª AULA HORAS						
2ª AULA HORAS						
3ª AULA HORAS						
4ª AULA HORAS						
5ª AULA HORAS						

Figura 7: Capa do Livro Registro – 1978  
Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Ainda, em 1978, no *layout* da capa, localizado ao meio, seguiam os retângulos com os dados a serem completados, como Ano Letivo, Estabelecimento, Complexo, Dependência Administrativa, Município, Distrito, IRE, Habilitação, Área de estudos ou Disciplina, Série, Turma, Turno, Professor(a), e mais abaixo, era adicionada uma tabela com linhas que indicavam os horários das cinco aulas diárias, e as colunas referiam-se aos dias da semana, de segunda-feira a sábado. Nesta tabela, caberia ao secretário anotar com um “x” os horários e dias de aulas do professor, para melhor organização do trabalho pedagógico e controle do professor.

Outro acréscimo relevante ao documento se refere à Instrução para a Utilização e Preenchimento do Livro Registro, que foi introduzida nas três primeiras páginas do livro. As instruções descreviam as funções do livro como documento escolar e respectivas finalidades, bem como exibiam os deveres do Diretor, do Coordenador, do Secretário e do Professor, relacionados à

importância, manipulação, preenchimento, manutenção e conservação do mesmo.

As mudanças incididas no Livro de Registro em 1978 foram significativas, porque, a partir do ano em questão, percebemos que os padrões estético e documental foram conservados até a atualidade, no que auxiliou o trabalho de escrituração escolar dos profissionais da Educação que manipulam o documento. Pudemos notar observação, ou seja, o livro, como objeto habitual e comum ao ambiente escolar, foi, ao longo dos anos, sendo adaptado para atender às exigências de cada época. Cabe ao historiador da cultura escolar pesquisar se realmente este documento atendeu a essas obrigações.

Entre 1979 e 1992, a estrutura física da capa permaneceu praticamente a mesma em relação a tamanho, fontes, informações, cor e gramatura do papel. Os registros dos anos de 1993 e 1994 seguiram com o mesmo nome, Registro de Classe (SERE01)<sup>25</sup>, porém chegavam para a escola em folhas avulsas. Ao término do ano letivo, as folhas de registro de todas as disciplinas da respectiva série eram guardadas, juntas, em um bloco:

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANÁ SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO ESCOLAR		REGISTRO DE CLASSE - (SERE01)				
NÚCLEO 22 - PARANAÍ		MUNICÍPIO 1700 - NOVA ESPERANÇA	ESTABELECIMENTO 00188 - SAO VICENTE DE PAULA, COL EST-ENS 1 2 GR	ENSINO 41 - 2. GRAU	6237	
CURSO 0479 - MAGIST. 4A - GRA		TURNO 3 - TARDE	SERIE 2	TURMA B	AULAS PREV. JGADAS	
PROFESSOR(A) Edna Maria R. Amadeu			DISCIPLINA EDUCAÇÃO ARTÍSTICA			
NUMERO DO ALUNO	NOME DO ALUNO	MESES:	FREQUÊNCIA			DT. INSCRIÇÃO
01	CIRLENE KENUPP	5 11 1993 2 11 1993	DISPENSADA DO NÚCLEO COMUM			
02	EDNA APD CESTARO BONETTI					
03	ENIM SANTOS FAGANELLO MARIN		DISPENSADA DO NÚCLEO COMUM			
04	FATIMA REGINA DE O. FAGANELLO					
05	IRACI AMBROZIO A. DE ALMEIDA		DISPENSADA DO NÚCLEO COMUM			
06	IVANIL DA SILVA TORV					
07	JULIANA SEVERO ROCHA GOMES		TRANSFERIDA			
08	LUCILIA HIPOLITO GUMARAES		DISPENSADA DO NÚCLEO COMUM			
09	MALVINA DA SILVA SEGUURA		DISPENSADA DO NÚCLEO COMUM			
10	MARCIA REGINA F HIDALGO DELIMA					
11	MARIA DE FATIMA DA S. OLIVEIRA					
12	MARIA DE FATIMA DO SANTOS REIS					
13	MARIA JOSE PONCETTI TREICHEL					
14	MARIA LUIZA GALINARI		DISPENSADA DO NÚCLEO COMUM			
15	MARLENE RODRIGUES R. GATTO					
16	MARY LEIA CAIERO PEREIRA					
17	NEUSA BENEDETTI DIAS					
18	QUELLIA APARECIDA M. DA SILVA					
19	ROSANGELA PEREIRA					
20	ALESSANDRA M. B. GUADALINI		DISPENSADA DO NÚCLEO COMUM			
21	MARIA DA DA S. DE CAMARGO					
22	LUCILENE RIHEL					
23	LUCIANA V. SILVA VITERBO		DISPENSADA DO NÚCLEO COMUM			

Figura 8: Página do Registro de Classe – 1993. Grifo nosso.

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula.

<sup>25</sup> SERE – Sistema Estadual de Registro Escolar, adotado pelo Estado do Paraná, em 1993, uso restrito e controlado pelo secretário de auxiliares, e nele se faz o registro de toda a vida escolar do aluno e da escola.

E 1995, o livro voltava ao mesmo padrão de tamanho e estrutura dos livros do ano de 1978. Havia algumas alterações no preenchimento da capa, como a Entidade Mantenedora, curso/habilitação, Código do Prédio, que foram substituídas e outras acrescentadas na sequência por Complexo Escolar, habilitação e Distrito, as quais geralmente não eram preenchidas.

Em 1996 e 1997, os dados foram sintetizados, deixando apenas os elementos como o Brasão, acompanhado do cabeçalho oficial do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Educação, Sistema Estadual de Registro Escolar - SERE. O nome mais uma vez foi substituído por Registro de Classe, e com essa mesma nomenclatura o livro permanece atualmente:

**ESTADO DO PARANÁ**  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO ESCOLAR – SERE

**REGISTRO DE CLASSE**  
5ª/8ª SÉRIE E 2º GRAU - REGULAR E SUPLETIVO

FREQÜÊNCIA  
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO  
AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR

ANO LETIVO 1.996

ESTABELECIMENTO:  
COL. ESTADUAL "SÃO VICENTE DE PAULA" - EPSG.

MATERIA, CONTEÚDO ESPECÍFICO OU DISCIPLINA:  
EDUCAÇÃO ARTÍSTICA       REGULAR     SUPLETIVO     ESPECIAL

CURSO:  
2º GRAU - MAGISTÉRIO

SÉRIE: 2ª      TURMA: A      TURNO: T      PROFESSOR(A): SHIRLEY MARTOS DANIEL

**ED. ARTÍSTICA**

HORÁRIO DAS AULAS	SEGUNDA FEIRA	TERÇA FEIRA	QUARTA FEIRA	QUINTA FEIRA	SEXTA FEIRA	SABADO
1ª AULA HORAS						
2ª AULA HORAS						
3ª AULA HORAS						
4ª AULA HORAS						
5ª AULA HORAS						

Figura 9: Capa do Livro Registro de Classe – 1996  
Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Após os dados contidos na capa, logo abaixo do Registro de Classe, estão os impressos de 5ª/8ª série e 2º grau, regular e supletivo, frequência, conteúdo programático, avaliação do rendimento escolar e ano letivo. Os retângulos estão



largura e 27cm de comprimento e eram entregues à secretária do colégio. As duas folhas que não continham a parte para o destaque eram destinadas ao Resultado Anual e Ocorrências Disciplinares. O restante da folha destinava-se ao registro dos conteúdos das aulas, às anotações das disciplinas, nome do professor, dia, assunto e rubrica; cada folha para, um mês de aula. No verso, o espaço da folha era quadriculado para as faltas, mês e dias.

Foram mínimas as mudanças ocorridas nos livros entre 1975 e 1977; constituíram-se em ampliar a tabela dos horários de aulas da contracapa, que passou a tomar quase toda a folha, e houve a diminuição de duas folhas que se encontravam ociosas nos livros anteriores, por não serem utilizadas durante o ano letivo. Tais folhas eram um resumo das notas, faltas e resultado final do ano letivo.

Como já mencionado, no ano de 1978, o Livro de Registro, entretanto, sofreu grandes remodelações, tanto na capa quanto na parte interna, ganhando novo formato, manual de instrução e amplos espaços para anotações dos conteúdos e frequência, em relação aos documentos dos anos anteriores. Notamos que, entre 1978 e 1995, exceto os anos de 1993 e 1994, o interior do livro encontrava-se com uma variação de 11 a 14 folhas. As primeiras sempre destinadas às instruções para utilização e preenchimento do Livro Registro e os nomes datilografados e colados dos alunos, na extensão da primeira folha, de modo a ser dobrada dentro do livro. As próximas páginas obedeciam à seguinte sequência: frequência dos alunos, bimestre, mês, aulas previstas e aulas dadas, faltas do mês, faltas do bimestre, notas ou menções e recuperação.

No final de cada bimestre, era responsabilidade do professor preencher os picotes da folha de frequência, registrando bimestre, curso, habilitação, turno, série e turma, fazendo as anotações das faltas e notas obtidas pelos alunos, informando aulas previstas e aulas dadas, destacando-os e assinando-os. Esta parte da folha destacada era entregue à coordenação que verificava o seu lançamento na folha de resultados anuais e a encaminhava para a secretária.

Nas laudas que se seguiam, o item denominado Conteúdo Programático Desenvolvido ou Objetivo era o espaço para anotações dos conteúdos trabalhados pelo professor, de acordo com o Plano de Curso Anual da Escola,

separado por mês e bimestre. Finalizando, nas últimas, havia o quadro para todo o resultado do aproveitamento escolar anual dos alunos, separado por bimestre.

Os espaços destinados tanto para anotações de conteúdos, quanto para registrar resultado do aproveitamento dos alunos ou observações foram surgindo à medida que a dinâmica escolar foi se modificando. As alterações que envolvem o espaço escolar não acontecem somente com as Teorias Pedagógicas, com a prática docente ou com as Leis, as mudanças também podem ser observadas em algumas estruturas como os livros didáticos, os recursos pedagógicos, os Livros de Registro de Classe, os uniformes, entre outros que acompanham o dia-a-dia da escola, fazendo parte das especificidades que a compõem.

#### 4. 2. Percorrendo as Fontes e os vestígios das Práticas Pedagógicas

Os livros de Registro de Classe também trazem vestígios das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores que vivenciaram inúmeras mudanças na Educação. Essas práticas pedagógicas estão, conforme destacam Ferraz e Fusari (2009), relacionadas a uma teoria de educação escolar, ou seja, as tendências pedagógicas que direcionam o fazer do professor. Neste sentido, as práticas educativas e as teorias educacionais estão impregnadas de concepções filosóficas e ideológicas. Não diferente, o ensino escolar da Arte, sofre influência das tendências teóricas, expostas por Saviani (2000), que unidas às concepções de mundo particulares, direcionam a prática do professor.

As tendências pedagógicas apresentam uma forma específica de ensino, a qual orienta a prática escolar. Saviani (2000) classifica dois grupos de teorias educacionais que explicam a relação entre marginalidade e escolarização. No primeiro, a educação é entendida como instrumento de equalização social, portanto, capaz de superar a marginalidade; já, para o segundo, a educação é concebida como fator de discriminação social, por conseguinte, geradora da marginalização.

O primeiro grupo é entendido pelo autor como “Teorias não-críticas”, sendo composto pela Pedagogia Tradicional, Nova e Tecnicista, assim denominadas por

conceber a educação como autônoma, buscando explicações nela mesma e excluindo os condicionantes histórico-sociais que permeiam a educação. Neste sentido, Saviani (2000, p.57) as considera:

[...] ingênuas e não-críticas, já que é próprio da consciência crítica saber-se condicionada, determinada objetivamente, materialmente, ao passo que a consciência ingênuas é aquela que não se sabe condicionada, mas, ao contrário, acredita-se superior aos fatos, imaginando-se capaz de determiná-los e alterá-los por si mesma.

Dessas perspectivas, a escola acolhe o papel de equalizadora social, assumindo a responsabilidade de transformar a sociedade, tornando-a mais justa, superando, assim, a marginalização.

Segundo Ferraz e Fusari (2009), a Pedagogia Tradicional iniciou-se no século XIX, estendendo-se até os dias atuais; tem como ponto principal a aquisição do conhecimento, tomando como base os modelos de pensamento dos adultos como, por exemplo, a lógica e a abstração. O professor é o centro do processo educativo, e o conteúdo ensinado é considerado verdade absoluta, não passível de questionamentos.

Essa tendência pedagógica, continuam as autoras, esteve presente nas aulas de Artes, no Brasil, desde o século XIX, época em que predominou a teoria estética mimética, caracterizada pela cópia mediante a apresentação de modelos, considerados ideais de beleza. No mesmo período em que esta tendência predominava na Europa, outros movimentos artísticos despontavam como, por exemplo, o Impressionismo, registro de imagens utilizando como recurso a fotografia e o desenho como modalidade aplicada em ornamentos, técnica ensinada aos operários, da Inglaterra, França e demais países.

Propagado pelos debates sobre educação profissional, na segunda metade do século XIX, no Brasil, o desenho passou a ter um sentido utilitário, fazendo parte da formação técnica dos indivíduos, tanto para o serviço manufatureiro, quanto, para os trabalhos artesanais e, posteriormente, industriais. De acordo com Cunha (2005), apesar de a maioria das iniciativas de uma educação profissional no período escravista serem dedicadas a agricultura, que era a atividade predominante no período, não foi a mesma que direcionou a educação

profissional brasileira. Exemplo disso é o parecer sobre o ensino primário, redigido por Ruy Barbosa em 1883, que expressa a relação entre o desenho e o progresso das indústrias. Neste sentido, nas escolas primárias e secundárias, o desenho manteve a concepção neoclássica, enfatizando o contorno, as linhas, a configuração e o traçado.

A analogia entre desenho e trabalho permaneceu no Brasil até as primeiras décadas do século XX, cujo conteúdo das aulas era focado no desenho geométrico, na perspectiva e em exercícios de composição para a decoração e os ornamentos. Nas décadas entre 1930 e 1970, os programas de cursos de desenho apresentavam como modalidades o desenho natural, o decorativo, o geométrico e o pedagógico; este último, especificamente nas “Escolas Normais”, com o objetivo de “ilustrar” as aulas (FERRAZ ;FUSARI, 2009).

As referidas autoras ressaltam que a aula de desenho, na perspectiva tradicional, focava os exercícios de reprodução de modelos propostos pelo professor, repetidos pelos alunos, inúmeras vezes, com o objetivo de aprimorar a destreza motora.

Entre as décadas de 1930 e 1970, aproximadamente em meados década de 1950, além do desenho, passam a integrar o currículo escolar as matérias de Canto Orfeônico, Música e Trabalhos Manuais. O caráter técnico e científico dos conteúdos reprodutivos é mantido, seguindo os preceitos da Pedagogia Tradicional.

Opondo-se à tendência anterior, a Pedagogia Nova, tem como centro do processo ensino aprendizagem o aluno; compreende o ensino como pesquisa e passa a valorizar os interesses, motivações, necessidades, e a subjetividade das crianças.

A Pedagogia Nova, pontuam Fusari; Ferraz (2009), tem suas origens na Europa e nos Estados Unidos, no final do século XIX. No Brasil, ganha força a partir de 1939. Ao adotar esta perspectiva teórica, os professores acreditavam que as relações entre as pessoas poderiam ser mais justas e satisfatórias, se a educação escolar fosse capaz de adaptar e ajustar o aluno à sociedade, suscitando alguns valores essenciais, como o de aceitação dos demais.

As autoras destacam também, a influência de John Dewey (1859-1952) na Pedagogia Nova, direcionando a prática dos professores no sentido de valorizar os interesses do aluno, desenvolvendo-os cognitivamente, em um constante “aprender fazendo”.

Em relação às teorias e práticas estéticas, os professores escola-novista, romperam com as “cópias” de modelos ou de ambientes, valorizando as características psicológicas das pessoas. Desta perspectiva, a estética centra suas forças na:

a) estruturação de experiências individuais de percepção, de integração, de um entendimento sensível do meio ambiente (estética de orientação pragmática com base na Psicologia Cognitiva; b) expressão, revelação de emoções, de insights, de desejos, de motivações experimentadas interiormente pelos indivíduos (estética de orientação expressiva, apoiada na Psicanálise) (FERRAZ ;FUSARI, 2007, p.32).

Além da Psicanálise e da Teoria Cognitivista, a Gestalt também influenciou a estética e o ensino superior artístico, dando ênfase a um modelo de aluno-produtor, capaz de expressar-se, criar, perceber e analisar as obras de arte, não somente as copiar, como era feito na Pedagogia Tradicional.

A Pedagogia Tecnicista desenvolveu-se nos Estados Unidos, em meados do século XX, e sua adesão, no Brasil, aconteceu nos anos de 1960 e 1970. Tem como característica principal a racionalização e a mecanização dos currículos escolares, visando à formação de trabalhadores competentes e produtivos. Nesta o professor configura-se “técnico”, tornando-se responsável por elaborar o planejamento dos cursos escolares, com vistas às mudanças de comportamento dos alunos, adaptando-os às necessidades da sociedade industrial.

As palavras de ordem essenciais do currículo na Pedagogia Tecnicista são: objetivos, conteúdos, técnicas, estratégias e avaliação; todos interligados. Diferente da Pedagogia Tradicional e da Pedagogia Nova, a Tecnicista surge em um momento em que a educação passa a ser avaliada como insuficiente às exigências de uma sociedade em expansão, acompanhada de mudanças favorecidas pelo progresso tecnológico.

A metodologia adotada tanto pela Pedagogia Tradicional quanto pelo movimento da Escola Nova é submetida à organização tecnicista do ensino; que,

no Brasil, em 1970, acompanhou a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 6592/71, incluindo a disciplina de Educação Artística no currículo escolar (FERRAZ ;FUSARI, 2007).

As autoras esclarecem que a introdução dessa Teoria na prática pedagógica, ocorreu de forma brusca para os professores de Música, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto Coral e Artes Aplicadas, que já trabalhavam com os conhecimentos específicos de cada área, exigindo que eles transformassem todo o conteúdo em “meras atividades artísticas”. Sentindo-se despreparados, os professores recorreram aos livros didáticos de Educação Artística, materiais produzidos especialmente para o uso da “indústria cultural”.<sup>26</sup>

As fontes selecionadas para a pesquisa, tais como livros de registros, livros didáticos utilizados pelos professores, especificamente: *Arte na Escola Primária*, de Regina Yolanda (1967); *Vademecum Pedagógico* (s.d.), *Iniciação às Artes Aplicadas no Curso Normal* (1969); *Enciclopédias: Atividades* (s.d.), *Artesanato* (s.d.); *Mãos de Ouro* (1968); a Lei 5692/71; a Lei 9394/96; os depoimentos e as atividades dos alunos como desenhos para pintar e as pastas confeccionadas durante o ano letivo ampliaram o campo de investigação. Estas fontes possibilitaram novas problematizações e interpretações do dia-a-dia das aulas de Educação Artística, após a Lei 5.692/71.

Somente uma leitura, ainda que minuciosa, desses livros de Registro de Classe seria uma operação restrita e insuficiente de informações para responder a todas as dúvidas e lacunas deixadas pelos apontamentos realizados por professores, durante o recorte de tempo pesquisado, justamente por não conter os dados suficientes.

Em especial, esses documentos, registram a prática escolar dos conteúdos de Educação Artística no decorrer de três décadas e deixam sinais de um discurso institucional, ao revelar uma tradição criada pela cultura escolar. Para Ginzburg (1989, p. 117), o paradigma indiciário é uma metodologia que se construiu em um modelo fundamentado no conhecimento científico do individual,

---

<sup>26</sup> A Expressão “indústria cultural” é usada por Horkheimer e Adorno (1985), em “Dialética do Esclarecimento”, para se referirem, de maneira geral, às indústrias interessadas na produção em massa de bens culturais. Os autores usaram o conceito “indústria cultural” em lugar de “cultura de massas”, uma vez que este último pode levar a uma ideia equivocada de uma cultura espontaneamente popular. Já, o conceito de indústria cultural significa uma forma de mercantilização da cultura de forma vertical, autoritária, que procura adaptar as mercadorias culturais às massas e as massas a essas mercadorias.

centrado nos detalhes, o qual nos fornece vestígios, pistas, sinais, resíduos, apontando as relevâncias para o estudo dos fatos humanos, rastreando e dando sentido a nossas interpretações.

O referido autor destaca que esses sinais podem levar a novas observações, tratando-se “de formas de saber tendencialmente mudas”, por não serem regras explicitamente formalizadas. Neste sentido, os livros de Registro de Classe contêm as pistas, os indícios e os sinais que expressam como os conteúdos foram anotados e conduzidos pelo professor; demonstrando, ainda, o direcionamento do trabalho a quem coubesse conferir ou vigiar, neste caso, a Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Estudar a história da disciplina de Educação Artística no curso Normal Secundário e, posteriormente, no Magistério é destacar e problematizar o porquê de a escola ensinar os conteúdos que ministravam no determinado recorte e não querer responder o que, ou qual conteúdo a escola deveria ensinar (JUNIOR ;GALVÃO, 2005). Propomo-nos a garimpar vestígios do tempo e a obter um novo olhar para a escola do passado, defendendo a ideia de que a escola é um espaço de amalgamação e de (re)criação cultural.

Essa organização escolar a que no reportamos faz parte das regras, práticas, hábitos, conteúdos e horários definidos ou seguidos pelos componentes do universo escolar. Para Julia (2001), a cultura escolar caracteriza-se por:

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, p. 10).

Por meio das observações nos Livros de Registro, constatamos a variação da Grade Curricular, atualmente denominada Estrutura Curricular no Colégio Estadual São Vicente de Paula, entre os anos de 1971 e 1997. Encontramos seis Estruturas Curriculares arquivadas, referentes ao Curso Normal e Magistério. A seguir, apresentamos no Quadro 2 as alterações em números de aulas, oferta da disciplina por turmas e nomenclatura das aulas de Educação Artística durante esses anos:

ANO	DURAÇÃO	HABILITAÇÃO	Nº DE AULAS (hora/aula – 45 min.)	SÉRIE	DISCIPLINA
1977	3 anos	Normal	01 aula 02 aulas 02 aulas	1ª série 2ª série 3ª série	Educação Artística
1980	3 anos	Magistério	03 aulas	1ª série	Recursos Audiovisuais e Educação Artística
1986	3 anos	Magistério	02 aulas	1ª série	Educação Artística
1988	3 anos	Magistério	02 aulas	1ª série	Educação Artística
1991	4 anos	Magistério	01 aula	2ª série	Educação Artística
1994	4 anos	Magistério	01 aula	2ª série	Educação Artística

Quadro 2 - Relação de Estruturas Curriculares do Curso Normal Colegial e Magistério do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora

Verificamos que tanto a grade curricular de 1977 quanto os Livros de Frequência e Controle de Notas de 1971 a 1978 do Colégio continuaram com a denominação curso Normal Colegial, mesmo com a mudança de nomenclatura e estrutura do curso, propostas pela Lei nº 5692/71. Saviani (2009, p.157) afirma que “Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer nº 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972,[...]” Pelo que analisamos, só a partir de 1980, foi que o Curso Normal Colegial passou a ser denominado “Magistério”, permanecendo com essa nomenclatura até no ano de seu fechamento, em 1999.

Observamos (Figura 11), no documento apresentado a seguir, que a Lei nº 5.692/71 não foi implantada imediatamente no estabelecimento de ensino pesquisado:

ESTADO DO PARANÁ  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Escola Normal Col. São Vicente de Paula - Nova Esperança  
(Estabelecimento) (Cidade)

**CURRÍCULO ESCOLAR**

CURSO: NORMAL ANO LETIVO: 1977

DISCIPLINAS	NÚMEROS DE AULAS SEMANAIS							
	Séries Diurnas				Séries Noturnas			
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª
<b>OBRIGATORIAS</b>								
Português					01	01	01	
Matemática					01		01	
História					01	01		
Geografia					01			
Ciências						01		
<b>COMPLEMENTARES</b>								
T.P.E.P.					01	01	01	
Fund. de Educação					01	01	01	
<b>OPTATIVAS</b>								
Ag. e Pecuária						01	01	
Estudo Social					01			
Castelão					01			
Ed. Moral e Cívica					01	01	01	
<b>PRÁTICAS EDUCATIVAS</b>								
Educação Artística					01	01	01	
Religião					01	01	01	
<b>TOTAL DE AULAS SEMANAIS</b>					05	05	05	

Novo Esperança 07 de fevereiro de 1977.

Figura 11: Estrutura Curricular de 1977. (grifo nosso)

Fonte: Pasta de arquivo das grades curriculares do Colégio Estadual São Vicente de Paula.

A leitura meticulosa da Estrutura Curricular de 1977 ofereceu-nos informações como, por exemplo: a) a inclusão da disciplina de Educação Artística como obrigatória, constando como “práticas educativas”; b) a diferença de carga horária do curso; c) as séries em que a disciplina de Educação Artística foi ofertada; e d) a organização metodológica da disciplina e a inclusão da mesma no currículo escolar.

A disciplina de Educação Artística, ao ser incluída como obrigatória nas escolas brasileiras, não teve um lugar privilegiado como campo de conhecimento, sendo incorporada à Estrutura Curricular no campo denominado “práticas educativas”. Este termo foi totalmente rechaçado pelo Grupo de Trabalho do antiprojeto da Lei 5692/71, visto que, tinha como objetivos interpretar e deixar mais compreensíveis as atribuições da Lei para os professores, “[...] procurando deixar clara a função de cada uma para a construção de um currículo ao mesmo tempo orgânico e flexível, capaz de ajustar-se às múltiplas variáveis a considerar e sem perda de sua unidade básica” (PARANÁ, 1971, p. 9).

A respeito da denominação “práticas educativas”, o Parecer nº 181 afirma que “[...] repele com veemência uma distinção mecanicista à base de ‘disciplinas’ que preparam à reflexão, ‘práticas educativas’ que levam à ação e ‘atividades artísticas’ que predispõem à criatividade, [...]” (PARANÁ, 1971, p.11). Além disso, o documento ressalta que “o pensar, o agir e o criar” devem estar presentes tanto na ação docente, quando na discente, mesmo variando, de acordo com cada situação didático-psicológica.

Esse documento organizado pelo Grupo de Trabalho denominado “atos complementares”, teria chegado às mãos dos professores de Educação Artística de Nova Esperança? Os mesmos o leram e fizeram um estudo aprofundado? No que o documento poderia contribuir para a organização e dinâmica de suas aulas? Haveria professores com formação em Arte?

Respondendo a essas inquietações, as primeiras informações é que sim, os professores tiveram acesso a esses documentos por meio dos cursos de reciclagem, que aconteceu inicialmente em Curitiba, no ano de 1972, e se estendeu pelo Estado por meio dos Núcleos, de Educação em cidades polo. Nesses cursos de reciclagem, os professores tinham orientações de como organizar e direcionar suas aulas, conforme já destacado anteriormente na fala da professora Azul:

*“Vocês não vão receber um programa dizendo faz isso hoje, faz isso amanhã, no mês tal. Ela passou a orientação que a gente tinha que aproveitar os momentos das datas especiais e fazer o nosso próprio programa de conteúdos, de acordo com o nosso próprio grupo que a gente tava trabalhando. Essa parte eu achei muito interessante dessa nova ideia, né, porque quando eu tive que dar aula aqui em Maringá, para professores de Maringá, dessa parte de Educação Artística” (PROFESSORA AZUL).*

Ao destacar o período (1971) que ministrou aula em Maringá, a professora Azul referia-se ao curso de reciclagem no qual instruiu um grupo de professores do noroeste paranaense, após a Lei 5692/71.

A citada Lei previa uma carga horária de 2.200 horas, para os cursos profissionalizantes, com duração de três anos, como o Colégio em estudo, que cumpria a carga horária de 2.250 horas.

Podemos observar, também, que a disciplina era ministrada nas três séries ofertadas pelo curso; com uma aula, na primeira série, e duas, na segunda e terceira séries. Neste período, os registros dos livros direcionam-nos para os saberes ministrados nas três séries, com vestígios dos conteúdos das disciplinas de Desenho e Artes Aplicadas e de Música e Canto, seguindo as atribuições das bases de organização da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. Consta-se que só a partir de 1973 foi que teve início a atribuição de notas de aproveitamento e não mais conceitos.

Ao observarmos os Livros de Frequência e Controle de Notas, do período de 1971 a 1978, identificamos que os conteúdos giravam em torno da teoria musical, canções infantis, músicas populares, hinos pátrios, trabalhos manuais, datas comemorativas, desenho, técnicas de pintura e colagem, teatro infantil, dobraduras e economia doméstica.

Cada um desses conteúdos desempenhava um papel político, articulando saberes que representavam ou poderiam vir a representar uma função atribuída aos mesmos. Segundo Bittencourt (2003, p. 10), a “[...] sua obrigatoriedade ou sua condição de conteúdo opcional e, ainda, seu reconhecimento legitimado por intermédio da escola, não se restringe a problemas epistemológicos ou didáticos, [...]”, mas também dependem da organização educacional e das ações praticadas pelos professores e alunos com o passar do tempo.

Por meio das observações, identificamos, nos Livros de Registro e nos depoimentos das professoras, a variação dos conteúdos de Educação Artística ao longo do recorte selecionado na pesquisa, e, a partir da mudança de professores, à medida que os anos foram se passando. Cada professor tem em si hábitos, conhecimentos, didáticas, gostos, valores, crenças, enfim, uma bagagem cultural que revela sua subjetividade, desvelando a sua maneira de ser e ensinar, como destaca Nóvoa (1992).

Desta maneira voltamos a afirmar que, quando há uma análise das fontes selecionadas e o entrecruzamento das mesmas, tem-se a possibilidade de examinar e “[...] mostrar, com segurança e seriedade, o caminho percorrido, desde a pergunta formulada à pesquisa de arquivo, assim como a estratégia pela qual fez a fonte falar, produzindo sentido e revelação [...]” (PESAVENTO, 2005,

p.67), para transformarmos, em dados, os conteúdos trabalhados. Ao compreendermos, a relação entre o que estava registrado e a prática do dia-a-dia em sala de aula, destacamos a seguir alguns conteúdos, identificando e esclarecendo suas especificidades.

#### 4.2.1 Da teoria musical às comemorações cívicas

Na primeira metade da década de 1970, a teoria musical, as canções infantis e os hinos eram bem explorados, como retrata o recorte do Livro de Frequência e Controle de Notas do ano de 1971, apresentado a seguir na Figura 12:

Linha <i>Educação Artística</i>	
<i>Glauco Ramos Neves</i>	
ASSUNTO	RUBRICA
<i>História de música</i>	<i>J.R. Neves</i>
<i>Cerâmica - Lúcia de Teófilo para confeccionar objetos de cerâmica</i>	<i>J.R. Neves</i>
<i>Canção Incitativa - Ranchinho</i>	<i>J.R. Neves</i>
<i>Canção Mohol - Hino aos Espíritos santos infantis</i>	<i>J.R. Neves</i>
<i>Canções infantis - ensino N.N.</i>	<i>J.R. Neves</i>
<i>Observações dos alunos nas aulas</i>	<i>J.R. Neves</i>
<i>Observações dos alunos nas aulas</i>	<i>J.R. Neves</i>

Figura 12: recorte do Livro de Frequência e Controle de notas de 1971 - 1ª série (grifo nosso)

Fonte: arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Nesta etapa da pesquisa, é pertinente questionar: Quais músicas eram ensinadas e quais teorias musicais envolviam esses conteúdos? A teoria musical, com já comentado, vinha com resquício da disciplina de Canto Orfeônico e Música e Canto, da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946. Um dos objetivos da disciplina, a nosso ver, era formar as normalistas para levar a música ao maior número de pessoas possível, assumindo a função importante de caráter

nacionalista e de educação cívica e moral. Isso pode ser observado pela fala da Professora Azul, que trabalhou com o Curso Normal entre 1969 a 1973, no Colégio Estadual São Vicente de Paula:

*“[...] a gente treinou bastante e, graças a Deus (risos), chegamos a cantar o Hino Nacional bem afinado. Tanto que o grupo da Escola Normal era solicitado para cantar em ocasiões que vinha alguém importante, então, ia lá a turma cantava, o Hino Nacional, certo. Porque no começo não se cantava o Hino Nacional, não sei o que que era (risos). [...] Então, elas aprenderam a cantar esse Hino também, a Marcha, Hino da Independência, Hino da República. Alias, Hino da Republica ninguém conhecia e a gente ensinou. Qual era o outro que a gente cantava? Aquela Canção do Expedicionário, mais não era uma coisa assim que todo ano se fazia. Era mais o Hino à Bandeira também, Hino Nacional, da Independência, da República esse era bem, ah! o Hino do Paraná também eu ensinei pra ele. [...] não só eu como os outros, principalmente no Hino Nacional, a postura, a maneira de estar em pé durante o Hino Nacional” (PROFESSORA AZUL ).*

Assim como se evidenciou na fala da professora com relação aos Hinos, observamos também a quantidade de registros de hinos pátrios e canções de ensinamento e de boa convivência. Os mencionados são: Hino Nacional<sup>27</sup>, Hino à Bandeira<sup>28</sup>, Hino da Independência<sup>29</sup>, Hino do Paraná, Hino de Nova Esperança<sup>30</sup>, Hino ao trabalho, Hino “Deus Salve a América” e o Hino do MOBREAL<sup>31</sup> (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

A música “Você também é responsável”, de Dom e Ravel, dentre outras que exaltavam o Brasil, foi adotada para ser o hino do MOBREAL, pelo Ministro da Educação, em 1971, Jarbas Passarinho, durante o Regime Militar no Brasil (1964-1985). Esta música foi marcada pela letra que dizia: “Eu venho de campos,

<sup>27</sup> Interpretação do Hino Nacional do Brasil, (piano e voz), Marina Elali, disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=1XtRtGK4wH0>> Acesso em 26 de ago. de 2012.

<sup>28</sup> Apresentação por *clipe* do Hino à Bandeira, Letra de Olavo Bilac, Música de Francisco Braga, disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=qi-5HArYleE>> Acesso em 26 de ago. de 2012.

<sup>29</sup> Apresentação por *clipe* do Hino Da Independência. Letra de Evaristo da Veiga, Música de D. Pedro I, disponível em: < <http://www.youtube.com/watch?v=Jyq2xX3WfXQ&feature=related>> Acesso em 26 de ago. de 2012.

<sup>30</sup> Na sessão da Câmara Municipal de Nova Esperança-PR, atiradores do Tiro de Guerra e Professores municipais cantam o Hino de Nova Esperança. O Tiro de Guerra recebe homenagens por completar 20 anos, e os professores acompanharam a votação dos Vereadores para o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração. Disponível em: <[http://www.youtube.com/watch?v=F E8\\_qJREg8](http://www.youtube.com/watch?v=F E8_qJREg8)>. Acesso em 25 de ago. de 2012. Ver também a Letra na abertura do trabalho.

<sup>31</sup> Música Você também é responsável, dupla da MPB “Dom & Ravel”, que a partir dos anos de 1970, foram parada de sucesso no país, disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=G6kwbZIHZmA>> Acesso em 26 de ago, de 2012.

subúrbios e vilas, /Sonhando e cantando, chorando nas filas, /Seguindo a corrente sem participar,/ Me falta a semente do ler e contar”.

O movimento foi mais uma tentativa de reforçar o discurso sobre a questão de que “melhorando a Educação, irá melhorar o país”, como se pelo fato de se ensinar o adulto a ler, a escrever e a contar, sua condição social mudaria, e ele passaria a participar mais ativamente da sociedade. Esta concepção era trabalhada em sala de aula, com a prática de interpretação da letra e música.

Outro assunto abordado na teoria musical eram os valores negativos e positivos da música, que representam maior ou menor duração do som ou do silêncio. Os valores positivos são atribuídos à produção de uma nota musical ou a duração do som, enquanto que os valores negativos são relacionados às pausas ou à duração do silêncio, seguindo um padrão para o valor dessas notas dentro do compasso (GUBAUA, 1973).

Também há os solfejos<sup>32</sup> que aparecem nos registros de 1971 e contavam com o desenvolvimento da leitura musical, primeiramente com aulas teóricas e depois acompanhadas da voz da Professora Azul, que tinha conhecimento de piano clássico e formação acadêmica em Nutrição, conforme relato:

*“O solfejo é assim o aluno, ele aprende as notas, então a gente passava, foi o que eu falei pra você, de uma certa nota até uma nota lá, eu passei pra eles, né? Então, o solfejo tava dentro dessas notas, tipo assim, LÁ, SI, DÓ, RÉ, MI, FÁ, SOL, LÁ, por exemplo. Então, seria 13 notas que eles poderiam reconhecer na pauta, né? Daí eles cantavam seguindo aquelas notas. É lógico que a gente, você vai cantar assim, assim, assim, então havia uma prática de solfejo. Eu não fiz muito essa prática, a gente pegava, era mais a própria partitura dos Hinos e tentava seguir pelas “bolinhas”, assim meio empiricamente, vamos dizer” (PROFESSORA AZUL).*

Conforme o relato anterior da professora, outro conteúdo a destacar são as pautas e notas musicais, também observadas nos Registros de Frequência e Controle de Notas, de 1975 e 1976, pois em todas as séries foram trabalhados os mesmos conteúdos. Nos anos de 1977 e 1978, o trabalho com a música nas

---

<sup>32</sup> Exemplo de uma aula de solfejo, disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2FYs4hXF5MQ&feature=related> Acesso em 25 de ago. de 2012.

aulas de Educação Artística, na Escola Normal, ficou a cargo da interpretação e execução dos hinos oficiais.

Desse modo, questionamos: o professor não tinha uma sequência de conteúdos para seguir e um planejamento para cada série? Poderia não dominar os saberes musicais? Ou considerar o conhecimento da teoria musical desnecessário para a formação dos alunos? Ou o trabalho com os hinos oficiais era conteúdo fundamental para o período?

Na década de 1970, no Estado do Paraná, os professores recebiam instrução de como deveriam conduzir os programas de conteúdos a serem aplicados diretamente dos cursos que eram oferecidos pela Secretária de Educação em Curitiba. Não havia, no Estado, um programa pronto de Educação Artística para que os professores seguissem, como se destaca na fala da Professora Azul, quando questionada da existência de um programa de conteúdo do Estado.

*“E sobre o programa de conteúdos do Estado, na realidade não havia, porque o principal objetivo era que a Educação Artística auxiliasse muito no ensino do núcleo comum, que seria Português e Matemática. Então, o programa de conteúdos que nos formávamos também tinha uma olhada, um, um, uma olhadela para ajudar na parte do Português e na parte do raciocínio na Matemática. Porque as artes acabam aplicando princípios também, não só de Português como de Matemática”*  
(PROFESSORA AZUL).

Dessa maneira, eram os próprios professores de Educação Artística que criavam um programa de conteúdos que julgava conveniente para atender e auxiliar no desenvolvimento de atividades realizadas em outras disciplinas do núcleo comum, como Matemática e Português.

Essa observação faz-nos lembrar do construto teórico de Chervel (1990), em que os registros, quando bem detalhados, revelam que a escola cria sua própria cultura de ensino, ao verificar que os conteúdos vão se transformando, enquanto as finalidades continuam as mesmas.

No caso da música, no decorrer desses anos analisados, houve um esvaziamento de conteúdos referente ao conceito e teoria musical,

permanecendo as atividades com os hinos pátrios, canções folclóricas e infantis, garantido-se a finalidade política da disciplina naquele período.

O livro de Wagner Ribeiro (1965), denominado *Antologia de Cantos Orfeônicos e Folclóricos*, remete-nos à afirmação de que a música pode vir a despertar um sentimento de amor incondicional à Pátria. Vejamos o exemplo:

O meu Brasil

O meu Brasil, é sem igual  
Encantos mil, não tem rival,  
Em teu seio tem neste mundo além.  
Eu hei de amar, de idolatrar  
Este é meu País

Rios e montes, prados e fontes,  
Tudo a Deus bendiz. É colossal,  
Não tem rival, meu torrão feliz.  
No céu brasileiro, luz o lindo Cruzeiro.  
Vejo-o brilhar, iluminar  
Este é meu País.

(Letra: Euclides Pereira e Música: J. Jakob, RIBEIRO, 1965, p.27)

Tanto as canções de amor à Pátria como os Hinos Oficiais faziam parte da dinâmica da escola e das aulas de Educação Artística, reforçando, na coletividade o valor de pertencimento à Nação.

Além do trabalho com a música nas três séries, como verificado nos Livros de Registros de Classe, no período ainda de 1971 a 1978, havia os trabalhos manuais, as datas comemorativas, os desenhos, as técnicas de pinturas e a educação para o lar ou relações sociais. As imagens (figuras 13 e 14) a seguir são registros do mês de maio dos anos de 1974 e 1975, que ilustram os trabalhos desenvolvidos em sala:

Ed. Artística	
ASSUNTO	RUBRICA
Confeção de flores Confeção de flores	
Comemoração referente ao dia das mães.	
Relações sociais: Comportamentos: Igrejas, ruas, lojas e cinemas e restaurantes	
Trabalhos manuais - noção de cozinha Continuação da aula anterior	
Tema musical	
Pintura d. com tecido (avental)	

Figura 13 : Recorte do Livro de Frequência e Controle de Notas de 1974, 3ª série, maio (grifo nosso)  
Fonte: Colégio Est. São Vicente de Paula

Educação Artística Lair A. B. U. Esteves	
ASSUNTO	RUBRICA
Implicações de desenhos.	festas.
Música - Notas Musicais - Figuras Musicais - Cantos.	festas.
Ensaio de jogral - "Dia das Mães".	festas.
Exercícios em Ação:	festas.
Enfites de bolos - Receitas doces e salgadas	festas.
Cantos dos Brinos: Nacional Brasileiro, da Independência, à Bandeira.	festas.
Montagem com recortes de papel colorido.	festas.
Confeção de bandeirinhas fininas.	festas.

Figura 14 : Recorte do Livro de Frequência e Controle de Notas de 1975, 3ª série, maio (grifo nosso)  
Fonte: Colégio Est. São Vicente de Paula

Com relação às datas comemorativas, podemos observar que há a presença das comemorações em todas as festividades, seja com música, declamação de poesia, jogral, danças, confecções de lembrancinhas, pintura com o tema em pauta, dramatização e mensagens, constantes nos registros e nos relatos:

*“O trabalho com as datas comemorativas e datas cívicas era bastante enfatizado essas datas e sempre tinha que ter alguma coisa (risos), vamos dizer assim. Ou o grupo ia cantar, ou o grupo ia fazê uma representação gráfica, ou iam fazer não sei o quê, sempre tinha alguma invenção de moda mesmo, falar bem claro. Sem fazer esse dia não passa. E a parte de Educação Artística entrava também bastante coisa pra..., geralmente era feito o grupo todo, os professores todos, então não era só Educação Artística ou só na aula de Português que vai fazer só a dança dá, era uma coisa feita todo mundo junto” (PROFESSORA AZUL).*

Podemos observar que no recorte temporal 1971 a 1997, no Colégio Estadual São Vicente de Paula, as datas comemorativas não ficavam somente na responsabilidade da disciplina de Educação Artística, como assinala a Professora Azul, de forma que todas as disciplinas participavam da organização das atividades desenvolvidas na escola.

Dentre as festividades, a mais frequentes, além da Páscoa, Natal e Dia dos Pais, era a do “Dia das Mães”. As atividades artísticas realizadas para a comemoração deste dia alternavam-se entre desenhos para pintar, mensagem, jogral, cartões, trabalhos manuais como confecção de porta-guardanapo, botões de rosas e flores e a música “minha querida mãezinha”, colocando a mãe como a doce mulher do lar, exemplo a ser seguido pelas normalistas. E a festa junina, com confecção de bandeirinhas, balões, decoração do ambiente e com os ensaios das quadrilhas.

As comemorações cívicas, pontuadamente com ensaios dos hinos oficiais, desfiles e pinturas, são constante em todos os Livros de Registros da década de 1970 e 1980. Percebemos que se tornaram festividades de longa duração nas escolas brasileiras, garantido a permanência da “formação do cidadão” e estabelecendo uma relação de continuidade de valores e hábitos, possibilitando a criação de uma memória coletiva, Sobre a qual Le Goff (2003, p. 422) pontua:

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

Para o autor supracitado, a memória coletiva é uma maneira de se preservar a história e o uso de arquivos, bibliotecas, museus, símbolos, arquiteturas, comemorações, peregrinações, aniversários, entre outros, que são elementos de que Estados, os meios sociais e políticos usufruem para a construção da memória do seu povo.

Amparado na compreensão de Le Goff (2003), entendemos que o Estado encontrava, na escola, ambiente frutífero para a realização das festividades cívicas. Segundo Cordeiro (2012, p.27), a escola tornou-se um espaço apropriado para esse tipo de evento, por ser “[...] um dos canais de expressão de

uma cultura cívica brasileira já profundamente enraizada na sociedade”. A autora ainda ressalta que a participação maciça dos estudantes em tais eventos não era uma novidade do Regime Militar.

Para Neves (2003), a escola, no Brasil no início do século XIX, foi concebida para atender a questões exequíveis ao Estado; tal como o militarismo e a igreja eram o braço do Estado Nacional. Conforme a autora a educação, a escola e a instrução pública foram concebidas como instâncias importantes à construção de uma nação civilizada nos moldes europeus.

Nesse caso, não era novidade do militarismo usa a Escola para a construção da memória coletiva nacional e, conseqüentemente, com caráter doutrinador, padronizar a disciplina do corpo e da mente, mantendo as reivindicações populares e coagindo o crescimento cultural.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o governo promoveu mudanças na Educação, principalmente no ensino secundário, atual Ensino Médio, e no ensino técnico-profissional, os antigos Industrial, Comercial e Agrícola. Além destes, o Normal (formação de docentes) e o primário (Ensino Fundamental) passaram por mudanças significativas com objetivos que corroboravam a preparação das crianças e dos jovens para a formação do futuro do país, reforçando o ideário do militarismo. Tais objetivos eram salientados pelo Ministro da Educação (1934-1945) Gustavo Capanema (1900- 1985), quando expunha os motivos da Lei Orgânica nº 4244, de 9 de abril de 1942, que tinha por finalidade a formação patriótica, os quais eram expressos pelo Ministro da seguinte maneira:

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da Nação, [...]. Ele deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é um ensino capaz de dar ao adolescente a compreensão da continuidade histórica da Pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da Nação, e bem assim dos perigos que acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disso, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da Pátria, a sua independência, a sua ordem, o seu destino (CAPANEMA, Gustavo. Exposição de motivos da lei orgânica do ensino secundário, *apud* PILETTI, 1996, p. 96).

Em comemoração à Independência do Brasil, na cidade de Nova Esperança e em todo país, todos os anos acontecia o desfile de 7 de Setembro, e momento do qual, os alunos eram obrigados a participar, como podemos notar nas imagens que se seguem do desfile das alunas percorrendo a avenida principal (Figura 15 e 16):



Figura 15: Desfile de 7 de Setembro, década de 1970

Fonte: arquivo pessoal da autora



Figura 16: Desfile de 7 de Setembro, década de 1970

Fonte: arquivo pessoal da autora

Observe-se, nas Figuras 15 e 16, a organização dos alunos enfileirados em ordem decrescente e uniformizados, marchando de acordo com o ritmo e em consonância aos demais. A postura e a distância entre os alunos também eram cobradas, o que se pode perceber pelas sombras praticamente na mesma extensão. Essa dinâmica pode ser destacada, pelos apontamentos da Professora Azul:

*“[...] todos os 7 de Setembro que nós passamos em Nova Esperança, havia o desfile das escolas, chovesse ou não, né. Então, a Escola Normal tinha que fazer alguma coisa em especial. A própria professora, diretora, falava: Não, tem que ser uma coisa muito boa, num sei o que, porque a Escola Normal..., e botava a gente a trabalhar (risos), sabe. Então, havia o preparo bastante grande e cada ano seria de um jeito e procurava fazer o desfile de uma outra maneira. Então, havia esse trabalho, todo mundo trabalhava, todos nós fomos pra rua ajudar os nossos alunos. Então [...] mesmo que não fosse eu, por exemplo, que tivesse que fazer algo especial, eu tinha que tá lá ajudando na hora da marcha, na hora da fazerem a entrada e a saída. Então, iam todos os professores, era um compromisso, né? (PROFESSORA AZUL).*

Também, podemos destacar a presença marcante dos desfiles pela fala da ex-aluna Colagem, que recorda seus momentos de participação nas comemorações cívicas:

*“Foi uma época que eles não admitiam que faltasse esse desfile, tinha que ter mesmo. E era [...] Eu lembro que cantava o Hino Nacional (risos), o Hino Nacional não podia faltar e bem cantado ainda e desfilavam nas ruas, eram muito lindo. Tinha as fanfarras, as fanfarras muito bem preparadas, foi acabando. Todo ano tinha desfile, era fundamental e preparado nas Escolas” (EX-ALUNA COLAGEM).*

Conforme registram as figuras 17 e 18 as datas cívicas e a Semana da Pátria eram trabalhadas com semanas de antecedência, segundo o exemplo do recorte do Livro de Registro, das anotações dos preparativos para Semana da Pátria e das fotografias que registraram o desfile:

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DESENVOLVIDO		
MÊS: <u>Agosto</u>	Matéria, Conteúdo Específico ou Disciplina: <u>Ed. Art. e R.A. Teor.</u>	
DIAS	CONTEÚDOS OU OBJETIVOS	RUBRICA
02	Festa de aniversários (organização)	[Rubrica vertical]
02	Festa de aniversários (organização)	
03	Festas.	
04	Festas.	
09	Ensaios para o Festival folclórico.	
10	Ensaios para o Festival folclórico.	
11	Ensaios para o Festival folclórico.	
11	Músicas infantis.	
14	Músicas infantis.	
23	Confecção de balões.	
23	Confecção de balões.	
27	Confecção de balões.	
30	Preparativos para Semana da Pátria.	
31	Preparativos para Semana da Pátria.	
31	Preparativos para Semana da Pátria.	

Figura 17: Recorte do Livro de Registro de 1982, 1º Magistério, agosto (grifo nosso)

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula



Figura 18: Desfile das alunas do Magistério do ano de 1982

Fonte: Álbum de fotografia do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Por ser um evento que envolvia todas as escolas, podemos observar a quantidade de público nas calçadas, nos dois lados da avenida principal da cidade. Neste caso, as comemorações cívicas cumpriam o papel de transmitir a memória coletiva nacional para a maior parte da cidade que estava presente com as imagens dos símbolos nacionais:



Figura 19: Desfile das alunas do Magistério, do ano de 1982

Fonte: Álbum de fotografia do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Nota-se que a organização do desfile, na década de 1980, aparece com a mesma ordem e direção da década de 1970, pois seguem a mesma rigidez,

marcada pela disciplina do militarismo. A distância entre as alunas e a sombra projetada na Avenida caracterizam o mesmo padrão da década anterior:

As questões sociais e políticas começam a ser temas para reflexões em sala de aula, sugerindo manifestações de civismo, com introdução de palavras e até frases nos desfiles de 7 de Setembro. Como apontou a ex-aluna Tricô.

*“Eu lembro que a gente sempre participava do desfile, então tinha que fazer, tinha que desfilar, nossa... Era tudo feito na sala é nos tínhamos que desfilar e a turma toda desfilava do magistério, minha turma era bem unida, i nós fazíamos todas. Tinha que desfilar determinado tema, então a gente trabalha na sala esse tema pra desfilar no dia. Tudo era feito na sala. Ah! a produção... Eu lembro que eu desfilei uma vez toda de preto, tinha um bloco, quatro pessoas ia de preto, que era relacionado a produção do Brasil. Eu fui de carvão, mais tinha relacionado ao ouro na época, então se vestia e se caracterizava no desfile igual.. Os temas eram sociais da atualidade ou iam em trajes típicos, entendeu, a turma é que produzia tudo (risos)” (EX-ALUNA TRICÔ).*

Mesmo com as discussões reflexivas sobre o país, abordando os temas sociais da atualidade, essa ainda foi uma geração condicionalmente marcada pela disciplina e repressão do militarismo.

Além dos desfiles, as poesias e atividades de pinturas eram práticas constantes nas aulas de Educação Artística para celebração de eventos como a Revolução de 31 de Março, Tiradentes (21 de Abril), Dia do Soldado (25 de Agosto) e dia da Bandeira (19 de novembro).

A importância dessas festividades, com a participação das escolas para o governo na década de 1970, parece-nos ser a continuidade dos objetivos do Estado Novo, no que se refere à formação do Curso Normal: Preparando as normalistas com um espírito de “amor à Nação”; estas, por sua vez, estariam divulgando o “[...] sentimento vigoroso, como alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a Pátria” (PILETTI, 1996, p.96) e propagando o fortalecimento do sentimento de nacionalismo no país.

Ao pesquisar a História da Educação, no Brasil no século XIX, Neves (2003, p.135) observou que, “[...] os objetivos da educação iam para além da instrução elementar: deveriam também empreender a promoção da uniformidade

social, moral, religiosa e educacional entre os homens livres e pobres”. Desta maneira, a utilização da escola como agente do Estado, auxiliando no serviço da criação do sentimento de nacionalismo, não era uma novidade da ditadura militar, pois era uma ação praticada nas escolas desde o século XIX, em busca da construção de uma memória e de uma identidade nacional, fortificando-se no militarismo.

#### 4.2.2 Do trabalho manual às técnicas de pinturas

Nas anotações dos professores, nos Livros de Registros do Colégio Estadual São Vicente de Paula e nas entrevistas com a professora Azul e a ex-aluna Colagem, no período de 1971 a 1978, verificamos que a parte artística, que se destinava às artes visuais, eram reproduções mecânicas de técnicas de pinturas e confecções de trabalhos manuais, o que a tornavam um mero fazer, eliminando qualquer “[...] criticidade e criatividade no seio da escola, com a concomitante produção de pessoal técnico [...]” (Duarte JR, 1996, p. 78).

Durante as observações e análises dos registros, eram constantes as anotações como “trabalhos manuais” durante um mês inteiro; em outros, porém, havia explanações mais específicas, orientando quais trabalhos eram esses como, por exemplo, “trabalho manual – pegador de panela para as meninas e cabides para os meninos”, ou como nos indica as imagens das Figuras 20 e 21 a seguir:

Disciplina <i>Educação Artística</i>		
Professor <i>Alan C. B. de Moraes</i>		
DIA	ASSUNTO	RUBRICA
6	Trabalho Manual	<i>[assinatura]</i>
6	Trabalho Manual	<i>[assinatura]</i>
13	Trabalho Manual	<i>[assinatura]</i>
13	Trabalho Manual	<i>[assinatura]</i>

Figura 20: Recorte do Livro de Frequência e Controle de Notas de 1976, 2ª série, maio (grifo nosso)  
Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Disciplina <i>Educação Artística</i>		
Professor <i>Alan C. B. de Moraes</i>		
DIA	ASSUNTO	RUBRICA
4	Cont. dos trabalhos manuais.	<i>[assinatura]</i>
11	Cont. dos trabalhos manuais.	<i>[assinatura]</i>
13	Avaliação dos trabalhos - das meninas e início do queleiro nos meninos.	<i>[assinatura]</i>
18	Premiação dos Professores	<i>[assinatura]</i>
25	Conto "Seli Natal"	<i>[assinatura]</i>

Figura 21: Recorte do Livro de Frequência e Controle de Notas de 1976, 1ª série, outubro (grifo nosso)  
Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

A cada página folheada dos documentos, as dúvidas surgiam lembrando-nos que quanto mais se analisa a documentação elencada pelo pesquisador, mais delicados são os problemas propostos (LE GOFF, 2003).

Dessa maneira, algumas inquietações surgiram, ao analisarmos as páginas dos Livros de Registros de Classe com assuntos direcionados aos trabalhos manuais: Como eram conduzidas essas práticas pedagógicas? Quais eram os materiais de apoio do professor? O professor usava um material pedagógico ou reproduzia as atividades trabalhadas e o plano de aula dos anos anteriores, dando continuidade ao trabalho realizado? As atividades eram preparadas pelos professores de maneira mecânica e sem objetivo?

Partindo dessas questões e refletindo sobre as fontes disponíveis, percebemos, em um primeiro momento, que as atividades eram sempre as mesmas, durante esses primeiros oito anos investigados. Em um segundo momento, identificamos alguns apoios didáticos pelos quais os professores direcionavam suas práticas pedagógicas.

As atividades eram desenvolvidas pelo tradicional método das artes aplicadas do Curso Normal; seguiam uma prática que consistia em elementos formadores da mentalidade profissional do professor primário do período.

Todo trabalho manual efetivado era direcionado ao utilitarismo doméstico, à decoração do lar, às datas comemorativas ou à confecção de materiais didáticos para uso em sala de aula.

Os utilitários e os decorativos, como *“porta guardanapo de palito, porta níquel, cesta com palito de sorvete, pendurador de guardanapos, pegador de panelas para as meninas e cabides para os meninos, almofadas, porta lápis, cinzeiro de bambu, móbile em miniatura, boneca de corda “pretinha”, confecção de rosas, quadro natural com folhas, flores e gravetos, confecção de uma “negra de cozinha”, boneco móvel, composição com palito de fósforo, confecção de estrelinha com tampinhas, reciclagem, almofadas decorativas para meninas e torres de rolhas e palitos de dentes para meninos, confecção de árvores de Natal, crucifixo com palito de dente, lustre com copinhos de aniversário, modelagem com barro, alfineteiro bordado, confecção de boneca de corda e vela, dobraduras, escova de sapatos para o dia dos namorados e invenção de um produto”* cujo

objetivo era a aprendizagem, “[...] complemento necessário à educação; não só despertar no aluno uma possível profissão ou tendência artística como formar o seu bom gosto” (ARAÚJO, Et al, 1968).

Para a Professora Azul, os trabalhos manuais iam além de meras técnicas repetitivas sem objetivo algum, eram atividades que possibilitavam o desenvolvimento mental de seus alunos e favorecia a realização de trabalhos que extrapolavam o espaço escolar:

*“[...] naquele tempo, o trabalho manual era assim, fazer um bordado, fazer um crochê, fazer uma composição com o papel, era mesmo o trabalho manual fazer, alguma coisa com madeira. [...], porque trabalhando com as mãos, existe um desenvolvimento mental também, o que a mão faz a cabeça aprende com mais facilidade, [...]. Mais não, não vamos fazer diferença, mais você vai ter um objetivo, porque você vai fazer essa atividade com os seus alunos. Só pra encher tempo, por que tem que fazer? Por que a diretora pediu pra no final do ano fazer uma exposição? Não era só pra isso, é pra que eles aprendam alguma outra coisa. O que vai ser essa alguma outra coisa, eles tinham que pensar um pouquinho” (PROFESSORA AZUL).*

Esses trabalhos eram encontrados nos livros e enciclopédias como auxiliar didático para o ensino e aprendizagem das artes aplicadas no currículo do Curso Normal.

Os livros apresentavam, em nota introdutória, objetivos e utilidades com intenção de “[...] estimular o interesse de criar novos modelos com o auxílio das técnicas aplicadas”. Não tinham, entretanto, o intuito de fornecer modelos e cópias rígidas (ARAÚJO, Et al, 1968)”. Para completar essa reflexão, os livros tinham como propósito se tornar um apoio para o professor, “[...] facilitando seu trabalho no sentido de obter dos alunos um meio de fixação das técnicas utilizadas em artes aplicadas e, também, um auxiliar na especificação dos materiais adequados para cada técnica” (SILVA, 1968, p. 2). Poucos livros e várias coleções de enciclopédias foram encontradas na biblioteca do Colégio pesquisado e na biblioteca Municipal de Nova Esperança. Selecionamos algumas para representação a seguir, conforme Figuras 22 a 26:

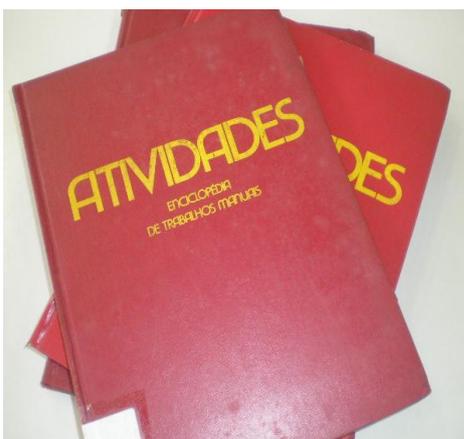


Figura 22: Coleção de enciclopédia s.d., utilizada como fonte  
Fonte: Biblioteca Municipal de Nova Esperança



Figura 23: Coleção de enciclopédia s.d., utilizada como fonte  
Fonte: Biblioteca Municipal de Nova Esperança

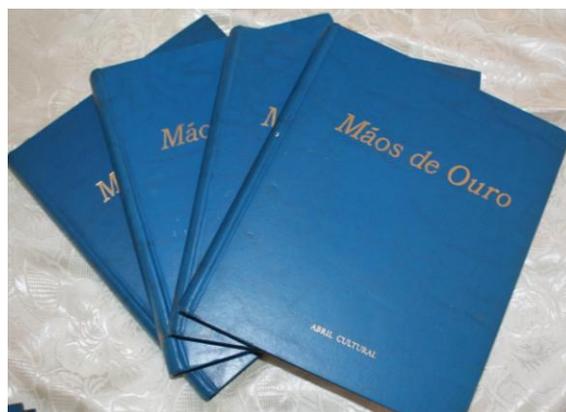


Figura 24: Coleção de enciclopédia 1968, utilizada como fonte  
Fonte: Cortesia de Paola Nannini Neves



Figura 25: Capa do livro utilizado como fonte – 1969  
Fonte: Biblioteca Municipal de Nova Esperança



Figura 26: Capa do livro utilizado como fonte – 1968  
Fonte: Biblioteca do Colégio Est. São Vicente de Paula

As atividades de Trabalhos Manuais relacionadas nos Livros de Registro e encontradas nos livros didáticos como flanelógrafo, cartaz de pregas, figuras ilustradas, caixa-valor do lugar e material de contagem eram métodos muito comuns para as salas de aulas como recursos didáticos. Neste sentido, permitiam aos normalistas o acesso e aquisição de diferentes técnicas disponíveis na época e o conhecimento de variados materiais, inclusive o trabalho com reaproveitamento de materiais e com materiais descartáveis:



Figuras 27: Exemplos de material didático, retirados do livro *Iniciação às Artes Aplicadas* no curso normal, 1969, p. 103 e 119

Fonte: Biblioteca Municipal de Nova Esperança

As páginas ilustradas e acompanhadas de claras explicações de como se daria a execução de cada modelo nos parecem uma mostra de controle do trabalho que deveria ser fielmente adotado. Não seriam modelos e cópias rígidas para serem seguidas? Em que momento da aula, o aluno teria a possibilidade de realizar seu processo criativo? Qual seria o conceito de criatividade para a década de 1970?

De acordo com uma pesquisa realizada pela Professora Ana Mae (1995, p.56), estudiosos da década de 60 e 70 do século XX, pesquisaram o conceito de criatividade e constataram que os pais e a sociedade americana não reconheciam

que as atividades de criatividade desenvolviam conteúdos cognitivos “[...] e que tais atividades representavam um gasto de tempo inútil, quando há tanta coisa a ‘aprender’ [...]”. Para a autora (1995, p. 60), não devemos confundir o ensino criativo com “treinar novas habilidades” e, sim, saber que “[...] ensino criativo é aquele que dá estímulo, entusiasmo e satisfação à aprendizagem”, possibilitando à criança novas experiências, encontro com fantasia, imaginação, permitindo indagações, investigando e fazendo-as maravilhar-se com as suas ideias e produção.

De forma que questionamos: Para essas alunas, nesse determinado período, tais atividades atingiam as habilidades citadas acima? Atendendo, ou não, as técnicas de pintura e desenho eram tão presentes nas aulas, nos livros e nas enciclopédias quanto os trabalhos manuais.

As técnicas de pinturas eram variadas e compreendiam recurso aos normalistas para, posteriormente, aplicar em sala de aula. Lembremos que o Colégio Estadual São Vicente de Paula era polo educacional e atendia à região, formando muitos profissionais da Educação.

Pelo que consta, nos Livros de Registro de Classe, as atividades eram realizadas em caderno, que, ao término do bimestre, eram avaliados. Após meados de 1970, começou a aparecer o registro de pasta, ou seja, as alunas realizavam as atividades de desenho e técnicas de pinturas e anexavam-nas em pastas, montando um inventário.

Essas atividades foram reproduzidas ano após ano em todas as turmas e compreendiam técnicas de *pinturas a lápis preto e a lápis de cores, com cola e anilina, em porcelana e vidro, desenho à vela e anilina, pintura em tecido, casca de ovos, desenho livre e ao natural, com retalhos de papel e de tecido, desenho quadriculado em ampliação e redução, noções de como se usar o mimeógrafo*<sup>33</sup> e *pinturas de desenhos reproduzidos em modelos de coelhos, ovos de páscoa, guri, barco, foca e outros.*

O modelo de aula de Educação Artística não poderia sair do padrão de ordem disciplinar consentida nas demais aulas. A exigência de silêncio e de

---

<sup>33</sup> **Mimeógrafo** é um instrumento para impressão em pequenos formatos e em baixa tiragem, que utiliza estêncil como matriz (AURÉLIO, 2011). Podemos apreciar o uso do mimeógrafo pelo <http://www.youtube.com/watch?v=DaS77oYru4U>, acesso em 26/08/2012.

obediência era lei dentro das salas. As próprias enciclopédias que continham planos de aula deixavam explícita a “[...] Orientação da professora: 1) vigiar a disciplina. 2) Orientar. 3) Controlar o trabalho” (DUARTE, 1973, p.313), exemplos de como as professoras deveriam ter e ser autoridade sobre os alunos.

Além dos exemplos de comportamento, os planos de aula apresentavam objetivos que deveriam “[...] levar o aluno à auto-expressão ajudando-o no processo de auto-afirmação e entrosamento de si mesmo com a sociedade” (DUARTE, 1973, p. 313).

Mesmo como os alunos poderiam desenvolver sua autoexpressão, compreender a si e se relacionar com os outros, com o professor, como “autoridade”, controlando os seus trabalhos?

Por outro lado, os livros didáticos utilizavam como referência teórica estudos com base em Piaget (1896-1980).<sup>34</sup> Observamos isso nos livros didáticos utilizados como fontes, ilustrados nas imagens a seguir (Figura 28 e 29):

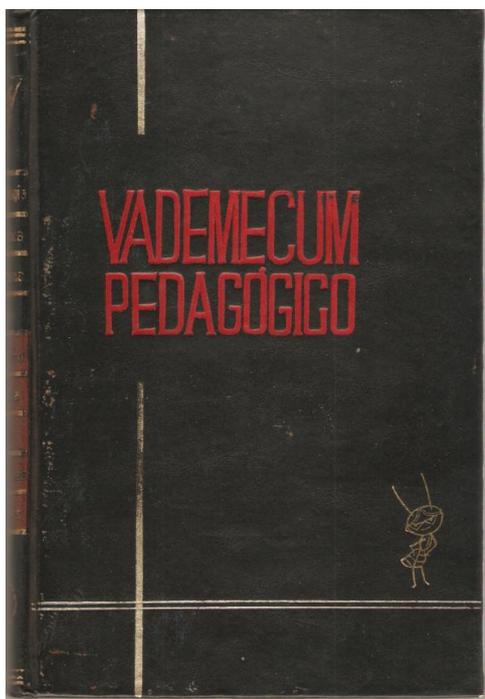


Figura 28: Capa do livro utilizado como fonte – (s.d)  
Fonte: Biblioteca do Colégio Est. São Vicente de Paula

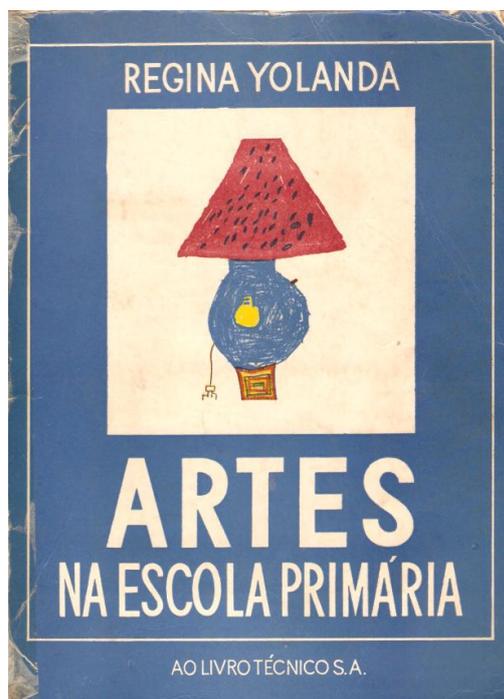


Figura 29: Capa do livro utilizado como fonte – 1967  
Fonte: Biblioteca do Colégio Est. São Vicente de Paula

<sup>34</sup> “Jean Piaget (1896-1980) nasceu em Neuchâtel, Suíça, com formação em Biologia, dedica-se, à Lógica, à Psicologia e à Filosofia. Notabilizou estudos sobre o processo de construção do conhecimento no indivíduo desde a infância, baseada em meticulosas pesquisas empíricas” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 216).

O livro “*Vademecum Pedagógico* (s.d) – Metodologia Moderna e Prática de Desenho para a Escola Primária e Normas de Diretrizes e Bases” caracteriza-se como um manual técnico e metodológico, destinado à formação das normalistas, especificamente ao ensino primário. Contém técnicas para o ensino das letras, dos algarismos, cores, harmonia, técnicas para colorir e desenhar, além de conteúdos referentes à expressão gráfica infantil, evolução do desenho infantil, desenho infantil segundo a teoria de Piaget, diretrizes didáticas do desenho, plano geral de ensino de desenho e normas de diretrizes de bases da educação.

O conteúdo sobre desenho infantil tem como base a teoria psicogenética de Jean Piaget a qual “[...] afirma que o desenho infantil é a expressão gráfica das funções de representação” (VADEMECUM, s.d., p. 128). O autor ora citado propõe um esquema do desenvolvimento do desenho infantil espontâneo que se divide em três fases: 1ª fase – o estágio da garatuja; 2ª fase – o desenho simbólico, que se ramifica em: a) primeiro estágio - “a imagem defeituosa”; b) segundo estágio – “a imagem intelectual”; e 3ª fase – a imagem visual.

Vademecum (s.d.) destaca que, na 1ª fase da garatuja, de acordo com a teoria de Piaget, a criança não tem, ao desenhar, a preocupação em representar algo, mas realiza movimentos rítmicos no papel e, quando questionada sobre o que desenhou, responde: “nada”.

Nessa etapa, que ocorre no decorrer da fase sensório-motora (0 ao 2 anos, a criança busca imitar, de forma particular, a escrita ou o desenho do adulto e, assim, as garatujas, de certa forma, caracterizam-se como um jogo de exercício (VADEMECUM, s.d.):



Figura 30: Livia, 02 anos – “Um monstro e um vô”  
Fonte: Arquivo pessoal da autora

Já, o desenho simbólico, próprio da 2ª fase (3 aos 7 anos), passa pelo primeiro estágio, “imagem defeituosa”, período em que a criança não desenha o objeto em si, mas a representação que tem dele. No segundo estágio, “a imagem intelectual”, a criança desenha todas as partes que reconhece e sabe sobre o objeto. Pode desenhá-lo como se fosse transparente, isso porque, de acordo com o ponto de vista da perspectiva, os vários ângulos do objeto aparecem juntos em um mesmo desenho (VADEMECUM, s.d.):



Figura 31: Laura, 05 anos – “Os dois corações”.  
Fonte: arquivo pessoal da autora

A representação gráfica da criança, nesse estágio, lembra a figura humana de perfil, desenhada por Picasso (Figura 32), e isso indica que, ao produzir graficamente o desenho, faz isso de todas as perspectivas que o percebe, expressando livremente o que nota da realidade:

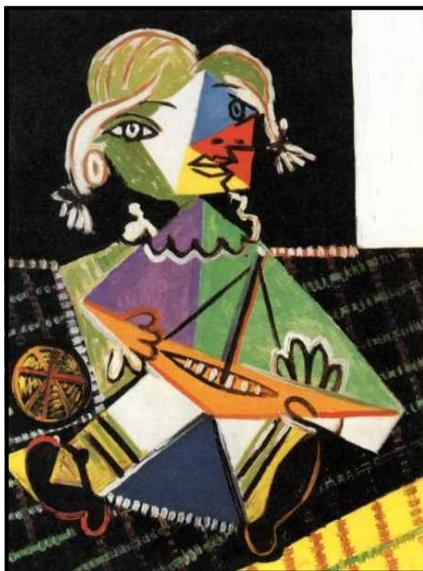


Figura 32 : Maya com barco (1938), óleo sobre tela, de Pablo Picasso. Dimensões 61 cm X 64 cm

Fonte: <http://pt.wahooart.com/a55a04/w.nsf/Opra/BRUE-5ZKDCR>, acesso em 30/08/2012

A 3ª fase (8 aos 9 anos) – a “imagem visual”, período em que a criança tem maior necessidade de reproduzir mais fielmente sua realidade prática. Ao observar a imagem, destaca Piaget, a criança passa a compreender as regras de perspectiva. Consegue copiar figuras geométricas simples e expressa seu desenvolvimento intelectual, sendo capaz de observar e explorar visualmente o objeto e representá-lo, mediante uma coordenação motora mais apurada (VADEMECUM, s.d.).

De acordo com a teoria de Piaget, aos três ou quatro anos, na fase do desenho simbólico, já é possível à criança representar triângulos, quadrados e losangos como figuras fechadas, atingindo a fase geométrica projetiva. Somente aos sete anos, chega à fase projetiva, quando percebe que a representação do desenho depende do ângulo de sua visão.

Em relação à perspectiva, Piaget observou que a criança demora um pouco para coordenar as diversas perspectivas dos objetos e que, somente aos nove ou dez anos, isso se torna possível. Cabe ressaltar, nessa perspectiva abordada, que esses momentos de desenvolvimento podem ocorrer de maneira diversificada, dependendo das influências culturais da escola e da família, retardando ou acelerando a aquisição da perspectiva (VADEMECUM, s.d, p. 132).

A professora da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental deve estimular o aluno a se sentir, na atividade gráfica, como criador, capaz de realizar o que desejar. Isso indica, segundo o educador norte-americano, com influência teórica em Piaget, John Dewey<sup>35</sup> (1959 -1952), que se pode “Dar aos meios interiores de cada ser vivo, que constituem a essência mesma de sua personalidade, a ocasião de exercitar-se e desenvolver-se, quer dizer, de chamar todas essas atividades inatas para despertá-las e dirigi-las”. Para Dewey, explorar a expressão criadora infantil é se utilizar de atividade que oriente a criação autêntica da liberdade de expressão, possibilitando condições favoráveis à estruturação de personalidades criadoras e ativas, preceitos opostos aos da escola tradicional (VADEMECUM, s.d., p. 133).

Dessa maneira, o livro VADEMECUM PEDAGÓGICO encontra-se dividido entre a técnica que fragmenta e a que direciona o fazer artístico, impossibilitando a criança de desenvolver a teoria que estimula sua capacidade criadora, explorando a sensibilidade, personalidade e liberdade de expressão.

Em outro exemplo, no livro “Artes na escola primária”, a autora Regina Yolanda (1967) descreve a importância das artes para o desenvolvimento e expressão do homem, tendo como base que toda a experiência humana é carregada de cores, sons, sabores, movimentos e texturas que possibilitam ao homem se descobrir enquanto artista em sua própria atividade criadora.

Pelas diferenças, cada pessoa percebe o mundo ao seu redor de maneira particular e recebe, segundo a autora, uma multiplicidade de impressões e as responde também de forma peculiar. Nesse sentido, para Yolanda (1967, p. 16), a educação possibilita “Harmonizar o caminho característico de cada indivíduo com a multiplicidade de impressões que recebe do meio que o cerca, integrá-lo a esse meio, eis um dos principais objetivos da Educação”. E, ao professor, cabe buscar formas capazes de efetivar essa integração em seus inúmeros aspectos.

Destacar a Arte como algo primordial ao homem não é novidade. Yolanda (1967) destaca que Platão, há séculos, já considerava a arte como base da

---

<sup>35</sup> Dewey, no Brasil, inspirou o movimento da Escola Nova, divulgado por Anísio Teixeira, ao colocar a atividade prática e a democracia como importantes ingredientes da educação. Ana Mae Barbosa (2008) investigou a repercussão do pensamento de Dewey na Educação e no ensino da Arte no Brasil, em sua Tese de Doutorado, publicando fragmento de sua Tese, no livro *Jhon Dewey e o Ensino da Arte no Brasil*, Ed. Cortez, 2008.

educação, afirmando o jogo como expressão de todas as artes. A autora ora citada menciona ainda Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), como crítico da educação formal e compulsória, e Johan Heinrich Pestalozzi (1746-1827) os quais valorizam o desenvolvimento das aptidões da criança, partindo do desconhecido para o conhecido, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, atribuindo importância a atividades como desenho, escrita, canto, modelagem, educação física, excursões ao ar livre, entre outros.

Yolanda (1967) comenta que Friedrich W. A. Froebel (1782-1852), como fundador do primeiro Jardim da Infância, demonstrava a grande importância do processo criador como meio principal de autodesenvolvimento. E Maria Montessori (1870-1952), com característica essencialmente prática, desenvolveu seu trabalho no campo da educação dos sentidos por meio de jogos. Esses autores mencionados voltaram-se ao interesse, à experiência e ao prazer da criança, tendo como base a educação.

Teóricos como Ovide Decroly (1871-1932), Édouard Claparède (1873-1940) e John Dewey (1859-1952), entre outros, também foram responsáveis por essa revolução pedagógica, focando, na criança, em seu interesse e em seu prazer, o cerne para um desenvolvimento e uma aprendizagem harmoniosa.

No Brasil, ainda com os jesuítas, já se defendia as primeiras expressões da educação pela Arte. Padre José de Anchieta (1534-1597) utilizou a dramatização, a poesia e o canto como recursos para a catequização dos índios (YOLANDA, 1967).

Neves (1993), ao analisar o trabalho dos jesuítas e investigar as características metodológicas que os padres utilizavam como recursos pedagógicos, afirma que a música, sem dúvida, foi a prática mais corriqueira e estimulada. Utilizando-a, os jesuítas buscavam interferir na organização social e cultural dos homens da terra.

Na modernidade, nomes como Arte Anísio Teixeira, discípulo de Dewey, e Monteiro Lobato foram ícones do modelo de educação pela; o primeiro criou, na Bahia, uma escola-parque, destinada às atividades de Arte e o segundo inovou a arte de contar histórias. É oportuno assinalar que todos esses grandes

personagens da História Brasileira e aqueles de pesquisa em História da Educação:

[...] contribuíram para que se firmasse a ideia de que a educação deve realizar-se através da experiência e da liberdade de expressão, tendo como base o prazer de criar e produzir, dentro da realidade da vida prática, pela utilização dos diversos aspectos da arte (YOLANDA, 1967, p. 20).

O Capítulo 4, do livro *“Arte na escola primária”*, discorre sobre o tema da “expressão criadora”, como a maneira pessoal de o indivíduo expressar o seu pensamento, os seus sentimentos, as suas percepções, em um processo dinâmico e natural. A função da educação vai além do ensino das letras ou dos números; ela deve abranger o que de mais íntimo tem o homem e, para isso, precisa sensibilizá-lo. Se ao se expressar, o indivíduo devolve ao exterior suas impressões, é fundamental a sensibilização da pessoa frente a ao meio que a cerca.

Assim, o professor não deverá ensinar ao aluno a expressão criadora, já que esta se configura como “[...] expansão natural da singularidade individual” (YOLANDA, 1967, p. 21), mas permitir-lhe que libere sua potencialidade criadora. Explorar a natureza em passeios coletivos e enriquecer o ambiente da sala de aula são atividades que oferecem estímulos aos sentidos e à imaginação, contribuindo para a criação e para a aprendizagem da criança.

O livro acima referido foi indicado pela Professora Azul, como material de apoio importante à organização não apenas das aulas, mas também para outras disciplinas como Didática, que o utilizava para exemplificar certos conteúdos:

*“Esse aqui, sim, a gente aproveitou bastante, aproveitou bastante, mesmo, certo.[...] Elas usavam bastante também, para as outras aulas porque na parte que elas aprendiam didática, essa parte pedagógica, os professores faziam que os alunos usassem o desenho pra exemplificar o que eles estavam explicando, [...]. Daí eles tinham mesmo que fazer muitas vezes no quadro, né, tá explicando uma coisa e também levar na aula, por exemplo, vai dá uma aula sobre um assunto, levar umas figuras, alguns objetos. Isso eu sei que a professora de Didática pedia pra eles fazerem dessa maneira” (PROFESSORA AZUL).*

A ex-aluna Colagem também comenta a importância das práticas das aulas de Educação Artística e sua utilização nas demais disciplinas. Quando

questionada de que maneira as aulas de Educação Artística a auxiliaram na em sua prática em sala de aula, ela respondeu:

*“[...] tanto serviu pra Educação Artística como pras outras disciplinas afins também, né. É uma coisa que você nunca esquece, que você sempre usa. A gente usou bastante, né até hoje” (EX-ALUNA COLAGEM).*

Ao relacionar os conteúdos dos livros didáticos aos registros dos professores e aos relatos, observamos que, em Nova Esperança, a metodologia do ensino de Arte, ou seja, a Educação Artística, na década de 1970, foi marcada por uma intersecção das mencionadas tendências pedagógicas. Nota-se que as atividades, ao mesmo tempo em que eram técnicas, com reproduções de atividades, caracterizando a Teoria Tecnicista, outras também buscavam o desenvolvimento mental e cultural, procurando valorizar o conhecimento cotidiano dos alunos, partindo do conhecimento espontâneo para o conhecimento científico, características da Escola Nova. Além destas, podemos observar as atribuições da pedagogia Tradicional, quando os alunos, ao realizar as atividades, deveriam seguir as ordens e as normas determinadas pelos professores, mantendo assim a obediência e respeito.

Nesse sentido, a formação das alunas acontecia em meio à coexistência de várias tendências pedagógicas. A continuidade dessa prática fez-se comum no Município, haja vista que a maior parte dos professores que ingressavam na carreira do Magistério foram formados no Colégio Estadual São Vicente de Paula.

#### 4.2.3 Da assistência no lar das normalistas aos recursos audiovisuais do magistério

No início da década de 1970, a cidade de Nova Esperança, como afirmamos anteriormente, encontrava-se em crescimento, impulsionada pelo desenvolvimento do cultivo do café. Como a grande maioria de sua população provinha de outros estados e até de outros países; para geração de uma cultura própria e local, seria importante um direcionamento do trabalho pedagógico na

Escola, contribuindo para a formação cultural das alunas e conseqüentemente da sociedade.

O assunto abordado no Curso Normal e, principalmente, nas aulas de Educação Artística eram as Técnicas Domésticas, cuja finalidade consistia em ensinar assuntos relacionados à área de nutrição, vestuário e assistência no lar como higiene, enfermagem e puericultura, além dos cuidados necessários à saúde e bem-estar das crianças. Deste modo, temas como arrumar a mesa e preparar as meninas para maternidade e os meninos para a paternidade estavam difundidos na escola, bem como no costume local. Adotamos, como exemplo ilustrativo, uma página do livro “Técnicas Domésticas” (1975), de Anita A. da Silveira, que traz uma explicação detalhada do procedimento da lavagem de roupas. Segue a Figura 33, com a respectiva imagem:

C - Técnica de lavagem de roupa:



- Tudo o que precisamos para lavar nossa roupa é de água e sabão. A água, naturalmente, deve ser limpa e de preferência encanada. Pode ser também de poço ou rio, desde que seja fervida antes. Para facilitar o trabalho ela deverá ser quente ou morna, pois isso ajuda a dissolver o sabão e a gordura do corpo.

O sabão poderá ser em barra para as roupas mais grosseiras e em pó ou de côco para os tecidos mais delicados como seda, nylon, renda, etc.

A lavagem de roupa exige vários equipamentos como:

- **Tanque:** para a lavagem propriamente dita.
- **Bacias ou Baldes:** para deixar a roupa de molho ou mesmo para lavar quando não houver tanque.
- **Varal:** para secar a roupa. Limpe-o bem antes de usá-lo.
- **Prendedores de madeira ou plástico:** para prender a roupa no varal. Não use os de metal porque enferrujam facilmente.

**ATENÇÃO** → Não estenda a roupa em cercas de arame farpadas para não danificá-la.

**COMO LAVAR:**

1º **Preparo da roupa:** Revise se não esqueceu nada nos bolsos e aproveite para retirar a poeira que se acumulou neles e nas bainhas. Retire os enfeites como cintos, botões, etc, que possam soltar tinta durante a operação. Molhe antes, um pedaço do tecido para verificar se ele não mancha. Separe as peças de cores diferentes, não lavando na mesma água as de cor clara e escura ou coloridas.

47

Figura 33: Página do livro "Técnicas Domésticas"- (1975)  
 Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Além disso, também se estudava, nas aulas de Educação Artística, um tópico denominado Relações Sociais, que buscava instruir como deveria ser a conduta de uma "moça" perante a sociedade; assuntos como comportamento na igreja, ruas, lojas, cinemas e restaurantes eram esclarecidos.

As normalistas deveriam ter um comportamento exemplar, conforme lhes eram ensinado, a fim de se tornarem futuramente profissionais virtuosas e cumpridoras do seu dever enquanto cidadãs.

Vale observar que a escola, nesse sentido, gerou um espaço não somente de saberes científicos, mas também de regras, comportamentos e um conjunto de práticas que permitem uma relação de apropriação cultural, julgado adequado à época.

Apoiando-se nos estudo de Bittencourt (2003, p.39), podemos pontuar que “[...] A seleção dos conteúdos escolares, por conseguinte, depende de um complexo sistema de valores e de interesses próprios da escola e do papel por ela desempenhado na sociedade letrada e moderna”. As qualidades peculiares que compõem cada disciplina têm como finalidade atender diferentes públicos escolares e responder às suas necessidades sociais e culturais inseridas no conjunto da sociedade.

Compreendemos, dessa maneira, que os saberes que circulam em cada instituição irão depender, nas suas especificidades, dos agentes sociais que a compõe como “[...] Estado, deputados e partidos políticos, associações docentes, professores e alunos, entre outros, [que], são agentes que integram a constituição das disciplinas escolares e, por intermédio de suas ações, delimitam sua legitimidade e seu poder” (BITTENCOURT, 2003, p. 10) e do momento histórico a que pertencem.

Por meio das entrevistas e dos livros didáticos utilizados, a pesquisa revela que os conteúdos que eram trabalhos no Curso Normal e, posteriormente, no Magistério atendiam às exigências da época; momento em que a sociedade solicitava a formação voltada para servir e auxiliar as escolas primárias do município, objetivando um ensino artístico sistematizado, com base em técnicas e atividades manuais, valorizada pelos agentes sociais externos. Podemos identificar a valorização de tais atividades nos depoimentos a seguir:

*“Elas tinham um conhecimento muito grande por que naturalmente recebiam tudo das suas mães, das suas avós, sobre trabalhos manuais, muita coisa elas mesmos ou eles mesmos, que tinham rapazes, faziam coisas muito interessante, né, e poderiam ser aplicado para os alunos” (PROFESSORA AZUL).*

*“ Eu acho, assim, que a cultura naquela época ainda priorizava isso, pregar botão, fazer um crochezinho, tudo isso né. Então, eu acho que até da cidade, porque naquela época tinha muita pintura em tecido, pintura nisso, pintura daquilo, pintura em gesso. Hoje, acho que não valorizam muito e antes era valorizado, né, você*

*pintar um vitral, né. Todas as mães gostavam muito de ver as filhas fazendo isso. Ver na sua casa, a filha fazendo essa atividade, né. Eu acho que isso daí também é assim uma parte bem cultural do povo, até de Nova Esperança. Mesmo que era aquilo de reproduzir o desenho, mais estava se aprendendo uma técnica, né, estava-se aprendendo as cores, a misturar, a ver, a sentir e a perceber, [...]” (PROFESSORA AMARELO).*

Centrando-nos nos conceitos sobre disciplinas escolares, de Chervel (1990), corroboramos que os relatos das professoras demonstram que os conteúdos ensinados, bem como “[...] Sua transformação e sua constituição estão entre dois pólos: o objetivo a alcançar e a população de crianças e adolescente a instruir” (CHERVEL, 1990, p. 198). A disciplina de Educação Artística com vista ao Curso em destaque e período estudado, tinha como objetivo ensinar as técnicas artísticas para as alunas; e estas, por sua vez, aplicar o que aprendeu nos estágios ou mesmo como professora titular, em sala de aula. Para o referido autor, os conteúdos do ensino podem se transformar, mas a finalidade conserva-se inalterável.

As décadas de 1970 e 1980 se passaram, houve mudanças na Lei, trocas de professores e alunos, porém o ensino e a disciplina de Educação Artística permaneceram com o mesmo objetivo, o direcionamento e a aprendizagem de atividades artísticas aplicáveis na Educação Infantil e no primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Amparados em Chervel (1990, p. 199), podemos destacar que “[...] o esforço coletivo realizado pelos mestres para deixar no ponto métodos que ‘funcionem’, se faz uma constante importante na História da Educação”. Essa transformação dos conteúdos e da disciplina tem em sua finalidade construir o “ensinável”. As fontes a seguir (Figuras 34 e 35) são exemplo da aplicabilidade do ensino do Magistério, que, a nosso ver, eram métodos que funcionavam, tornado o papel da escola e da disciplina eminentemente ativo no Município para um determinado período histórico:



Figura 34: Cartão para o Dia dos Pais e para da Páscoa, produzido por alunos do Ensino Fundamental, na década de 1980  
 Fonte: arquivo pessoal da autora.



Figura 35: Colagem de bolinhas feitas de folhas de revistas. Atividade realizada por aluno da Educação Infantil, em 1985  
 Fonte: arquivo pessoal da autora.

Com base nos Livros de Registros de Classe, tanto a confecção dos cartões comemorativos, quanto a colagem de bolinhas foram atividades que se

configuraram durante as décadas de 1970 e 1980 e, por conseguinte, representaram práticas pedagógicas ensinadas e utilizadas nas escolas do Município, como demonstra as Figuras 34 e 35.

Compreender o conjunto de conteúdos, técnicas, temas e objetivos que compõem a disciplina de Educação Artística, ao lado do conjunto de hábitos culturais representados pelo componente do espaço escolar, é, ao mesmo tempo, analisar a cultura escolar de um determinado período e perceber que a escola também produz seus próprios hábitos e normas os quais irão interferir nas relações sociais, dentro e fora dela.

A propósito, dos hábitos produzidos pela escola, a nomenclatura Curso Normal Colegial ficou muito marcada na memória da população da cidade, que tinha orgulho de denominar as moças ou os poucos rapazes de normalistas.

Isso porque, no ano de 1979, a denominação Curso Normal Colegial do Colégio Estadual São Vicente de Paula, após oito anos da promulgação da Lei 5.692/71, foi substituída por de Habilitação em Magistério. E, nos arquivos do Colégio, consta que a implementação do Ensino de 2º grau, com habilitação em Magistério, foi aprovada em 1976, sendo gradativamente adotada a partir de 1977, juntamente com a mudança da grade curricular.

Além da mudança da nomenclatura, o curso passou também por uma mudança da Estrutura Curricular, em 1980. Na disciplina de Educação Artística ocorreram alterações significativas, passando a ter três aulas na primeira série e deixando de ser ofertada nas demais turmas, com um diferencial, sua denominação.

A disciplina foi, então, retirada do núcleo comum da Estrutura Curricular e passou a compor a nomenclatura Recursos Áudio-visual e Educação Artística, juntamente com as disciplinas de formação especial, como nos mostra a Figura 35 da Estrutura Curricular tomada como fonte:

NOME DO ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual S. Vicente de Paulo + Ins. 1ª e 2ª Grados

LOCALIDADE: Nova Esperança-Pr.

CURRÍCULO PLENO PARA A HABILITAÇÃO MAGISTÉRIO

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1980 -DURAÇÃO: 3 anos -HORAS: 2880 -TURNO: D

DISCIPLINAS, ÁREAS DE ESTUDO, ATIVIDADES	SÉRIES			SOMA
	1ª	2ª	3ª	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	2	3	3	272
Língua Estrangeira Moderna-Inglês	-	-	2	68
Geografia	2	-	-	68
História	-	2	-	68
Organização Social e Política Brasileira	-	-	1	34
Matemática	2	2	2	204
Física	-	2	2	136
Química	2	2	-	136
Biologia	2	1	-	102
Educação Moral e Cívica	2	-	-	68
Educação Física	2	2	2	204
Programas de Saúde	1	-	-	34
Ensino Religioso	1	-	-	34
<b>T O T A L</b>	<b>16</b>	<b>14</b>	<b>12</b>	<b>42</b>
Psicologia Geral e Social	4	-	-	136
Psicologia do Desenvolvimento	-	2	-	68
Psicologia da Aprendizagem	-	-	3	102
Biologia Educacional	-	2	-	68
História da Educação	-	2	-	68
Sociologia Educacional	-	-	2	68
Filosofia da Educação	-	-	2	68
Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e	-	-	-	-
Estatística Aplicada	-	4	-	136
Didática Geral	3	-	-	102
Did. Esp-de Comunicação e Expressão	-	2	2	136
Didática Especial da Matemática	-	2	2	136
Didática Especial da Integração Social	-	-	2	68
Didática Especial das Ciências Naturais	-	-	2	68
Literatura Infantil	2	-	-	68
Geografia do Paraná	1	-	-	34
História do Paraná	-	1	-	34
<b>Rec. Áudio Visuais e Educação Artística</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>102</b>
<b>S U B - T O T A L</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>43</b>
<b>PRÁTICA DE ENSINO</b>	<b>50</b>	<b>100</b>	<b>210</b>	<b>360</b>
	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>27</b>	<b>85</b>

Figura 36: Estrutura Curricular de 1980 (grifo nosso)

Fonte: Pasta de arquivo das grades curriculares do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Em relação aos conteúdos, as mudanças também foram expressivas ou quase expressivas. No primeiro ano da nova formação da disciplina Recursos Áudio-visuais e Educação Artística, observamos o trabalho com a História da Arte, nos Livros de Registros dos anos de 1980 e 1985. A ênfase nos saberes consagrados referentes à História da Arte estava em um estudo panorâmico e cronológico, percorrendo desde a Pré-história até a Arte Contemporânea, dividindo os temas nos quatro bimestres.

Os demais registros baseavam-se em uma sequência de diversificadas técnicas de desenhos, pinturas e colagens, dobraduras, modelos de letras e

cartazes, datas comemorativas, confecções dos materiais didáticos como flanelógrafo, cartaz de prega, caixa valor do lugar, caixa de unidade e, bem timidamente, o trabalho com a bandinha rítmica e a dança folclórica.

O conjunto de conteúdos trabalhados nos registros de 1980 a 1985 tem muito em comum com os conteúdos descritos da década de 1970, principalmente os direcionados às técnicas artísticas e à construção do material didático, sucessivamente trabalhado em todas as turmas do Curso Magistério. Tal fato é denominado por Chervel (1990) de “vulgata”. Para o autor, quando se estudam os conteúdos disciplinares, a documentação é farta e o pesquisado se beneficia de manuscritos, manuais e periódicos pedagógicos. Em meio a essa documentação, verificamos as vulgatas: “Em cada época, o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmo nível” (CHERVEL, 1990, p. 203).

No que tange ao direcionamento dos conteúdos para os recursos audiovisuais implantados na grade curricular, a nosso ver, ficava a função da confecção dos materiais didáticos, recursos estes que eram os mesmos utilizados pelos professores nos anos 1970 e continuavam a ser ensinados, nas salas de aulas, quase uma década depois.

Nesse sentido, qual seria o objetivo de uma disciplina de “Recursos Áudio Visuais e Educação Artística”? Seria a construção de materiais para ilustrar e tornar concreto o ensino para a criança? Ou instrumentar a prática pedagógica com o uso de equipamentos tecnológicos como retroprojeter, rádio, televisão, cinema?

Na realidade, os equipamentos que o Colégio tinha disponíveis eram: um retroprojeter, um gravador, um projetor de slides e duas radiolas portáteis. Embora contassem com esses materiais disponíveis no Colégio, pelo que consta, os professores não tinham o hábito de incluir em suas práticas pedagógicas tais recursos, mesmo que precários e insuficientes para atender à quantidade de salas de aula.

Ressaltamos, inclusive, que o uso desses materiais não foi nenhuma vez citado nos registros e nos relatos das professoras, ao contrário, a dinâmica das aulas ainda girava em torno da confecção dos cartazes e das figuras referentes a

determinado tema, por exemplo, “semana da alimentação” e as famosas “pastas A-Z”.

As “pastas A-Z” era um projeto em que as alunas trabalhavam durante todo ano letivo, compilando todas as atividades que envolviam as técnicas de pintura, colagem, dobradura, recorte, artesanato, enfim, tudo o que poderiam arquivar na pasta e que teria sido trabalhado durante as aulas de Educação Artística, de maneira a constituir um auxiliar pedagógico para posteriores usos. A professora Amarelo descreve o emprego da pasta para aquele momento:

*“Sempre em cima do que elas iam trabalhar com os alunos no estágio, elas faziam muito estágio. Elas trabalhavam muito com a criança, não sei agora como que é, mais antes elas trabalhavam demais com as crianças. Era um suporte, era um material didático, um material didático. [...] Elas sempre usavam em cima do conteúdo que elas iriam trabalhar com as crianças depois no estágio delas e em sala de aula. [...] Era tudo feito em sala, a gente orientava e elas faziam” (PROFESSORA AMARELO).*

As pastas eram encapadas pelas alunas que as personalizavam com muito capricho, dedicação ou obrigação, porque, no final do bimestre, seriam avaliadas e a apresentação do material fazia parte do conjunto de notas. Usavam tecidos e pintavam com tinta acrílica, encapavam com papel *contact*, com papel de presente ou estampado e plastificavam para maior durabilidade, sendo um dos objetivos da pasta o uso posterior em sala de aula.

As imagens das Figuras 37 a 39, a seguir, apresentam as pastas, destacando as capas e abertas, com exemplos de duas atividades:



Figura 37: Pasta de ex-alunas do curso de Magistério de 1983, do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna



Figura 38: Pasta de ex-alunas do curso de Magistério da década de 1988, do Colégio Estadual São Vicente de Paula  
 Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna.



Figura 38: Pasta de ex-alunas do curso de Magistério da década de 1989, do Colégio Estadual São Vicente de Paula  
 Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna

Durante algum tempo, essa “pasta A-Z” foi, para professoras e alunas, um ícone da disciplina; toda dinâmica da aula girava em torno da construção das atividades, e era considerada como uma grande responsabilidade. Por meio dos relatos de professoras e ex-alunas, observamos que todo planejamento e confecção da pasta eram disputados entre as alunas para a conquista da melhor, mais organizada, mais caprichosa e pasta mais criativa. Não passa despercebida a hierarquização social das alunas em uma mesma classe. Quanto mais condições financeiras a aluna tinha, mais materiais diversificados e nobres ela

poderia empregar na aplicação das técnicas. Os depoimentos da professora Amarelo e da ex-aluna Crochê ressaltam:

*“[...] sempre tinha disputa nessas pastas também, sabia. Tinha disputa, porque (risos) uma queria ter mais bonita que a outra e queria cem, se fosse muito bonita era difícil você avaliar, sabe, mais sofisticado, mais chamativo era complicado também. Eu acho que era bem elitizada essa pasta se for analisar hoje, eu achava elas elitizada, porque eu sofria muito pra dar as notas, porque tinha aluna que eu dava uma nota boa e a outra que era... Que usou um material mais rico e é lógico ficou muito mais vistoso.[...] Assim, quanto mais poder aquisitivo a pessoa tinha, mais material diversificado, ela até comprava, sabe, pra ficar bem bonito, que nem você tem ali pra mostrar, era assim um material mais requintado, mais tinha aquele material bem simplezinho também, né, de tecido de retalhinhos, de botões” (PROFESSORA AMARELO).*

A Ex-aluna completa a fala da professora:

*“[...] até mesmo tinha uma competição entre a gente, muito competição na construção da pasta, de fazer sabe aqueles exercícios. A gente competia muito, uma fazia assim a outra queria fazer um pouco melhor. Na verdade essa competitividade, ela trouxe assim, é, tirou a gente do senso comum, ah eu vou fazer qualquer trabalhinho e vou entregar, não era qualquer trabalhinho. [...] a Bel mandava a mãe dela fazer toda a pasta, por que era uma competição sabe, tinha que ser uma melhor que a outra” (EX-ALUNA CROCHÊ).*

No primeiro depoimento, percebemos a dificuldade em elencar critérios de avaliação, quando se tratava de atribuir notas aos trabalhos arquivados na pasta “A-Z”. As alunas procuravam empregar os mais diversos materiais para a confecção de seus trabalhos, buscando harmonia e organização na aplicação da cada técnica. E, no segundo relato, notamos que as alunas procuravam superar o trabalho da colega, usando de vários recursos e ajuda, com o intuito de fazer o melhor trabalho.

Cada pasta confeccionada levava a singularidade do indivíduo que a produzira, por deixar marcada a escolha do tema da capa, o material utilizado para encapá-la - tecidos ou outros papéis -, as cores, umas suaves, outras fortes, o capricho e a dedicação. Além disso, segundo relato das alunas, as lembranças que, ainda hoje, o material proporciona quando é manuseado ou retirado do fundo do armário, causa prazer a quem confeccionou a pasta.

Era um trabalho realizado durante todo o ano letivo; a cada técnica aprendida na aula, geralmente em papel sulfite, após o seu término, as atividades eram guardadas no plástico interno da pasta.

Os trabalhos eram separados por temas como: a) **Técnicas de pinturas:** do sombreamento, da pintura na camurça, da pintura com anilina, da pintura com acrílex, da pintura do lápis de cor sobre a lixa, da pintura das máscaras de Páscoa, da pintura de cola colorida, da pintura com vela, do pontilhado em preto e do pontilhado colorido, do giz com leite, da pintura com lápis de olho, da pintura do dedo, sobre uma folha de revista, pintura com caneta de tinta seca e técnica da pintura com giz de cera e tinta nanquim.

A seguir, iremos ilustrar e delinear alguns exemplos das técnicas que compõem a pasta, com imagens dos trabalhos produzidos pelas alunas do curso de Magistério, da década de 1980, do Colégio Estadual São Vicente de Paula, reproduzidas nas Figuras 40 a 42:



Figura 40: técnica da pintura com cola

Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1983, Colégio Estadual São Vicente de Paula.



Figura 41: técnica da pintura com cola.  
Fonte: arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1988, Colégio Estadual São Vicente de Paula.



Figura 42: Técnica da pintura com cola  
Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1989, Colégio Estadual São Vicente de Paula

A técnica de pintura com cola consiste em primeiro escolher um desenho e realizá-lo na superfície. No caso dos exemplos, as alunas utilizaram o sulfite, em que desenhavam bem de leve para que o grafite não ficasse marcado no papel. Após terminar o desenho, passa-se a cola branca por cima de todas as linhas e detalhes que se queira evidenciar, deixando secar bem. Depois de seca a cola, deve-se colorir com tinta bem líquida por toda a extensão da folha a fim de evidenciar, em relevo, as linhas contornadas com a cola que, após a secagem, ficarão transparentes.

O desenho escolhido pelas alunas em anos letivos de 1983, 1988 e 1989, a nosso ver, não apresenta inovações e originalidade, a técnica é mesma e as cores empregadas são as mesmas. O diferencial consiste na variação do modelo dos desenhos e na tonalidade da cor.

b) **Técnicas de colagem:** da lantejola, técnica da colagem do couro cru, da *laise*, técnica de colagem da pena branca e da pena colorida, da renda, técnica de colagem em algodão, com miçangas, da linha ou barbante, do papel crepom, técnica de colagem do Bombril, com tecido de algodão, da casca de ovo, com o fio de lã e com a lã picada, do botão, do papel crepom enrolado, do papel rasgado, do papel laminado, sobre figura, com papel alumínio, do brocal, do pó de serra, da purpurina, do sagu, do palito de dente, colagem intercala, técnica da colagem absurda, da madeira do lápis, da bolinha de isopor, de pó de chá, papel dobradura e do papel laminado picado e técnica da colagem de fundo.

O exemplo seguinte (Figura 43) remete à técnica de colagem com barbante; muitas alunas anotavam, nos trabalhos, as datas comemorativas em que poderiam utilizá-los. Usavam a técnica da colagem do ovo, para representação do Dia da Ave ou a técnica da colagem com pena, para o trabalho do Dia do Índio e, desta maneira, utilizavam um vasto repertório de técnicas e materiais variados para a produção das atividades:

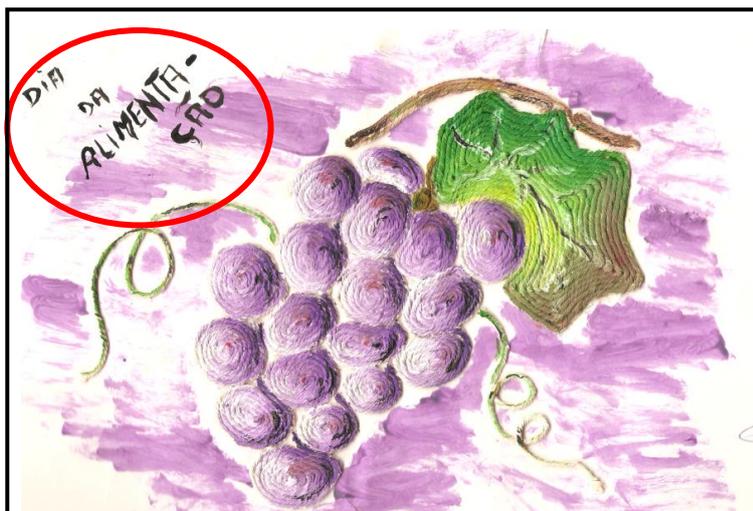


Figura 43: técnica de colagem com barbante

Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1983, Colégio Estadual São Vicente de Paula.

Para a aplicação da técnica da colagem do barbante, basta desenhar em um suporte com a cola, contornar ou preencher com esta um desenho preestabelecido. Na sequência, deve-se fixar o barbante sobre a cola, dando forma relevo para o trabalho. O trabalho realizado pela aluna do Magistério, representado na figura 43 foi colorido com tinta de tecido após a secagem.

**c) Bordados e botões:** técnica de pregar diferentes tipos de botões (botões com dois furos, quatros furos e estilo pérola), ponto correntinha, ponto cheio, ponto atrás, ponto cruz e ponto alinhavo. A Figura 44 a seguir é um exemplo do ponto correntinha, arquivado na pasta de 1989:

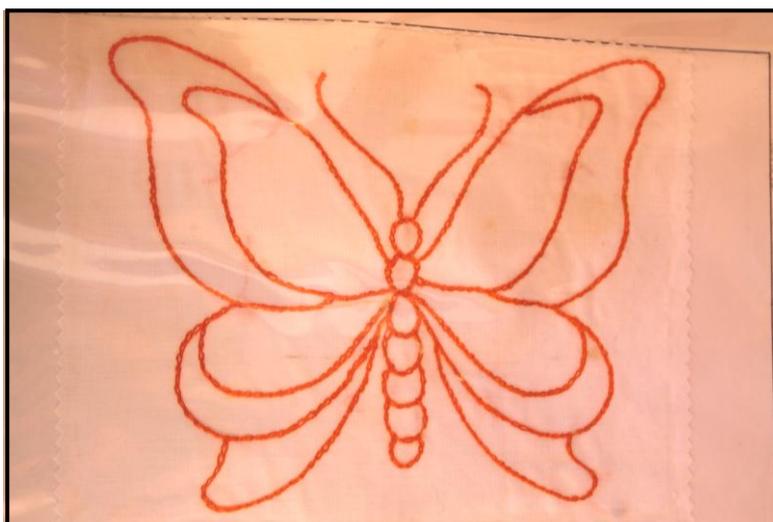


Figura 44: Ponto correntinha

Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1989, Colégio Estadual São Vicente de Paula.



Figura 45: Pregar botões de quatro furos, dois furos e estilo pérola.

Fonte: arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1988, Colégio Estadual São Vicente de Paula.

**d) Tricô:** ponto tricô, ponto barra e ponto arroz, conforme mostra a Figura 46:



Figura 46: Ponto do tricô

Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1989, Colégio Estadual São Vicente de Paula.

**e) Crochê:** caseado, ponto alto, ponto baixo, amostras de bicos, de toalhinhas e caminhos, a Figura 47 reproduz o resultado desta técnica:



Figura 47: Amostra de toalinha de crochê

Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1989, Colégio Estadual São Vicente de Paula.

**f) Cartões:** cartões para Dia das Mães, de aniversário com temas variados para meninas e para meninos, para o Dia dos Professores, para o Dia dos Pais e cartões para o Natal. As Figuras 48 e 49 mostram os tipos de cartões:



Figura 48: Cartão para o Dia das Mães  
Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1989, Colégio Estadual São Vicente de Paula



Figura 49: Cartão para o Natal  
Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1989, Colégio Estadual São Vicente de Paula

**g) Dobraduras:** dobraduras de gatos, corações, galinha, cachorro, coelho, foguete, bandeirinha, casinha, tulipa e pássaro, conforme demonstram as Figuras 50 e 51:

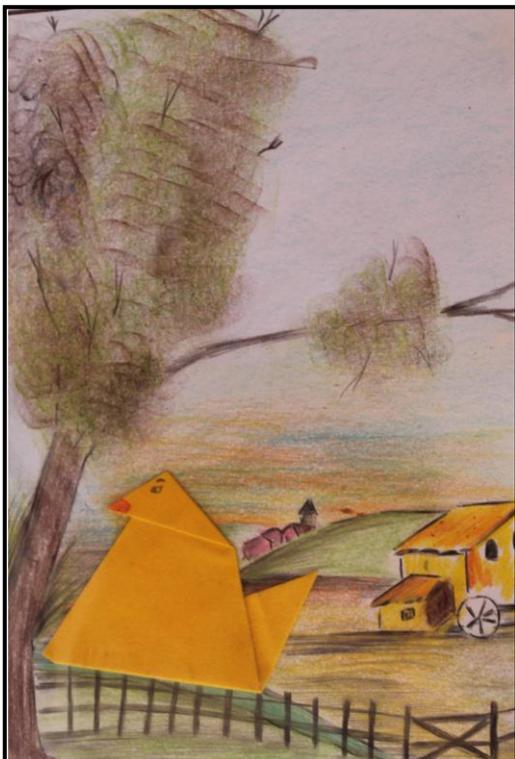


Figura 50: Dobradura de galinha  
Fonte: Arquivo pessoal, ex-aluna, 1º Magistério, 1983, Colégio Estadual São Vicente de Paula



Figura 51: Dobradura de tulipa  
Fonte: arquivo pessoal, ex-aluna, 4º Magistério, 1994, Colégio Estadual São Vicente de Paula

As atividades de dobraduras eram conduzidas para fazer parte de uma composição como os exemplos da dobradura da galinha, que completa o cenário rural, e a dobradura de tulipa, juntamente com o desenho do beija-flor. Tais temas eram orientados pela professora no início de cada aula ou do bimestre e o trabalho executado pelas alunas, assim como destacado nos relatos a seguir:

*“A professora passava o que nós íamos fazer durante aquele bimestre, e cada um ia montado a sua pasta com plástico, ia montando no sulfite, ia montando, ia fazer uma colagem em vidro, aí você , ela dava o conteúdo colagem em vidro, aí você fazia. Ia fazendo em casa, ia mostrando pra ela. E conforme ela ia dando o conteúdo, a gente ia montar, se a gente tivesse dúvida, a gente conversava com a professora” ( EX-ALUNA PINTURA).*

*“Tinha uma pasta que a gente montava todas as atividades, que era aquela pasta de capa preta com plástico, montava tudo ali. Ela dava, vistava todo bimestre. Era tudo arquivado em pasta” (ALUNA TRICÔ).*

*“Primeiro, ela colocava a proposta do que ela iria ensinar, o objetivo daquilo e aí ela detalhava passo a passo e aí, na própria aula, a gente produzia, às vezes não dava tempo de terminar a atividade na mesma aula, né, daí a gente terminava em casa e trazia pronta já dentro da pasta pra ser avaliada. Aí no final do bimestre era avaliado os trabalhos que foram feitos durante aquele bimestre” (ALUNA CROCHÊ).*

Nas aulas de Educação Artística, do Magistério a aprendizagem, portanto, compreendia os desenhos para pintar e colar, o crochê, o tricô, o bordado, o pregar botões, os cartões de aniversários, presentes nas pastas, até as confecções dos cartazes e figuras, correspondendo ao auge do conteúdo reprodutivista, mais que cumpria uma finalidade. A professora Amarelo aponta um dos objetivos dessas atividades:

*“Tem que trabalhar alguma coisa pra depois criar. Então se elas levavam o desenho o desenho mimeografado pra, pras crianças, eu me lembro, sabe. Lá tinha uma data comemorativa se elas iam trabalhar, essa data elas levavam sim pras crianças, mais elas trabalhavam todo o conteúdo, explicava tudo aquilo. Eu me lembro, que sempre tinha poema elas liam, naquela época a menina que fazia magistério, ela lia muito pras crianças que ela fosse estagiar, sabe. Lembro que tinha sempre que lê historinha, sempre tinha que fazer essa parte oral, essa oralidade, né? E elas levavam desenhinhos prontos sim, aí eles pintavam porque depois elas traziam pra gente vê, sabe, o desenhinho que os alunos pintavam. E tudo era válido, só de você contornar o desenho você tá trabalhando coordenação. Porque hoje a criança vai no Pré, mais antes a criança não ia, nem todas iam no Pré, era outra realidade” (PROFESSORA AMARELO).*

Mesmo que “ingênuo”, tanto alunos como professores procuravam desempenhar sua função da melhor maneira possível. Acreditavam em uma proposta de ensino e se dedicavam a ela. A aluna Crochê descreve, com segurança, sua formação:

*“O que nós aprendemos no Magistério era você levar o conteúdo, era levar a criança a desenvolver aquelas atividade que você previamente planejou, né. [...] Muitas coisas que nós vivenciamos nas aulas e no decorrer do curso, foi o que nós levamos para o nosso início de experiência profissional, início da nossa carreira,*

*né E, assim, a gente via a diferença do professor que fazia magistério e recebido toda essa aula de Arte e de outras disciplinas como Didática, do professor que não tinha feito o magistério. [...] Na nossa época, também era assim, a gente também passava desenhos prontos, vamos dizer assim, só que lógico tinha um objetivo, tava tudo ali planejado. Então, essa organização de planejamento, de datas comemorativas, de por que desenvolver tal atividade, o que eu quero com isso, lógico que foi através das aulas do magistério e das aulas de Artes” (ALUNA CROCHÊ).*

Ao construir a pasta, as alunas reproduziam, ano a ano, os desenhos umas das outras, ou faziam cópias dos “Álbuns de Motivos Artísticos Educacionais”, oferecidos por revendedores que iam às escolas da cidade, para vender esse material. Tais manuais, afirmavam os vendedores, proporcionavam um material didático “[...] indispensável na preparação de um plano de aula eficiente, na execução de deveres didáticos e artísticos na escola e na confecção de painéis, capas de provas, comemorações, enfeites em sala de aulas, etc.” (SALAS, 1973, p. 01). A circulação dessas coleções contribuiu e muito para o apoio tanto dos professores como das alunas do Magistério na organização e produção das atividades de Educação Artística:



Figura 52: Coleção dos álbuns de “Motivos Artísticos e Educacionais, 1973.  
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Outro conteúdo destacado no recorte do Livro de Registro de 1982, desenvolvido durante as aulas dessa década, foi o trabalho com a música infantil e a construção da bandinha rítmica.

A bandinha era produzida com a utilização de sucatas e, principalmente, o chocalho, latinhas de refrigerante e com feijão ou pedrinhas eram empregados para a obtenção de fontes sonoras. Para Brito (2003, p 69), “[...] a construção da bandinha rítmica ou objetos sonoros é uma atividade que desperta a curiosidade e o interesse da criança”. O autor pontua que o trabalho com bandinha rítmica contribui para a educação do ouvir, questões elementares referentes à produção da qualidade, acústica e funcionamento do som:



Figura 53: Bandinha rítmica confeccionada com sucatas  
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 1997.

Apesar de todo benefício que a bandinha e o trabalho com a música podem trazer - no sentido de pesquisa, imaginação e planejamento, construção de instrumentos e descobertas de sons -, pouco foram os registros desta prática nos anos de 1980 e 1990. O mesmo aconteceu durante as entrevistas, em que tanto as professoras quanto as ex-alunas não mencionaram, em momento algum, o trabalho com a bandinha rítmica e com música, nas aulas de Educação Artística.

Destacamos, também, outro exemplo de conteúdo ou atividade que, na década de 1980, tornou-se um hábito na cidade: as danças folclóricas, realizadas no mês de agosto, em comemoração ao Dia Nacional do Folclore, 22 de agosto, data oficializada pelo Decreto nº 56.747, de 17 de agosto de 1965 (BRASIL, 1965).

Os alunos preparavam-se com ensaios de danças típicas do folclore brasileiro ou danças tradicionais, incorporadas pela influência de países europeus como Itália, Portugal e Espanha, que culminavam em apresentações no ginásio de esportes do município. A realização das danças era um evento artístico importante, tanto para os alunos que participavam ou apreciavam como para a família e a comunidade em geral. As imagens a seguir (Figura 54 a 56) é representação desse evento.



Figura 54: Dança espanhola, apresentada no Festival na década de 1970  
Fonte: Arquivo pessoal da autora.



Figura 55: Dança espanhola, apresentada no Festival na década de 1980  
Fonte: Arquivo pessoal da autora



Figura 56: Dança espanhola, apresentada no Festival Folclórico de 1994 e ensaiada pela Professora Vermelho  
Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Sobre o referido assunto, a aluna Pintura menciona que, nos Festivais Folclóricos, as alunas ensaiavam muito para as apresentações, muitas vezes

apresentavam a dança em outras cidades, recebiam uma carga horária de estágio, deixando muitas lembranças dessas atividades:

*“E a gente ganhava hora de estágio na participação que a gente fazia e a nossa turma era animada né. A gente dançou de palhaço, ia pra Medianeira. [...] A gente trabalhava pra aquilo, a gente fazia, a gente ensaiava, ensaiava aqui também, ensaiava aqui, ensaiava no ginásio. Então pra mim foi importante por que a gente nunca esquece, né, não esquece que foi muito bom. Tudo que a gente fazia a gente fazia com prazer mesmo” (EX-ALUNA PINTURA).*

O chamado Festival Folclórico era um evento que envolvia todas as instituições de ensino do município de Nova Esperança e teve seu auge em meados da década de 1980 e seu término aconteceu em meados de 1990, por embates políticos da cidade.

Durante as leituras dos Livros de Registro, observamos que não houve, em todos os anos, o trabalho com a bandinha rítmica, como acontecia com as técnicas de pintura, colagem e, principalmente, com a crescente presença dos bordados, crochê, tricô, pregar botões, dobraduras e lembrancinhas, no final da década de 1980.

Nesse período, já haviam, ocorrido duas mudanças consecutivas na Estrutura Curricular, nos anos de 1986 e 1988, e a disciplina de Educação Artística voltava para o núcleo comum, não com três, mas com duas aulas na primeira série e cujo formato a seguiu até o ano de 1991, quando há outra alteração curricular, com a implantação simultânea da habilitação do Magistério de três anos, para quatro anos. A partir desta nova mudança curricular, a Educação Artística é oferecida na segunda série, com apenas uma aula semanal.

Partindo do pressuposto de que eram duas aulas semanais, o professor apresentava uma variedade bem diversificada de conteúdos ou, como podemos nomeá-las, de atividades. Contudo, os registros mostram-nos que a fundamentação teórica apresentada nos livros citados desta pesquisa não fazia parte da dinâmica das aulas.

Além dos registros, identificamos, durante as entrevistas, também a falta de conhecimento das linguagens artísticas e de intimidade com os Fundamentos Teórico-metodológicos da Arte, que poderiam fundamentar a prática em sala de

aula. Nos depoimentos a seguir, podemos observar essa afirmação, quando perguntamos qual a teoria sobre a Arte que fundamentava a prática pedagógica das aulas da época:

*“Eu mesmo não lembro, assim, de nenhuma. Assim, a gente não fazia muitos cursos como a gente faz agora, sabe. A gente era mais focada no planejamento, fazer aquilo acontecer, né. Que eu acho que não tinha tanta coisa pra você vê, era menos, né, mas a gente via realmente aquilo que era proposto, né”* (PROFESSORA AMARELO).

*“Era mais desenho pedagógico que eu ensino no quadro. Então, eu desenhava, porque eu tenho facilidade, eu desenhava os bichinhos e elas iam copiando, né. Era mais pedagógico para depois ela ensinarem nas Escolas, né”* (PROFESSORA VERMELHA).

Diferente do que vinha acontecendo nas capitais brasileiras, na década de 1980, no interior do Paraná, os professores não tinham acesso a essas novas teorias que circulavam no país, e que influenciaram o “Movimento da Educação pela Arte” cujo início, no país, foi na década de 1970, com os americanos Viktor Lowenfeld e John Dewey e com o filósofo inglês Herbert Read. Lowenfeld defende o desenvolvimento intelectual por meio da expressão criadora (LOWENFELD, 1954). E Dewey ressalta a “arte como experiência”, experiência essa intensificada que retira o homem da monotonia, do cotidiano, ressignificando a sua realidade vivida (BARBOSA, 2008). Read pontua que a arte deve constituir a base da Educação, valorizando a livre expressão da criança (READ, 1982).

Dentre essas teorias, podemos indicar a Proposta Triangular da professora Ana Mae Barbosa que, em 1987, desenvolveu o primeiro programa educativo com base em sua “abordagem triangular”, que atualmente serve de apoio para muitos programas de ensino da Arte no Brasil.

A “abordagem triangular” é uma possibilidade significativa de aprendizagem em Arte e percorre três caminhos que vão se abrindo em muitas ramificações, “[...] articulando pela interação e interdependência entre suas ações totalizadoras – a “leitura” crítica, contextualização e produção – realizadas no diálogo entre o professor e o aluno” (BARBOSA; CUNHA, 2010, p. 34).

Nessa perspectiva, o aluno, ao realizar a leitura de uma obra de arte, estando familiarizado ao contexto histórico a que ela pertence, consegue analisá-la criticamente, compreendendo e reconhecendo os códigos e linguagens artísticas, dando um significado à sua leitura.

A produção envolve a realização de pensamentos sobre a Arte, de trabalhos artísticos e experiência de leitura, sejam na área da dança, artes visuais, teatro ou música. Portanto, como aponta Machado (2010, p. 65), a prática da produção:

[...] não nomeia apenas ações que caracterizam aprendizagem do fazer artístico em contato com os materiais e com os princípios de formatividade das diferentes linguagens artísticas. Ou seja, essas ações se referem à capacidade de produzir leituras e relações conceituais, tão importantes para a experiência da Arte e que também integram a concretização de formas artísticas.

A contextualização, por sua vez, ainda segundo a autora, abrange ações que direcionam para a reflexão dos vários contextos da Arte como a história, a cultura, os movimentos e os estilos artísticos e histórias de vida e, dentro de um plano que abrange a pesquisa teórica, a leitura e o processo do fazer artístico. Além disso, Machado (2010, p. 68) ressalta: “Assim a Abordagem triangular não estabelece o que fazer nem aponta como fazer. Desenha um cenário de campos de conhecimentos inter-relacionados, um terreno no qual o ensino e a aprendizagem podem ocorrer”.

Segundo a Barbosa (2010a), para um ensino expressivo em Arte, é preciso associar o “ver” com o “fazer”, além de contextualizar tanto a leitura quanto à prática. Ao ver uma imagem, deve-se atribuir significado a ela, com contextualização artística e social. A Proposta Triangular, para a autora (2010), “[...] corresponde aos modos como se aprende, não é um modelo para o que se aprende”.

Na perspectiva da Abordagem Triangular, no ano de 1988, Ana Mae organizou, em alguns grandes centros, como Florianópolis, Brasília, Recife, Uberlândia e Curitiba, uma palestra que aconteceu em duas etapas; somente Florianópolis participou da primeira e da segunda parte. A ideia colocada pela autora era convencer os arte-educadores sobre a utilização de leituras de obra de

arte em sala de aula, sendo as crianças preparadas para ler as mesmas (BARBOSA, 2010a). A autora, neste momento, levanta a crítica em relação aos grupos de professores que não aceitaram a inclusão da leitura de imagem em sala de aula e pontua que o destino das Artes no país estava correndo sérios riscos de extinção, pela “[...] falta de conteúdo no ensino da Arte, levando a um empirismo anódino e inconsequente” (BARBOSA, 1988, apud PILETTI, 1996, p. 144).

Contudo, podemos compreender que sempre a imposição de uma nova proposta de ensino mexe com a estrutura do que está sedimentado, ocasionando ao professor a saída da sua “zona de conforto”. Neste sentido, faz-se necessário um trabalho contínuo, compreendendo que nem tudo que é preconizado pode ser aplicado a todos. Todavia, trata-se de preparar o professor, o aluno e toda a escola para receber uma nova proposta, e que a mesma seja bem compreendida e bem conduzida.

#### 4.2.4 Da produção das pastas para a História da Arte

No ano de 1991, com a nova organização curricular, a disciplina de Educação Artística é oferecida apenas em uma turma, na primeira série, com uma única aula; e no ano de 1994 o curso passa novamente por mais uma alteração da estrutura curricular. Com a substituição da matriz curricular, a disciplina de Educação Artística passa a ser ofertada na segunda série, com o mesmo número de aula, até o ano de 1997, após o início da extinção do curso do Magistério no Colégio Estadual São Vicente de Paula, no ano de 1996, e o encerramento de todas as atividades do curso em 1999.

Ao mesmo tempo em que a disciplina, ao longo de sua história veio se constituindo como componente curricular obrigatório, o número de aula foi diminuindo. Neste sentido com a Lei 5692/7, também surgiram pontos positivos e negativos. Quanto aos pontos positivos, podemos considerar o processo de consolidação da disciplina em nosso país; o funcionamento dos cursos de graduação em Educação Artística; e as pesquisas e teoria na área da Arte-

Educação. Quanto aos pontos negativos, a aprendizagem das diversas linguagens artísticas como artes visuais, música e cênicas em três anos de Licenciatura, a redução da carga horarária, entre outros que abordaremos a seguir:

Estabelecimento: COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA - ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

Município: NOVA ESPERANÇA NRE - PARANAVAI Turno: DIURNO HORAS: 4.104

CURRÍCULO PLENO DA HABILITAÇÃO: MAGISTÉRIO ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1.994 MÓDULO 36 SEE/D

IMPLANTAÇÃO SIMULTÂNEA DURAÇÃO: 04 anos

FLS. 234

DISCIPLINAS		SÉRIES				TOTAL	
		1ª	2ª	3ª	4ª		
N Ú C L E O  C O M U M	Língua Portuguesa e Literatura		3	2	2	2	324
	Língua Estrangeira Moderna - INGLÊS		-	-	-	2	72
	Geografia	Piano de Estudos aprovado	2	2	1	-	180
	História	peio Parecer n.º 511/90... De... e ADEQUAÇÃO à Deliberação n.º 17/93 /CEE a partir do ano letivo de 1994	2	2	1	-	180
	Matemática		3	2	2	2	324
	Física	Curitiba 03/12/93	-	-	2	2	144
	Química		3	2	-	-	180
	Biologia		3	2	-	-	180
	Educação Artística	ME EUGENIA L.S. CARDOSO	-	1	-	-	36
	Educação Física		2	2	2	-	216
Programas de Saúde *2		-	-	-	-	-	
Ensino Religioso		-	-	-	-	-	
SUB-TOTAL		18	15	10	08	1.836	
P A R T E  D I V E R S I F I C A D A	MÍNIMO	Filosofia da Educação	-	-	2	2	144
		Sociologia da Educação	2	2	-	-	144
		História da Educação	2	2	-	-	144
		Psicologia da Educação	2	2	-	-	144
	FIXADO	Biologia Educacional	-	-	2	-	72
		Estrutura e Funcionamento do Ens. 1º Grau	-	-	2	-	72
	PARA	Didática	-	2	2	-	144
		Metodologia do Ens. de Port.-Alfabetizaç.	-	2	-	-	72
	HABILITADA	Metodologia do Ensino de Português	-	-	2	2	144
		Metodologia do Ensino de Matemática	-	-	2	2	144
		Metodologia do Ensino de História	-	-	-	2	72
		Metodologia do Ensino de Geografia	-	-	-	2	72
		Metodologia do Ensino de Ciências	-	-	-	2	72
		Metodologia do Ensino de Educação Física	-	-	1	1	72
	Metodologia do Ensino de Arte	-	-	2	-	72	
SUB-TOTAL		06	10	15	13	1.584	
ESTUDOS COMPLETOS	Introdução à Metodologia Científica	1	-	-	-	36	
	Fundamentos da Educação Pré-Escolar	-	-	-	2	72	
	Literatura Infantil	-	-	-	2	72	
SUB-TOTAL		01	-	-	04	180	
TOTAL		25	25	25	25	3600	
Estágio Supervisionado		2	2	4	6	504	
TOTAL GERAL DO CURSO		27	27	29	31	4.104	

(\*2) Conteúdos incorporados à Disciplina Biologia Educacional.

Figura 57: Estrutura Curricular de 1994. Grifo nosso

Fonte: Pasta de arquivo das grades curriculares, do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Com base na observação das Atas de Termo de Posse do Colégio Estadual São Vicente de Paula, na década de 1990, os professores que

trabalhavam com a disciplina de Educação Artística no Curso Magistério eram habilitados em Educação Artística ou Artes Plásticas.

Os conteúdos apresentados nos Livros de Registro, em uma aula semanal, passaram da produção das pastas, até o ano de 1992, aos estudos da Linha do Tempo da História da Arte.

A pasta, com toda sua construção, deixou de ser a protagonista das aulas, e grande parte das técnicas eram produzidas pelos alunos como trabalho domiciliar, na disciplina de Fundamentos da Educação Pré-Escolar, conforme relato da aluna entrevistada:

*“Cada aluna tinha uma pasta. Em cada bimestre a professora determinava quais seriam as técnicas que seriam confeccionadas e posteriormente avaliadas. Não me lembro de fazer em sala de aula, em sala de aula ela explicava como deveria ser feita cada técnica e fazíamos em casa. Como tinha uma irmã que já havia feito o magistério eu já tinha ideias da importância daquelas pastas e procurava fazer coisas diferentes das feitas pela minha irmã. A professora N. era muito exigente e no dia da avaliação todas as alunas ficavam muito nervosas e apreensivas. Quando ela chamava para irmos até sua mesa com a pasta A Z, ficamos olhando sua expressão de aprovação ou não. Sempre valorizei muito a confecção dos trabalhos, sempre foi muito importante pra mim” (ALUNA DESENHO).*

Pela fala da aluna , percebe-se que a pasta era um trabalho muito valorizado no Curso e essa estima era passada por gerações entre as alunas, que tomavam como referência a pasta uma das outras. A descrição de como era realizada a confecção das pastas pela aluna Pintura, pouco difere dos anos em que as mesmas eram produzidas na disciplina de Educação Artística. Desta maneira, comprovamos a importância das referidas pastas para o Curso Magistério.

A estrutura curricular foi alterada no ano de 1994 e alicerçada na “[...] Deliberação n.º 002/90 e Parecer n.º 001/90, constituindo-se desta forma as novas Diretrizes Curriculares da Habilitação Magistério para o Estado do Paraná” (ALMEIDA, 2004, p. 56). Com a nova matriz curricular, as aulas na disciplina de Educação Artística foram reduzidas, as disciplinas de Metodologia foram acrescentadas, e as práticas da construção dessas pastas permaneceram, sendo trabalhadas nas disciplinas específicas do curso.

As técnicas e a organização dos trabalhos seguiam o mesmo padrão da década de 1980, com a apresentação das técnicas de pintura, técnicas de colagem, cartões, bordados e dobraduras. Após o término do projeto das pastas, algumas técnicas eram trabalhadas em datas comemorativas ou quando interrompia uma sequência de registros do trabalho com a História da Arte.

Dessa maneira, todas as técnicas e formato prosseguiram da mesma maneira dando continuidade à cultura de ensino criada pelo Magistério do Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança, tal como era feita em anos e matrizes curriculares anteriores, como demonstra a imagem a seguir na Figura 58:



Figura 58: Pasta de ex-alunas do curso magistério do ano de 1993, do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Fonte: Arquivo pessoal da ex-aluna

Após o término da construção da pasta em Educação Artística, o conteúdo abordado nas aulas girou em torno da História da Arte que era trabalhada, seguindo os períodos históricos: Pré-história, Arte Mesopotâmica, Arte Egípcia, Arte Grega e Romana, Arte na Idade Média com estudos dos estilos Gótico, Bizantinos e Romanicos, Arte Renascentista, Arte Barroca, Impressionismo, Expressionismo, Cubismo, Dadaísmo, Surrealismo, Futurismo até a Arte Moderna.

A professora Amarelo, em seu depoimento, fala-nos dessa mudança que, ao nosso ver, marca uma transição de metodologia, muito confusa e que deixou,

naquele momento, as aulas de Educação Artística e os professores envolvidos desorientados, por não terem um encaminhamento metológico:

*“Teve uma mudança também porque era só pasta, só pasta e depois deu uma mudadinha, começou, assim se preocupar mais com História da Arte, né, aí eu peguei essa parte também. [...] eu acho que depois veio História da Arte no magistério, mais eu não me lembro de ter trabalhado isso. Deixa eu ver se tem alguma coisa aqui pra eu ver”* (olhando os livros de registro) (PROFESSORA AMARELO).

A dúvida em ter trabalhado com História da Arte no Curso, evidencia-se na declaração anterior, ao buscar as anotações que fizera no Livro de Registro de Classe da época em que lecionou. A mesma dúvida se fez presente no relato da Professora Vermelha:

*“No magistério não, só no Contabilidade, bom, só se estiver marcado... (observa o livro de Registro de Classe). É o livro, eu até guardei esse livro da História da Arte. Eu tenho. Era mais mesmo no Contabilidade, no primeiro ano de Contabilidade”* (PROFESSORA VERMELHO).

Poderiam as professoras ter registrado um conteúdo que não trabalharam em sala de aula? Voltamos a afirmar, a importância desse documento como fonte, para auxiliar o pesquisador ao investigar o espaço escolar.

As professoras mencionam que História da Arte era o conteúdo que direcionavam as aulas no Curso de Contabilidade. Os livros de registros nos mostram que, somente no ano de 1992, houve o início dos trabalhos com a História da Arte no curso Magistério. Apresentamos, a seguir, uma sequência com figuras de recortes dos Livros de Registros:

CONTEÚDOS OU OBJETIVOS	RUBRICA
<u>Março</u>	
A arte e a Pré-história	✓
A arte e a Antiguidade	✓
A arte mesopotâmica	✓
A arte mesopotâmica	✓
<u>Abril</u>	
Trabalho em grupo	✓
A arte egípcia	✓
A arte egípcia	✓
A arte egípcia - Correção da caderno	✓

Figura 59: Conteúdos programáticos do primeiro bimestre, da disciplina de Educação Artística, ano de 1992  
 Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

MÊS	DIA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
03	05	A arte através dos tempos
03	12	A arte e a pré-história
03	19	A arte e a Antiguidade
03	26	A arte mesopotâmica
04	02	Arte egípcia: música, arquitetura
04	16	Escultura
04	23	Pintura
04	30	Arte Greca

Figura 60: Conteúdos programáticos do primeiro bimestre, da disciplina de Educação Artística, ano de 1993  
 Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula.

ESTAB. DE ENSINO: Colégio Est. "S. Vicente de Paula" - E. 1.º-2.º C	
CURSO: Magistério	TURNO: Vesp. SERIE: 9.º
DISCIPLINA: Ed. Artística	TURMA: B
PROFESSOR(A): Shirley Martos Daniel.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
DATA	
24	material - História da arte
03	A Pré-história - estudo - arte rupestre
10	desenhos da Pré-história
17	a música " " desenhos
24	Trabalho relacionado
31	O Egito - estudos
07	
14	desenhos do Egito

Figura 61: Conteúdos programáticos do primeiro bimestre, da disciplina de Educação Artística, ano de 1994  
 Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
BIMESTRE: 1.º		PERÍODO: 24/02, 30/04
DATA		RUBRICA
01	Apresentação da matéria	Shirley
08	A arte na Pré-história dolradura → balão chinês " " barro	Shirley
15	Questionamentos artefato: Caixa vitela	Shirley
22	A arte no Egito Questionamento texto	Shirley
23	texto Flores de sabonete	Shirley
29	a arte na Grécia - pintura Questionamento dolradura :- balão	Shirley

Figura 62: Conteúdos programáticos do primeiro bimestre, da disciplina de Educação Artística, ano de 1995  
 Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
BIMESTRE: 1º		PERÍODO: 24/02/97 a 29/04/97
DATA		RUBRICA
27/02	Apresentação artística	f
06/03	Arte primitiva	f
13/03	Desenho da Arte primitiva	f
20/03	Arte Grega	f
27/03	FERIADO RECESSO	f
03/04	Desenho de Arte Grega	f
10/04	Sem de Ed. avançada Escultura	f
17/04	RECESSO - Páscoa	f
24/04	Arte Egípcia - Inicial	f

Figura 63: Conteúdos programáticos do primeiro bimestre, da disciplina de Educação Artística, ano de 1997

Fonte: Arquivo do Colégio Estadual São Vicente de Paula

Ao entrar em contato com as ex-alunas do curso Magistério nos anos de 1992 a 1997, para a entrevista, as mesmas não se lembravam das aulas de Educação Artística, da professora que lecionou a disciplina e de nenhum conteúdo ou atividade que realizaram, na referida disciplina.

Após a mudança do conteúdo, as aulas de Educação Artística receberam um novo direcionamento; os cadernos de Arte substituíram as pastas e a teoria tomou lugar das técnicas artísticas. A Professora Roxo descreve a dinâmica das suas aulas:

*“Na época, não era um pasta, era um caderno de Arte mesmo. Nesse Caderno de Arte, elas escreviam tanto a teoria como os desenhos relacionados ao movimento histórico que tava sendo é, colocado. E como era um ano só que tinha Arte, tinha que passar por toda a história da arte com elas naquele ano, com uma aula por semana. Então, tinha que ser muito corrido, você tinha que explicar qual era o objetivo da, na Pré-história. Qual o objetivo que o homem fazia aquele desenho e fazer com que elas criassem ou pesquisassem alguma coisa relativa a esse desenho pra eles poderem ter uma visualização da prática. Não dava tempo de trabalhar a música, teatro e nem pensar em dança. Imagine uma aula por semana, passava voando e por passar por todo o*

*conteúdo da história da Arte, era bem difícil” (PROFESSORA ROXA).*

Com o novo formato metodológico, vieram os obstáculos a serem enfrentando pelos professores como, por exemplo, a carência de material didático para apoio em sala de aula, entre eles, livros de História da Arte e as imagens de obras de Arte e a cobrança em se adequar ao novo sistema.

Os professores utilizavam um único livro de apoio ou pesquisavam em livros de História para preparação de suas aulas. Para demonstração da imagem para os alunos, faziam uma representação de uma tela do período trabalho em um papel e passava de mãos em mãos, entre os mesmos, para terem um contato com as produções artísticas. Outras vezes, passava-se o livro didático que continha uma pequena imagem. Assim, conta-nos as professoras:

*“Então, a história da arte, assim tá tudo aqui né (folheando o livro didático adotado por ela), a arte através das cavernas, arte rupestre, instrumentos. A pré-história, bem no comecinho, depois vem a arte grega, romana, arte egípcia. No magistério, eu fazia os desenhos ou então eu fazia uns papezinhos e passava pra elas verem, com uns desenhinhos e, então, elas faziam no caderno delas, nas pastas” (PROFESSORA VERMELHO).*

*“[...] a gente explicava como era o desenho Pré-histórico, qual as cores que eles utilizavam, que tipos de linhas que eram utilizados, daí elas faziam. Primeiro, você trabalhava a teoria, né, mostrava pra elas algumas coisas que você trazia, porque na época não tinha TV, não tinha nada pra você trazer. Então, você procurava em livros uma imagem e mostrava pra sala inteira aquela imagem e, baseado nisso e no que elas iam atrás também elas faziam a prática delas” (PROFESSORA ROXA).*

A professora Roxo também explica como iniciou a prática docente, dando continuidade ao trabalho da professora que lecionava a disciplina anteriormente a ela:

*“Ela trabalha com História da Arte, inclusive eu pedi os cadernos das meninas anteriores, pedi pra ela também algum conteúdo. Então, ela trabalhava assim, ela dava um trechinho do conteúdo, vamos supor lá, do Cubismo, e pincelava o conteúdo do cubismo e pedia pra meninas trabalhar, mostrava uma imagem e pedia pra trabalhar de acordo com aquilo lá, né. E era o que dava pra fazer também com uma aula por semana, porque senão a gente não conseguia é passar nada. se ficasse se aprofundando, nas fases, não tinha como você ficar no cubismo o Bimestre inteiro. Então,*

*não tinha como aprofundar, então, era bem superficial mesmo, era um trequinho de cada pra não dizer que não viu. Um trequinho de cada movimento artístico e o desenho referente àquele movimento artístico. E a professora S. já trabalha assim e a gente deu continuidade ao que ela trabalhava” (PROFESSORA ROXO).*

Em virtude dos fatos mencionados, podemos constatar que ao serem trabalhados os conteúdos de História da Arte, superficialmente, em apenas uma aula semanal seguindo o formato relatado pela professora, as aulas se esvaziaram de significado e de aprendizagem para as alunas, diferentemente do que acontecia com as aulas que trabalhavam as técnicas e construção das pastas que girava em torno da vivência e hábitos das salas de aulas do município.

Sem material adequado para aplicação de um conteúdo que necessita de observação visual e de pesquisa teórica para realização de uma determinada prática, realmente dificulta e desqualifica o trabalho do professor.

Tanto a entrevista como os registros mencionados anteriormente mostram a continuidade dos conteúdos e o direcionamento das aulas, seguidos ano após ano, pelas professoras. Sem uma formação continuada, elas sentiam-se mais seguras, adotando o modelo de aula do professor anterior ou com mais experiência profissional, assim como o livro didático. Mesmo com a graduação em instituições de renome como a FAP<sup>36</sup>, em Curitiba, a Professora Roxo seguia a didática da professora que havia se aposentado, dando sequência ao sistema. Vale ressaltar que a disciplina ainda estava presa a um sistema antigo, mesmo a professora adotando o modelo de aula da professora anterior, ela direcionava os conteúdos em consonância com sua formação, como ela mesma descreve:

*“E eu fui uma professora que fui na contramão da direção, talvez por ter vindo de fora ou por ter tido uma outra formação ou, ou não sei. A aprendizagem nossa lá em Curitiba foi assim, então, lá a gente aprendeu a valorizar muito a arte e eu queria trazer isso e queria que todo mundo aqui aprendesse a valorizar essa Arte dessa forma” (PROFESSORA ROXO).*

A disciplina de Educação Artística, de acordo com a educação e a cultura da cidade, de uma maneira ou de outra, sempre teve sua valorização; devemos

---

<sup>36</sup> FAP – Faculdade de Arte do Paraná, foi aprovada pela Lei Estadual, nº 9.135, em 1989.

levar em consideração, assim, o direcionamento da disciplina e o Currículo Básico que foi implantado no início da década de 1990.

Durante a década de 1980, o professor não tinha nenhum currículo ou apoio para nortear sua prática em sala de aula e contava com o conhecimento adquirido durante sua formação e sua experiência profissional.

Em meados da década de 1980 e início dos anos de 1990, o único material de apoio disponível aos professores era o livro intitulado “Integrando as Artes”, que abordava resumidamente toda sequência histórica, da arte pré-histórica à arte contemporânea; e nas páginas finais, apresentava noções básicas de expressão musical, dança, rádio, televisão e propaganda:

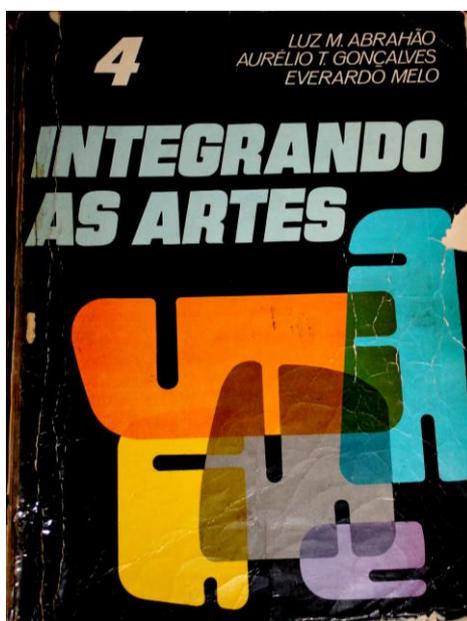


Figura 64: Livro didático utilizado por três das professoras entrevistadas  
Fonte: Arquivo pessoal das professoras de Educação Artística, do Colégio Estadual São Vicente de Paula

A nosso ver, as alunas não estavam habituadas ao novo direcionamento e o aprendizado da teoria nas aulas de Educação Artística. A cultura escolar criada durante os anos no interior do curso projetava nas mesmas, a expectativa de atividades práticas que as preparariam para a ação docente.

No entanto, deparar-se com um conteúdo teórico que deveria proporcionar o desenvolvimento sensível, a ampliação do repertório artístico, estético, o contato com os movimentos artístico e seus expoentes também causou

estranheza entre as alunas. Acostumadas à realização de tarefas técnicas e a muito trabalho artístico, as alunas criavam uma repulsa à nova dinâmica proposta para as aulas de Educação Artística. Esse “desprestígio” é abordado pela Professora Roxo:

*“Olha os alunos, eles não tinham, não davam muito valor. Porque eles achavam que justamente a Arte era pra isso, que era pra embelezar, né. Tinham a Arte só como estética, não como é [...], é a vivência de uma sociedade, eles não tinham a Arte como história, a história humana, a história sensível de uma sociedade, o sentimento mesmo da sociedade.[...] Então, elas não davam valor e a partir do momento em que você explicava o porquê daquilo ali, porque o homem faziam aquilo, de onde tudo começou, porque ele começou dessa forma. Então, você explicando cada movimento artístico, trazendo pra um significado humano, ou seja, existiu porque foi o ser humano que fez, porque tá marcando uma transição dessa sociedade nessa época. Aí, então, elas começavam a ter, assim, uma vontade de conhecer mais, se não elas não queriam. Queriam só pintar, recortar colar, a vamos fazer um desenhinho bonitinho, professora, por que você não passa um. Eles queriam ainda folhinha pronta pra eles pintar, ah! Professora, você não passou nada prontinho pra gente recortar e passar pros nossos aluninhos. [...] elas começavam a se interessar e aí elas começaram a ver a Arte com outros olhos” (PROFESSORA ROXO).*

“Ver a Arte com outros olhos”, nesse caso, é se apropriar do conhecimento de um conteúdo ou de uma história que começa a ser significativa para as alunas. A partir do momento em que o aluno tem a possibilidade e a compreensão do significado do processo histórico, estético e cultural, destinado ao campo da Arte, ele passará a entender o processo histórico e com suas nuances e a vivenciar novas experiência em arte. O desconhecido, inicialmente, causa estranhamento, não só para as professoras, também para os alunos; cada um agindo de determinada maneira, procura expressar seu sentimento de descontentamento com o que está envolvido. Desta maneira, o “ver a arte com outros olhos” corresponde à adequação de novos conteúdos, novas posturas, novos hábitos e um longo caminho a ser percorrido por parte da comunidade escolar e fora dela, criando, assim, uma nova cultura para a disciplina.

Podemos observar que há uma nova adequação dos conteúdos também ao retornar às anotações dos Livros de Registros de Classe, em especial aos relacionados à música. Identificamos, no cronograma dos registros, que a música

foi apresentada como informações históricas, juntamente com o estudo da pintura, escultura e arquitetura, exposto pela linha do tempo, aparecendo alguns nomes da música erudita como “Chopin, Liszt, Bellini, Schumam”.

Além dos movimentos artísticos e dos períodos históricos já mencionados nos registros, observamos, também, a articulação de conteúdos específicos do conhecimento em arte como os elementos formais que estruturam a linguagem visual como, por exemplo, o estudo da harmonia de cores: cores primárias, secundárias, quentes, frias e neutras, disco Newton e linhas.

Conforme atestam os registros dos Livros de Classe, a disciplina na década de 1990 trabalhou os conteúdos que envolviam o campo de conhecimento da arte, dedicando parte de sua pequena carga horária ao estudo teórico da História da Arte, demonstrando uma possibilidade de conhecimento que permite ao educando “[...] o estudo das soluções estéticas encontradas pela humanidade nas obras de arte” (FERRAZ; FUSARI, 2009, p. 69).

As fontes indicam-nos que tanto os conteúdos ensinados em Educação Artística, como o trabalho do professor se tornaram pormenorizado. De um lado, o professor, desamparado, tentando se adequar a um novo sistema de ensino, sem material, sem formação continuada e com apenas uma aula semanal. E, de outro, o aluno recebendo fragmentos de um conteúdo superficial. Portanto, recorreremos às palavras da professora Roxo, “era o que dava pra fazer”, sendo assim, essas aulas não foram guardadas como lembranças afetivas e significativas pelas respectivas alunas:

*“Eu lembro do Magistério e do Colégio com muito carinho e com muita saudade. A minha formação no magistério foi a base e o início da minha formação enquanto psicóloga, professora e pessoa. Aprendi muito durante as aulas de didática, sociologia, filosofia, com as feiras de ciências, com saraus que organizamos e com as apresentações durante o ano letivo, mas não me lembro infelizmente das aulas de Educação Artística. Talvez por terem sido poucas e não tão intensas e significativas para minha formação como as demais disciplinas” (ALUNA DESENHO).*

Identificamos, no relato da aluna Desenho, que os conteúdos apresentados nos Livros de Registro de Classe, durante sua formação na década de 1990, como mencionamos anteriormente, não estabeleceram uma relação afetiva com o

processo de aprendizagem. Compreendemos, assim, que embora a disciplina nas décadas anteriores (1970 e 1980) não trabalhasse os conteúdos diretamente direcionados ao conhecimento teórico das linguagens artísticas e a História da Arte, as alunas recordam-se das aulas, da professora e das atividades que realizaram; além de mencionarem as contribuições que a disciplina de Educação Artística proporcionou para o trabalho em sala de aula. Diferentemente da experiência e vivência das alunas da década de 1990, cujas alunas além de não ter nenhuma recordação das aulas de Educação Artística relatam a falta de significação à formação pessoal e profissional.

Nessas circunstâncias, as alunas do curso Magistério da década de 1990 não tiveram a possibilidade de uma aprendizagem significativa que desenvolvesse a expressão artística e criadora, a criatividade, o olhar estético, sensível e reflexivo, entre outras potencialidades fundamentais que a disciplina proporciona à formação do professor da Educação Infantil e Séries Iniciais. Para tanto, a carga horária da disciplina deveria ser maior e dispor de uma proposta sistematizada para mudar ou alterar este estado de “insignificância”, analisando:

[...] De um lado o seu papel na formação da percepção e da sensibilidade do aluno através do trabalho criador, da apropriação do conhecimento artístico e do contato com a produção cultural existente. E, de outro lado, colher a significação da arte no processo de humanização do homem, visto que este, como ser criador, se transforma e transforma a natureza através do trabalho, produzindo assim, novas maneiras de ver e sentir. (PARANÁ, 2003, p. 126).

O desenvolvimento da sensibilidade, do ver, do sentir, do refletir e do conhecimento artístico, dialogando com o plano da subjetividade, tem um papel fundamental na formação das alunas no Curso Magistério. Esta afirmação pode ser observada no construto teórico de vários pesquisadores em arte como Stabile (1989), ao pontuar que a formação do professor da Educação Infantil deve incluir o conhecimento da evolução gráfica da criança, para planejar adequadamente as atividades de autoexpressão, além de criar situações que estimulem a capacidade criadora, utilizando dos recursos artísticos valiosos para o desenvolvimento dos alunos.

Yolanda (1967, p. 21) ressalta que cabe ao professor da Educação Infantil e séries iniciais, “[...] ser ele próprio um criador no desempenho de sua tarefa, permitindo aos alunos, igualmente, liberar sua potencialidade criadora”. Martins; Guerra (1998), por sua vez, destacam que o educador precisa manter a diligência no estudo e pesquisa, para instigar seus alunos com ideias germinadoras, dispor de imagens visuais, sonoras, cênicas, desafiando o educando a ousar e buscando novas perspectivas ao ver, ouvir e agir de maneira pessoal e coletiva.

O Estado do Paraná, na busca de uma proposta sistematizada e visando à melhoria da educação no Ensino da Arte, criou o Currículo Básico no ano de 1990. Como já referimos anteriormente, esse documento começou a nortear o trabalho do professor, quando este tinha acesso àquela. Sobre esse assunto, falamos as professoras:

*“Então, a única coisa que a gente tinha, como eu disse, pra você era o Currículo Básico, que era o que norteava, auxiliava de alguma forma pra você saber o que você vai dar” (PROFESSORA ROXO).*

*“Eu não tinha acesso. [...] Mais que a gente não tinha um acesso a esse Currículo Básico, a gente não tinha, eu nunca peguei mesmo aquele livrinho, eu peguei depois de muito tempo. Quando ele surgiu, era uma coisa guardada a sete chaves, não era uma coisa assim que dava pro professor usar, esse é seu, esse você usa é o seu material, eu nunca tive o meu. Em algumas reuniões que tinha, a gente via alguém levar, né, mais era ali, olhava e logo guardava. Era assim uma coisa assim muito reservada, muito restrita a algumas pessoas, eu nunca tive” (PROFESSORA AMARELO).*

A dificuldade do acesso ao Currículo Básico não aconteceu somente com a Professora Amarelo, em Nova Esperança, Paraná. Silva (2010) aponta, em sua pesquisa em Pernambuco, que todos os professores entrevistados também “[...] registraram em seu depoimento a falta e contato com os documentos oficiais e quase todos eles reafirmaram a inexistência de documentos que orientasse o professor, pois os mesmos os desconheciam” (SILVA, 2010, p. 108).

Outros documentos oficiais foram criados na década de 1990, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9394/1996, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), com o início da elaboração em 1995 e conclusão em 1997. Stori (2011, p. 39) descreve que “[...] De acordo com o

professor da SEED<sup>37</sup>, até 1990 não havia política educacional para a Educação Artística, tampouco havia documento norteador desse ensino”. Essa afirmação também foi observada no Núcleo Regional de Educação de Paranavaí<sup>38</sup>. Ao investigar os documentos arquivados na instituição que poderiam contribuir para a pesquisa, a professora responsável desconhecia qualquer documento que auxiliasse o trabalho pedagógico em Educação Artística, mencionando, ainda, que os cursos de formação para professores no Estado só tiveram início em meados da década de 1990.

O último ano em que a disciplina de Educação Artística foi ministrada no curso Magistério, do Colégio pesquisado, foi em 1997; e o encerramento do curso, no ano de 1999. Os conteúdos ensinados seguiam os mesmos caminhos, configurados do estudo cronológico da arte Pré-histórica a arte Moderna.

Objetivando delinear novas finalidades significativas aos alunos, os professores procuravam, em suas aulas, explicar os movimentos artísticos, relacionando-os a um significado humano; totalmente diferente do trabalho da disciplina dos anos anteriores. Desta maneira, os mesmos perceberam que levariam um tempo para que os alunos tomassem consciência do novo direcionamento que a disciplina tinha tomando. Para os professores, aquele momento era para fazer com que os alunos desenvolvessem o gosto por aprender arte, o conhecimento das linguagens específicas da arte e, acima de tudo, o que o ser humano pode expressar por meio dela.

---

<sup>37</sup> Secretaria de Estado Educação e Desporto, do Estado do Paraná

<sup>38</sup> Nova Esperança pertence ao Núcleo Regional de Paranavaí

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar os conteúdos curriculares da disciplina de Arte, focalizando questões que implicaram a aproximação das práticas escolares. Para tanto, pesquisamos como se constituiu o ensino de Educação Artística do Curso Normal Secundário e, posteriormente, do Magistério, tomando como recorte temporal o período de 1971 a 1997, especificamente na cidade de Nova Esperança, localizada a Noroeste do Estado do Paraná. Destacamos a importância e a particularidade de cada elemento, que compõe a complexa relação histórica e cultural presente na História da Educação.

O interesse pela temática surgiu de várias inquietações ao longo da experiência profissional. O contato com a sala de aula, alunos, materiais didáticos e o ambiente escolar impulsionaram a elaboração de questões relevantes à compreensão dos conteúdos trabalhados em Educação Artística, no recorte temporal elencado, bem como alguns elementos inseridos na cultura escolar produzida pela escola, na escola e para a escola.

A relevância da pesquisa se fez evidente ao realizarmos o levantamento e a análise bibliográfica acerca do tema “História da Disciplina de Arte”, e confirmarmos que a referida pesquisa se faz original pelo fato de não haver estudos sobre os conteúdos escolares, no campo disciplinar de Arte, no Estado do Paraná, na periodização de 1971 a 1997.

A metodologia utilizada, conforme Lüdke e André (1986), centrou-se em uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e com fontes documentais, que incluíram leis e documentos oficiais, atas, fotografias, atividades de alunos e entrevistas semiestruturadas com professores e ex-alunos do curso Normal Secundário e Magistério, do Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança. O entrecruzamento de todas essas fontes nos proporcionou discussões no campo teórico e historiográfico, fazendo-se imprescindíveis, à compreensão da constituição da disciplina, das ações que permeiam sua organização, da prática e da finalidade da disciplina de Educação Artística.

No que tange à fase da fonte documental, buscou-se, a partir de visitas ao arquivo e à biblioteca da instituição, *lócus* da pesquisa, e aos arquivos

particulares e públicos, elencar determinadas fontes como: leis e documentos oficiais, atas, fotografias, atividades de alunos e depoimentos de professores e ex-alunos do curso Normal Secundário e Magistério, do Colégio Estadual São Vicente de Paula, em Nova Esperança, Estado do Paraná.

Os depoimentos, colhidos por meio das entrevistas semiestruturadas, com quatro professoras e seis ex-alunas, contribuíram para delinear, juntamente com as demais fontes, os caminhos percorridos pelos conteúdos e pela cultura escolar, dando forma, cor e sabor à pesquisa.

Ao entrelaçarmos a história de Nova Esperança e do Colégio Estadual São Vicente de Paula, é possível destacar a relevância da educação dispensada pela única instituição pública de ensino, durante as décadas de 1970 a 1990, no município, bem como a formação de uma geração de professores que, atualmente, continuam lecionando nas Escolas Municipais e Privadas, somado uma parcela de 72,2% dos professores com formação no curso Magistério no referido Colégio, e, em demais instituições de ensino da região do noroeste paranaense.

A realização dos estudos históricos da disciplina de Arte no Brasil e no Paraná, na década de 1970 a 1990, permitiu avanços significativos à construção da História da Disciplina, por apontar alguns caminhos, delineados pela disciplina no Paraná, ainda não pontuados por outros pesquisadores. Dentre eles, podemos destacar os denominados cursos de “reciclagem”, que pretendia preparar o professor para o novo formato curricular, proposto pela Lei 5.692/71, bem como a inexistência, no noroeste paranaense, das Escolinhas de Arte que auxiliava o professor nas capitais. Identificamos que somente grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Curitiba, Belo Horizonte, entre outros, eram privilegiados com o trabalho desenvolvido nas Escolinhas e com cursos Superiores de Formação em Arte. As cidades do interior e os Estados menos desenvolvidos contavam com o “esforço” do professor para adequação da própria prática docente.

Destacamos, também, a criação do Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná, como um avanço para educação paranaense e um marco importante para a disciplina, por se configurar como base ao trabalho do

professor. Em contrapartida, conforme os depoimentos dos professores, identificamos a insuficiente exploração e estudo do documento por aqueles que estavam envolvidos diretamente com o cotidiano escolar. Nem todos os professores de Educação Artística possuíam uma cópia do documento, e a escola não oferecia este material como apoio à organização metodológica dos conteúdos, o que fragilizou ainda mais a disciplina.

Outro aspecto levantado na pesquisa e que contribui para a fragilidade da disciplina foi a distribuição das aulas de Educação Artística para professores de outras disciplinas, utilizadas como complemento de carga horária, não deixando as aulas para professores com formação específica em Arte.

Essas práticas resultaram em uma aprendizagem superficial, direcionada aos conteúdos e fundamentos específicos da disciplina, ocasionando um ensino deficitário o que interferiu diretamente na formação dos alunos, favorecendo a compreensão da Educação Artística como uma disciplina supérflua, que se aprende sem esforço ou estudo e que qualquer professor pode assumir.

Ao investigarmos o modo como a disciplina se constituiu, a forma como os conteúdos eram ensinados e aprendidos em um movimento específico do funcionamento de cada instituição de ensino, foi-nos possível desvelar a dinâmica do espaço escolar.

Os conteúdos e as fontes analisadas permitiram-nos compor uma representação histórica das salas de aula no município e no período estudado. As mudanças ocorridas na Educação durante o recorte pesquisado foram muito significativas para os desdobramentos do Ensino da Arte no Brasil e no Paraná. Um exemplo disso foi a elaboração e a implantação da Lei 5692/71 que, ao mesmo tempo em que constituiu a disciplina como componente curricular, delegou ao professor uma formação “polivalente”, determinando um trabalho superficial com as linguagens das artes visuais, música e cênicas, em apenas uma aula semanal.

Dessa maneira, não podemos depositar todo o demérito de uma prática fragmentada ou mecânica na figura do professor de Educação Artística, mas, sim, compreender a história da disciplina e a cultura escolar a que esse profissional pertence.

As modificações dos conteúdos do Ensino de Arte, no curso Magistério em Nova Esperança, Paraná, assim como em outras modalidades de ensino, é uma constante importante na história da disciplina. Quando os docentes têm como objetivo criar diferentes metodologias para que os conteúdos assumam novamente uma determinada função, essa mudança pode se constituir em inovação de desafios e um novo objeto de estudo para outra pesquisa.

Dessa maneira, o referido estudo apresentou uma exposição histórica dos conteúdos e métodos adotados pela escola, mostrando uma descrição específica e própria do curso. Os resultados da pesquisa evidenciam que, em determinada época, o ensino da Educação Artística desempenhou uma função claramente traçada para educar e formar boas moças e mães; desenvolver o sentimento patriótico; e acima de tudo formar profissionais para atender à demanda da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do município.

O entrecruzamento de fontes como os livros de registros, os livros didáticos, as atividades dos alunos e os depoimentos dos professores e ex-alunos registra a prática dos conteúdos de Educação Artística, revelando uma tradição criada pela cultura escolar.

Nesse sentido, constatamos que a Educação Artística, ensinada no Curso Normal e no Magistério do Colégio Estadual São Vicente de Paula, na cidade de Nova Esperança, Paraná, entre os anos de 1971 e 1997, distancia-se da determinação legal dos currículos ou das tendências pedagógicas. Entretanto, o que encontramos durante o processo de pesquisa foi uma metodologia criada pelos professores, pela escola, pelo curso e para o curso. Conforme Chervel (1990) isso já bastaria para distingui-la com uma vulgarização, em que os métodos são organizados pelos professores permitindo a aprendizagem dos alunos o mais rápido e melhor possível.

Essa vulgarização dos conteúdos trabalhados nas disciplinas e apontados pela pesquisa não são simples métodos ou simplificações de conteúdos, para se tornar mais acessíveis aos alunos, mas, sim, uma criação produzida pela escola, para atender aos próprios interesses, ressaltando-se que a metodologia e o conteúdo estão relacionados entre si, transformando o ensino em aprendizagem.

Conforme Chervel (1990), a instituição, em cada época, dedica-se a inúmeros objetivos que se entrelaçam e se combinam, formando uma sensível estrutura a qual se pode fazer um modelo; sendo sua função, em cada caso e em particular, colocar um conteúdo de ensino ou instrução a serviço de um fim educativo.

Sendo assim, ao estudar a história da disciplina escolar, reconhecendo a gama de fatores que a compõem, foi-nos possível compreender a cultura escolar e a disciplina de Educação Artística no espaço pesquisado, bem como a finalidade dos conteúdos trabalhados, suas nuances e conflitos, aspectos importantes à formação do educador.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Claudia Mara de. **A política de cessação do Curso de Magistério no Estado do Paraná: das razões alegadas às que podem ser aventadas.** 2004. 236f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPR – Curitiba, 2004.

ARAUJO, Lygia; BONDI, Freda Jardim; CRAVO, Djanira; MAGNO, Tostes; SILVA, Maria V. da. **Cerâmica, Cestaria, Esmaltação em Metal, Estamparia, Tecelagem Manual, Mosaico.** Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968.

ARBOLEYA, Valdinei José. **ARTE E EDUCAÇÃO Arte Africana no Currículo Escolar: Novos Olhares e Novas Reflexões.** Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Arte-africana-no-curriculo-escolar.pdf> 08/04/2012. Acesso em: 17 maio de 2012.

ARTESANATO, **Enciclopédia.** São Paulo, Ed. Livros Irradiantes, s.d.

ATIVIDADE, **Enciclopédia de Trabalhos Manuais.** São Paulo, Ed. Lisa, s.d.

BACARIN, Lígia Maria Bueno Pereira. **O movimento de arte-educação e o ensino de arte no Brasil : história e política.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Maringá, PR : [s.n.], 2005.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil. Das origens ao modernismo.** São Paulo: Perspectiva/Secretaria d Cultura, ciências e Tecnologia do Estado de Dão Paulo, 1978.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação no Brasil Realidade hoje e expectativas futuras\*** Estud. av. vol.3 no.7 São Paulo Sept./Dec. 1989 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v3n7/v3n7a10.pdf>. Acesso em dez de 2012.

BARBOSA, Ana Mae. **Teoria e prática da Educação Artística.** 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos utópicos.** Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte Educação no Brasil: do modernismo ao pós-modernismo.** Revista Digital **Art&** - Número 0 - Outubro de 2003 – Disponível em: <http://www.revista.art.br/> . Acesso em Dez. de 2012.

BARBOSA, A. M.(org.) **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BARBOSA, Ana Mae. **John Dewey e o Ensino da Arte no Brasil**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda Pereira da. (Orgs.). **A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. São Paulo: Cortez, 2010a.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte: ano oitenta e novos tempos**. 8ª Ed. - São Paulo: Perspectiva, 2010b.

BARBOSA, Ana Mae. **Arte-Educação: leitura no subsolo**. 8ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

BARBOSA, Ana Mae. **Ensino da Arte: memória e história**. (Org.). São Paulo: Perspectiva, 2011b.

BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (Org.). **História e memória da educação no Brasil**. v. III: Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 416 – 429.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Disciplinas escolares: história e pesquisa**. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer (orgs.). **História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 9-38.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Maria Manuel Miguel e Rui Grácio.(Trads.). [S. L.]: Publicações Europa América, 1965.

BRASIL, Decreto nº 56.747/65. **Dia Internacional do folclore**. Disponível em: <http://www.domtotal.com/direito/pagina/detalhe/6166/decreto-n-56.747-de-17-de-agosto-de-1965>. Acesso em 25/02/2013

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte /Ensino de quinta a oitava séries**. Brasília, DF: MEC /SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL, **Parecer CNE/CEB 22/2005**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: [portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb22\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb22_05.pdf) . Acessado em 22/08/2012

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. **PARECER HOMOLOGADO(\*) (\*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 23/12/2005.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb20\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb20_05.pdf)>. Acesso em 17 fev. de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27.839.

BRASILEIRO, L.T. **Educação Física e Arte:** reflexões acerca de suas origens na escola. Motriz, Rio Claro, v. 16 n.3 p. 742-750, jul./set. 2010.

BRITO, Teca Alencar. **Música na Educação Infantil:** propostas para formação integral da criança. 2ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2003.

BURKE, Peter. **A escrita da história:** novas perspectivas. Peter Burke (Org.); Magda Lopes. (Trads.). São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CAMARGO, Isaac Antonio. **Vertentes para o ensino em artes visuais.** Londrina: Ed. da UEL, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Maria de Lurdes Menezes (Trads.); Revisão Técnica [de] Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **Do códice ao monitor: a trajetória do escrito.** *Estud. av.*, Ago 1994, vol.8, nº.21, p. 185-199. ISSN 0103-4014 – [www.sielo.br](http://www.sielo.br)

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita.** Tradução de Fúlvio M. L. Moretto. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CHERVEL, A. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** PA: Teoria & Educação, n. 02, 1990.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná.** São Paulo: Cia melhoramentos Norte do Paraná, 1975.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972).** Tese (doutorado em História), UFF, Niterói, 2012.

CORREIA, Leocadio. **Pelo Meu caminho...** Curitiba, 1923.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

DOMÍNIO PÚBLICO, Portal. **Biblioteca digital desenvolvida em software livre.** Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/>

DUARTE JR; João-Jrancisco. **Por que Arte-Educação?** 7ª Ed. Campinas: Papyrus, 1994.

DUARTE, Maria Eduarda. **Artes Plásticas In: Enciclopédia Ilustrada para educação Básica (Compleativa), Educação Musical, Artes Plásticas.** VI. II, Ed. Educacional Brasileira S.A. Curitiba, Paraná, 1973.

ENCICLOPÉDIA, Ilustrada para educação Básica (Compleativa), **Educação Musical, Artes Plásticas.** VI. II, Ed. Educacional Brasileira S.A. Curitiba, Paraná, 1973.

EDUCAÇÃO, Revista. Ed. 97, **Entrevista Ana Mae Barbosa. out/2011** Disponível em : [http://www.abtbr.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=69:caminhos-para-a-conscientiza&catid=15:educa&Itemid=80](http://www.abtbr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=69:caminhos-para-a-conscientiza&catid=15:educa&Itemid=80). Acesso em 17 de junho de 2012

FERRAZ, Maria Heloisa Corrêa de Toledo; FUSARI, Maria Felisminda de Rezende. **Arte na educação escolar.** São Paulo: Cortez, 2001.

FORQUIN, Jean Claude. **Escola e Cultura.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABAU,Francisco. **Educação Artística, Música, In: Enciclopédia Ilustrada para educação Básica (Compleativa), Educação Musical, Artes Plásticas.** VI. II, Ed. Educacional Brasileira S.A. Curitiba, Paraná, 1973.

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (Org.); **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 1992. Cap. 8, p. 237 – 271.

GHIRALDELLI,Paulo Jr. **História da Educação brasileira.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Sinais. Raízes de um paradigma indiciário.** In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, Arilda S., **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades,** In: *Revista de Administração de Empresas.* São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995.

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte.** 16ª ed. Álvaro Cabral (Trad.), Rio de Janeiro, LTC, 1999.

GOMES, K.; NOGUEIRA, S. M. A. **Ensino da Arte na escola pública e aspectos da política educacional:** contexto e perspectiva. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 583-596, out./dez. 2008. scielo.

HUYGHE, René. **Sentido e destino da Arte (I).** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

IABELBERG, Rosa. **Para gostar de aprender arte:** sala de aula e formação de professores. Porto Alegre: Artmed, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Vol. XXI, Rio de Janeiro, 1959.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010 - Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/novaesperanca.pdf>. Acesso em jul de 2012.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como objeto histórico.** Gizele de Souza (Trad.). *Rev. Bras. de História da Educação.* Editora Autores Associados. Campinas, SP, 2001

JUNIOR, Marcílio Souza; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História das disciplinas escolares e história da educação:** algumas reflexões. *Educação e Pesquisa,* São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

LOPES, Eliane Marta T., GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação.** Rio de Janeiro: DPA Editora, 2001.

LOWENFELD, V. **A criança e sua arte.** São Paulo: Mestre Jou, 1954.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MACHADO, Regina Stela. Sobre mapas e bússolas: apontamentos a respeito da abordagem triangular. In: BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda Pereira da. (Orgs.). **A abordagem triangular no ensino das artes e culturas visuais**. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINS, Mirian Celeste Ferreira Dias; PICOSQUE, Gisa; GUERRA, M. Terezinha Telles. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

MÃOS DE OURO. **Enciclopédia**, São Paulo: Abril Cultural, 1968.

NEVES, Fátima Maria. **Educação Jesuítica no Brasil-Colônia: a coerência da forma e do conteúdo**. 1993. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNIMEP, Piracicaba, 1993.

NEVES, Fátima Maria. **O Método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. 2003, 293f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis, 2003

NEVES, Fátima Maria. A **história da educação no Brasil – a trajetória de um campo de ensino e pesquisa**. In: ROSSI, E.; RODRIGUES, E.; NEVES, F. (Orgs.) **Fundamentos Históricos da Educação no Brasil**. 2. ed. Maringá, PR: Eduem, 2009b. p. 13-29.

NÓVOA, Antonio. **História da educação: percursos de uma disciplina**. *Análise Psicológica*, Lisboa, n. 4, 1996. p. 1-33.

NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. In: **Teoria & Educação, Porto Alegre**, (6), 1995. p. 151 – 182.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. **Arte, história e ensino: uma trajetória**. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2002.

PARANÁ, Estado do. **Ensino Regular de 2º Grau, Lei nº 5692/71, Atos Complementares**. Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. MEC, 1971.

PARANÁ. **Relatório do Parecer nº 004/86, em anexo à Deliberação n.º 031/86** – 1986. Disponível em: [http://www.nre.seed.pr.gov.br/paranavai/arquivos/File/Del\\_3186\\_Incineracao\\_Doc.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/paranavai/arquivos/File/Del_3186_Incineracao_Doc.pdf). Acesso em: 20 de ago. de 2012.

PARANÁ, Estado do. **Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná**. Secretaria de Estado da Educação Superintendência de Educação Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba, 2003. (versão eletrônica).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Arte para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio**. Curitiba: SEED, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

PEREIRA, Denise Perdigão. **Que arte entra na Escola através do Currículo?** Entre o utilitarismo e a possibilidade de emancipação humana pela arte, nos Programas de 1928 e 1941, na Escola Nova em Minas Gerais. Dissertação, (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

READ, Herbert. **A educação pela arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

RIBEIRO, Wagner. **Antalogia de Cantos Orfeônicos e Folclóricos**. Parte I. São Paulo: FTD, 1965.

RODRIGUES, E. **A invenção da democracia no Paraná. 1983 a 1987**. Assis, 2002. 273p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil. 1930-1973**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SALAS, Clúdia Jaquebede. **Motivos Artísticos e Educacionais**. Uberlândia: comercial Claranto LTDA, 1973.

SANTOS, Valdery. **1948 Caminhos da história de Nova Esperança: o povoamento do noroeste do Paraná e a presença da cidade nessa grande jornada iniciada pela expansão das frentes desbradoras**. Presidente Prudente: [s.n.], 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 33.ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Anual da ANPEd, realizada de 16 a 20 de outubro de 2008, em Caxambu (MG). Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2010.

SILVA, Maria Betânia e. **A inserção da arte no currículo escolar (Pernambuco, 1950-1980)**. Dissertação (Mestrado em Educação). Recife: UFPE, 2004.

SILVA, Maria Betânia e. **Escolarizações da Arte: dos anos 60 aos 80 do século xx** (Recife – Pernambuco). Tese, (Doutorado em Educação, Conhecimento e Inclusão Social) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2010.

SILVA, Zaly de A. **Iniciação às Artes Aplicadas no Curso Normal**. Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1969.

SILVEIRA, Anita A. da. **Técnicas Domésticas**. Porto Alegre, Ed. Sacra, 1975.

STABILE, Rosa Maria. **A expressão artística na pré-escola**. 2. Ed. São Paulo: FTD, 1989.

STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. 3. Petrópolis: Vozes, 2005. p.296-323.

STORI, Regina. **As Diretrizes Curriculares de Arte do Estado do Paraná: uma análise dos fundamentos e da gestão do ensino de música em Ponta Grossa/Pr (2003-2010)**. 2011. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

THE SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE – SCIELO. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: jan. de 2012.

VADEMECUM, Pedagógico – **Metodologia Moderna e Prática de Desenho para a Escola Primária e Normas de Diretrizes e Bases**. vol. 6. São Paulo, IBEP, São Paulo: (s/d).

WACHOWICZ, Ruy Christowam. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 2006.

YOLANDA, Regina. **Artes na Escola Primária**. Rio de Janeiro: Livro Técnico S.A., 1967.

## FONTES

ARAUJO, Lygia; BONDI, Freda Jardim; CRAVO, Djanira; MAGNO, Tostes; SILVA, Maria V. da. **Cerâmica, Cestaria, Esmaltação em Metal, Estamparia, Tecelagem Manual, Mosaico**. Rio de Janeiro, Victor Publicações, 1968.

ARTESANATO, **Enciclopédia**. São Paulo, Ed. Livros Irradiantes, s.d.

ARQUIVO, Pessoal da Ex-aluna. Pasta A-Z. Nova Esperança, 1983

ARQUIVO, Pessoal da Ex-aluna. Pasta A-Z. Nova Esperança, 1988

ARQUIVO, Pessoal da Ex-aluna. Pasta A-Z. Nova Esperança, 1989

ARQUIVO, Pessoal da Ex-aluna. Pasta A-Z. Nova Esperança, 1993

ATIVIDADE, **Enciclopédia de Trabalhos Manuais**. São Paulo, Ed. Lisa, s.d.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Leis*, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 13 jul. de 2012.

BRASIL, A Lei 5692 de 1971 e o Ensino de primeiro grau – Série Ensino Fundamental – MEC.

MÃOS DE OURO. **Enciclopédia**, São Paulo: Abril Cultural, 1968.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. Dados referentes ao Colégio. In: . **Ata do projeto de implantação da Reforma de Ensino Regular do II Grau**. 1976.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Ata do Histórico dos Estabelecimentos de Ensino de Nova Esperança – Pr**. 1976.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Ata do Projeto de Unificação de Complexo e Implantação da Reforma de Ensino em Nova Esperança.** 1973.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Ata do Projeto de Implantação Unidade Integrada das Escolas de Nova Esperança.** 1974.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Ata de Termo de Posse.** Professores e Funcionários 1956.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Ata do Exame de Seleção e Habilitação da Escola Normal de Grau Colegial “São Vicente de Paula”.** 1966 – 1970.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Ata de Termo de exercício, da Escola Normal Colegial Estadual São Vicente de Paula.** 1971 – 1978.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1971.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série A, 1971.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 3ª série A, 1971.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1972.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série C, 1972.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 3ª série C, 1972.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série C, 1973.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série A, 1973.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série B, 1974.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 3ª série C, 1974.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1975.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série B, 1975.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 3ª série A, 1975.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1976.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série A, 1976.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 3ª série A, 1976.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série A, 1977.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro de Frequência e Controle de Notas:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 3ª série A, 1977.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 3ª série A, 1978.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1979.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1980.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1981.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1982.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1983.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1984.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1985.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1986.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1987.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1988.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1989.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1990.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1991.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Livro Registro:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1992.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Registro de Classe:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 1ª série A, 1993.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Registro de Classe:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série A, 1994.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Registro de Classe:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série A, 1995.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Registro de Classe:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série A, 1996.

PARANÁ, COLÉGIO ESTADUAL SÃO VICENTE DE PAULA. **Registro de Classe:** Disciplina de Educação Artística, Curso Normal Colegial. Nova Esperança. 2ª série A, 1997.

PARANÁ. **Relatório do Parecer nº 004/86, em anexo à Deliberação n.º 031/86** – 1986. Disponível em: [http://www.nre.seed.pr.gov.br/paranavai/arquivos/File/Del\\_3186\\_Incineracao\\_Doc.pdf](http://www.nre.seed.pr.gov.br/paranavai/arquivos/File/Del_3186_Incineracao_Doc.pdf). Acesso em: 20 de ago. de 2012.

SILVA, Zaly de A. **Iniciação às Artes Aplicadas no Curso Normal.** Companhia Editorial Nacional, São Paulo, 1969.

VADEMECUM PEDAGÓGICO. Metodologia e prática Moderna de Ensino. **Metodologia Moderna e prática de Desenho para a Escola Primária e Normas de Diretrizes e Bases.** Vol. 6. São Paulo: Ed. Formação Cultural, (s/d).

YOLANDA, Regina. **Artes na Escola Primária.** Rio de Janeiro, Livro Técnico S.A., 1967.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – Roteiro de entrevista com as professoras.

## DADOS PESSOAIS e PROFISSIONAIS

- 1) Nome completo,
- 2) Data de nascimento,
- 3) Sua formação,
- 4) Sua formação complementar,
- 5) O tempo e o percurso do magistério,
- 6) O tempo de magistério no Curso Normal no Colégio São Vicente de Paula em Nova Esperança.

## DADOS REFERENTES À PRÁTICA PEDAGÓGICA

- 1) Qual teoria fundamentava a prática pedagógica nessa época?
- 2) Havia um material didático de apoio para os professores?
- 3) Existia um programa de conteúdos do Estado, para ser seguido em Educação Artística?
- 4) Em que consistia os trabalhos manuais? E quais eram seus objetivos?
- 5) As alunas montavam um arquivo ou uma pasta com os trabalhos realizados durante as aulas. Como era o procedimento e a construção desse material?
- 6) Em várias anotações nos livros de registros, nota-se a menção de conteúdos teóricos específicos da disciplina de arte. Quais eram os autores utilizados? Ou como era realizado o trabalho com o conteúdo que envolvia a teoria da arte?
- 7) Como era o trabalho com as datas comemorativas e datas cívicas?
- 8) Em sua opinião qual o valor/significado do ensino/ aprendizagem da arte para os alunos do magistério no período em que lecionou?
- 9) Como era a dinâmica das aulas de Educação Artística?
- 10) Qual era o maior objetivo da disciplina de Educação Artística para o Curso Normal ou Magistério?
- 11) Em sua trajetória no Curso Normal ou Magistério, no Colégio São Vicente de Paula, o que foi mais significado e que ficou marcado em suas memórias?

## APÊNDICE B – Roteiro de entrevista com as ex-alunas

## DADOS PESSOAIS

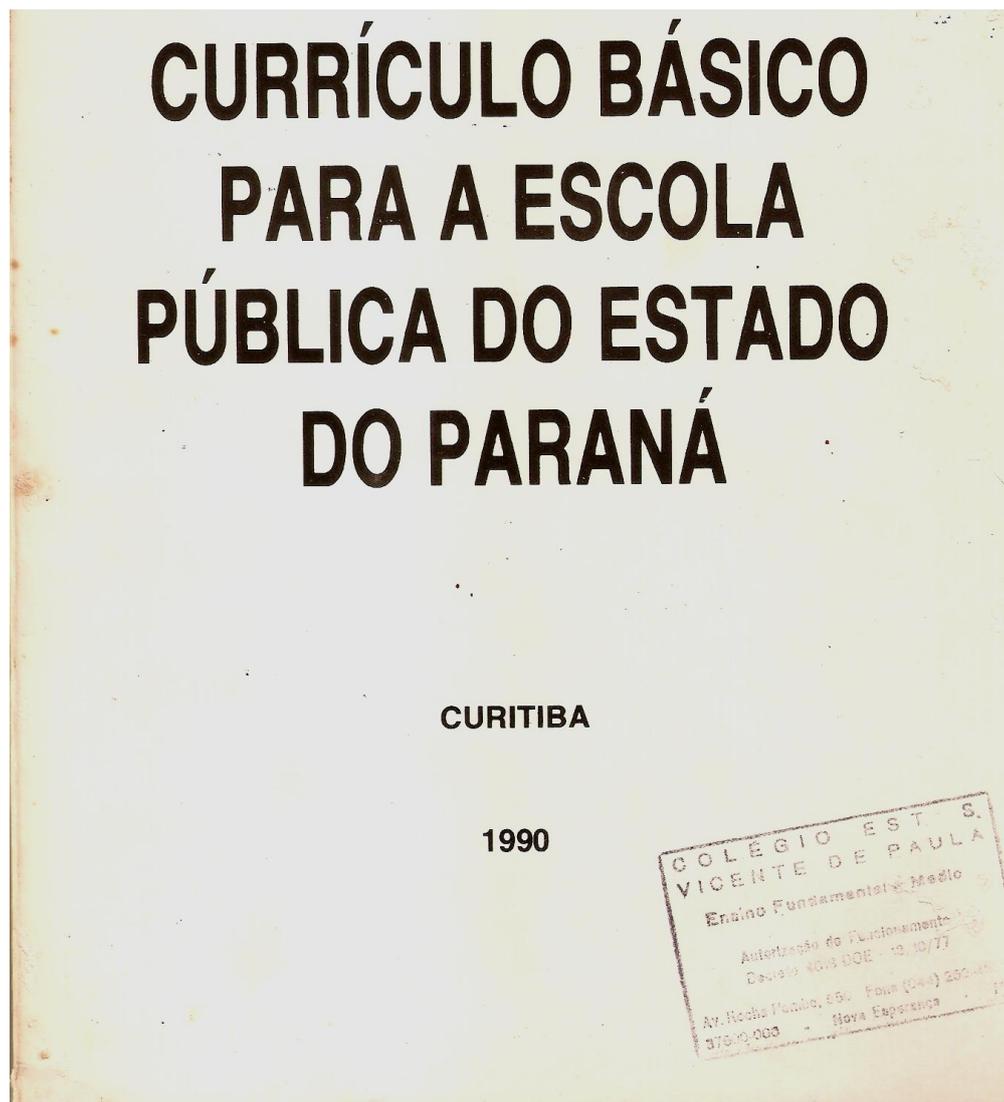
- 7) Nome completo,
- 8) Data de nascimento,
- 9) Sua formação
- 10) Ano que cursou o Curso Normal ou Magistério, no Colégio Estadual São Vicente de Paula.

## DADOS REFERENTES À PRÁTICA PEDAGÓGICA

- 1) Como era a dinâmica das aulas de Educação Artística?
- 2) Em que consistia os trabalhos manuais? Como eles eram produzidos nas aulas?
- 3) Os alunos montavam um arquivo ou uma pasta com os trabalhos realizados durante as aulas. Como era o procedimento e a construção desse material?
- 4) Como eram as aulas que envolviam os conteúdos de música?
- 5) Como eram trabalhadas as datas comemorativas e datas cívicas?
- 6) Qual foi o significado da disciplina de Educação Artística para você no curso Normal/Magistério?
- 7) As aulas de Educação Artística do curso auxiliaram em sua prática em sala de aula? De que maneira?
- 8) Em sua trajetória como aluna do curso Normal ou Magistério, no Colégio São Vicente de Paula, o que foi mais significativo nas aulas de Educação Artística.

## **ANEXOS**

ANEXOS A – Capa do livro do Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.



ANEXO B – Modelo do Cadastro Funcional realizado pela Secretaria de Educação do Município de Nova Esperança, em contribuição à pesquisa.

CADASTRO FUNCIONAL				
NOME DO ESTABELECIMENTO QUE TRABALHA				
Escola Municipal Nise Braga				
NOME DO FUNCIONÁRIO	RG	CPF	TELEFONE	ENDEREÇO
Neusa G <sup>o</sup> Bonadio Bonelli	918 455	454 28 3609-68	CEL. 9814 08 70 RES. 3222 08 91	Rua Góes e Vasconcelos - 1178
ESCOLARIEDADE – PREENCHER TODOS OS CAMPOS ABAIXO				
	ESCOLARIEDADE	INSTITUIÇÃO/ESCOLA	PERÍODO DD/MM/AAAA – DD/MM/AAAA	
ENSINO FUNDAMENTAL	8 <sup>a</sup> Série	Ginásio Capelinha	Dezembro de 1972.	
ENSINO MÉDIO	Ens. Normal	Col. São Vicente de Paula	Dezembro de 1975.	
ENS. MÉDIO MAGISTÉRIO	X	FAFIPA	Dezembro de 1984.	
GRADUAÇÃO	Pedagogia			
PÓS GRADUAÇÃO	Diploma Metodologia do Ensino	Unopar	Dezembro de 1998.	

CADASTRO FUNCIONAL				
NOME DO ESTABELECIMENTO QUE TRABALHA				
Escola Municipal Vereador Jorge Franco				
NOME DO FUNCIONÁRIO	RG	CPF	TELEFONE	ENDEREÇO
FRANCIÉLIA CRISTINA S. AGUIERA	6 494 711 0		9842-0345	R. Manoel Ribas 839
ESCOLARIEDADE – PREENCHER TODOS OS CAMPOS ABAIXO				
	ESCOLARIEDADE	INSTITUIÇÃO/ESCOLA	PERÍODO DD/MM/AAAA – DD/MM/AAAA	
ENSINO FUNDAMENTAL		Colégio Coração de Jesus	1983 - 1990	
ENSINO MÉDIO				
ENS. MÉDIO MAGISTÉRIO		Colégio Est. São Vicente de Paula	1991 - 1994	
GRADUAÇÃO		Universidade Estadual de Maringá	1995 - 1998	
PÓS GRADUAÇÃO		Universidade Estadual de Maringá	2004	

CADASTRO FUNCIONAL				
NOME DO ESTABELECIMENTO QUE TRABALHA				
Escola Municipal Ana Rita de Cassia				
NOME DO FUNCIONÁRIO	RG	CPF	TELEFONE	ENDEREÇO
Celia do Amaral Polacini	3.623.730-9	628 565 104-49	3444-22 07	R. Propetado B. 208 Jd. 71. Horizonte
ESCOLARIEDADE – PREENCHER TODOS OS CAMPOS ABAIXO				
	ESCOLARIEDADE	INSTITUIÇÃO/ESCOLA	PERÍODO DD/MM/AAAA – DD/MM/AAAA	
ENSINO FUNDAMENTAL	X	Esc. de Cip Nise Braga e Costa Mendonça	1979	
ENSINO MÉDIO				
ENS. MÉDIO MAGISTÉRIO	X	Col. Est. São Vicente de Paula	1981 - 1983	
GRADUAÇÃO	Pedagogia	Faculdade Est. de Ed. Ciências e Letras	1992 - 1995	
PÓS GRADUAÇÃO		Universidade Norte do Pr. UNOPAR	1999	

ANEXO C – Modelo de autorização para a direção do C3legio, *locus* da pesquisa.

## AUTORIZAÇÃO

Eu,..... declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa coordenada pelo Profa Doutora F3tima Maria Neves, bem como disponibilizar o espaço e materiais necess3rio para pesquisa intitulada: **“Hist3ria da disciplina de arte: uma leitura e v3rias possibilidades.”**

\_\_\_\_\_ Data:.....  
Assinatura ou impress3o datilosc3pica

Eu, **Rosimara Albuquerque Mello**, declaro que forneci todas as informa33es referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data:.....  
Assinatura do pesquisador

ANEXO D – Modelo de autorização para a entrevista.

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor professor,

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “**Campo Disciplinar e Cultura Escolar: a trajetória do Ensino de arte no curso Normal/Magistério, no Colégio Estadual São Vicente de Paula (Nova Esperança, PR, 1971 - 1997).**”, que faz parte do curso de Mestrado, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e é orientada pela prof. Fátima Maria Neves, da Universidade Estadual de Maringá. O objetivo da pesquisa é Investigar o ensino das artes do Curso Normal Secundário/Magistério entre 1971 a 1999.e suas implicações na formação do professor. Compreendendo a história da disciplina de Educação Artística, sua concepção teórica, os conteúdos referentes nestes períodos e analisar a história da cultura que as produziu e que vem sendo produzida por elas. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: responder as questões de uma entrevista da forma mais clara possível e não omitir dados que sejam relevantes da sua prática docente. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Caso as entrevistas sejam gravadas após a transcrição você terá acesso para ciência e consentimento. Os benefícios esperados são discussões e reflexões que subsidiem a elaboração de ações pertinentes a esta temática em contexto escolar. Os dados das entrevistas serão utilizados para dissertação e possíveis publicações e ao final da pesquisa ficarão sob responsabilidade da professora orientadora. Qualquer nova utilização destes dados só ocorrerá mediante a sua anuência e após a submissão da proposta à apreciação do Comitê de Ética. Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Eu,..... declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar **VOLUNTARIAMENTE** da pesquisa coordenada pelo Profa Doutora Fátima Maria Neves.

\_\_\_\_\_ Data:.....  
Assinatura ou impressão datiloscópica

Eu, **Rosimara Albuquerque Mello**, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

\_\_\_\_\_ Data:.....  
Assinatura do pesquisador

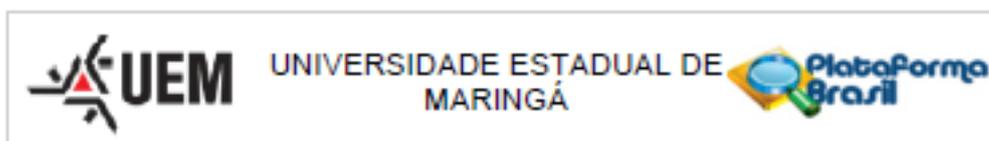
Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

**Profa Dra Fátima Maria Neves – fatimauem@hotmail.com**  
**Rosimara Albuquerque Mello (pesquisadora) - maraalbmello@gmail.com**  
**Endereço: Bloco – – UEM - Fone: (44) 3011-4887**

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

**COPEP/UEM**  
**Universidade Estadual de Maringá.**  
**Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.**  
**Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.**  
**CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444**  
**E-mail: [copep@uem.br](mailto:copep@uem.br)**

## ANEXO E – Autorização do Comitê de Ética



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** PESQUISAR A HISTÓRIA DA DISCIPLINA DE ARTE: UMA LEITURA E VÁRIAS POSSIBILIDADES.

**Pesquisador:** Fatima Maria Neves

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 05330813.4.0000.0104

**Instituição Proponente:** Núcleo/Incubadora Untrabalho

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 271.775

**Data da Relatoria:** 06/05/2013

**Apresentação do Projeto:**

O projeto apresentado, vinculado a uma dissertação de mestrado, propõe-se a compreender como esteve organizada a disciplina de Educação Artística no noroeste do Paraná no período de 1971 a 1999 no curso normal secundário. Este período foi marcado pelo vigor de uma nova lei federal e o impacto de sua implantação pretende ser investigado. Os pesquisadores pretendem entrevistar sujeitos que foram estudantes do referido curso no intervalo de tempo apresentado, bem como realizar pesquisa documental em um colégio do noroeste do Paraná.

**Objetivo da Pesquisa:**

Investigar o ensino das artes do Curso Normal Secundário entre 1971 a 1999, sob a influência da Lei 5692/71, e o Ensino Técnico, e suas implicações na formação do professor. Compreender a história da disciplina Educação Artística nesse período e analisar a história da cultura que as produziu e que vem sendo produzida por elas. Identificar as concepções teóricas e os conteúdos referentes à disciplina no Curso Normal Secundário e posteriormente Magistério.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos apontados pela pesquisadora e sua equipe restringem-se à possibilidade de desconforto ao retomar as lembranças e para minimizar seus efeitos afirma que serão respeitados e tratados com sensibilidade por parte do entrevistador. Como benefícios, a equipe de pesquisa apresenta a

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG  
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900  
 UF: PR Município: MARINGÁ  
 Telefone: (44)3011-4444 Fax: (44)3011-4518 E-mail: copecp@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 271.775

contribuição para a compreensão da cultura escolar a partir do estudo de fontes distintas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A proposta apresenta relevância científica, social e cultural. Não apresenta riscos substanciais aos sujeitos enquanto se propõe a contribuir com o avanço da ciência na área estudada. A metodologia está claramente descrita bem como os demais elementos do texto.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O termo de consentimento livre e esclarecido foi apresentado, contempla texto completo e teve os riscos incluídos. Foram incluídas as cópias dos TCLE já assinadas pelos sujeitos, apesar de não serem necessárias. A folha de rosto foi apresentada e preenchida corretamente. As pesquisadoras apresentam em anexo a solicitação de autorização para que seja realizada a coleta de dados documentais e a entrevista em um colégio da cidade de Nova Esperança. Foi anexada uma declaração do diretor do Colégio em questão autorizando a realização da pesquisa no colégio utilizando-se para isso de documentos já existentes. A referida autorização data de 25 de abril de 2013.

**Recomendações:**

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

O Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá é de parecer favorável à aprovação do protocolo de pesquisa apresentado.

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Face ao exposto e considerando a normativa ética vigente, este Comitê se manifesta pela aprovação do protocolo de pesquisa em tela.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG

Bairro: Jardim Universitário

CEP: 87.020-900

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3011-4444

Fax: (44)3011-4518

E-mail: copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



Continuação do Processo: 371.775

MARINGÁ, 14 de Maio de 2013

---

Assinado por:  
Ricardo Cesar Gardolo  
(Coordenador)

Endereço: Av. Colombo, 5700, UEM-PPG  
Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-000  
UF: PR Município: MARINGÁ  
Telefone: (44)3011-4444 Fax: (44)3011-4518 E-mail: copep@uem.br